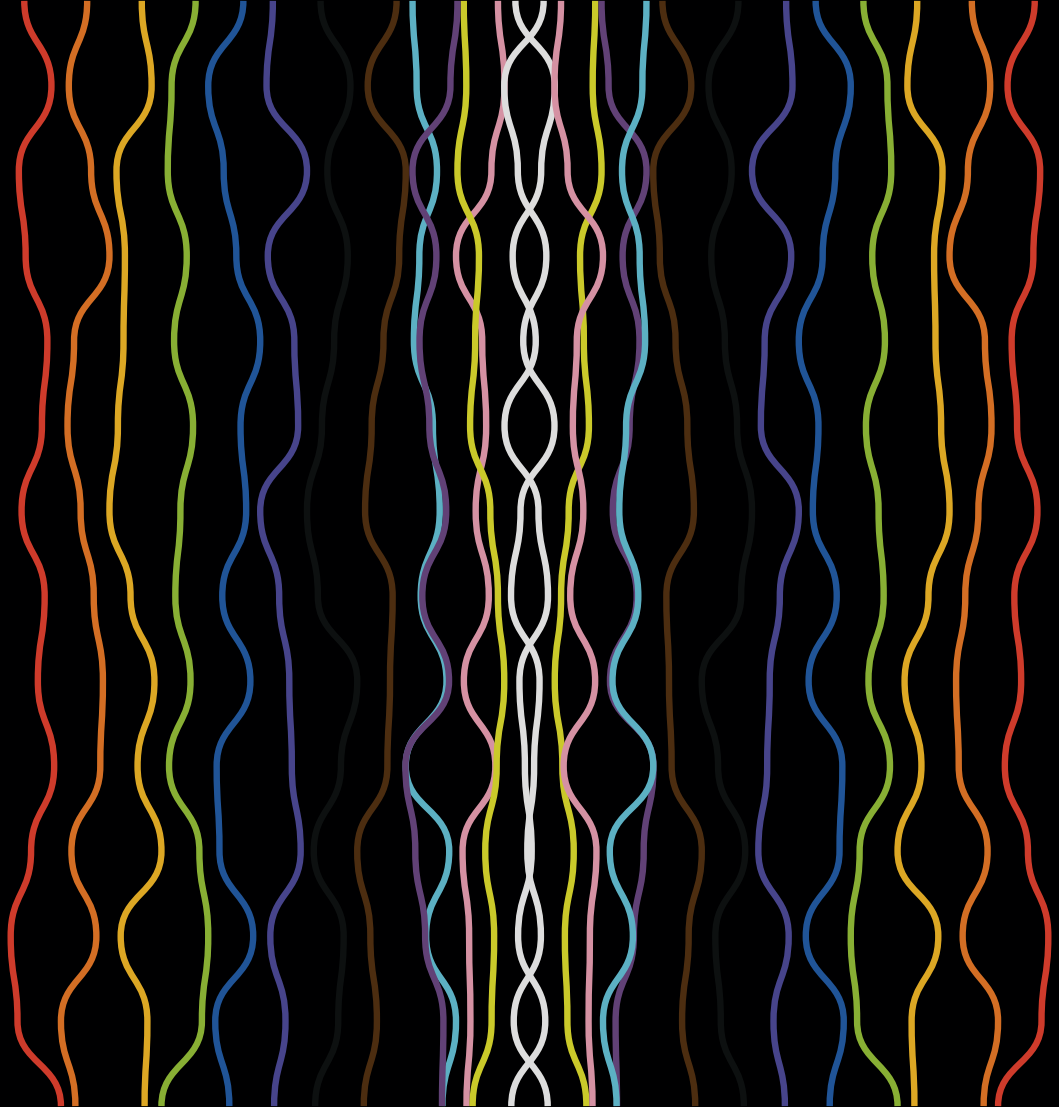
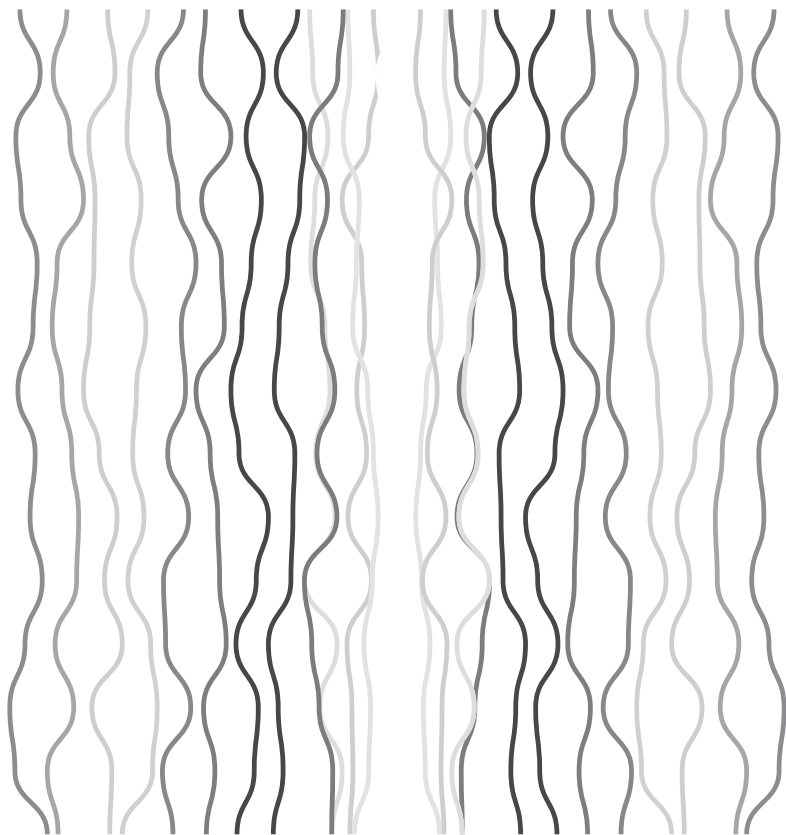




GÊNERO E SEXUALIDADE DE PESSOAS AUTISTAS

Diálogos e Vivências

Serafim Lissa Koga
Ghael Henrique Moura Leite
(ORG.)



GÊNERO E SEXUALIDADE DE PESSOAS AUTISTAS

Diálogos e Vivências

Serafim Lissa Koga
Ghael Henrique Moura Leite
(ORG.)

© Serafim Lissa Koga, 2026
© Ghael Henrique Moura Leite, 2026
© Editora CRIAutista, 2026

ORGANIZAÇÃO	Serafim Lissa Koga Ghael Henrique Moura Leite
EDITORIES	Serafim Lissa Koga Ghael Henrique Moura Leite Isadora Calônico
REVISÃO	Isadora Calônico
PROJETO GRÁFICO	Ghael Henrique Moura Leite
CAPA	Ghael Henrique Moura Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gênero e sexualidade de pessoas autistas :
diálogos e vivências / Serafim Lissa Koga,
Ghael Henrique Moura Leite (org.). -- Curitiba,
PR : Editora Criautista, 2026.

ISBN 978-65-976597-0-8

1. Autismo 2. Gênero e sexualidade 3. LGBTQIAPN+ -
Siglas 4. Neurodiversidade 5. Psicologia I. Koga,
Serafim Lissa. II. Leite, Ghael Henrique Moura.

26-375271.0

CDD-154.3

Índices para catálogo sistemático:

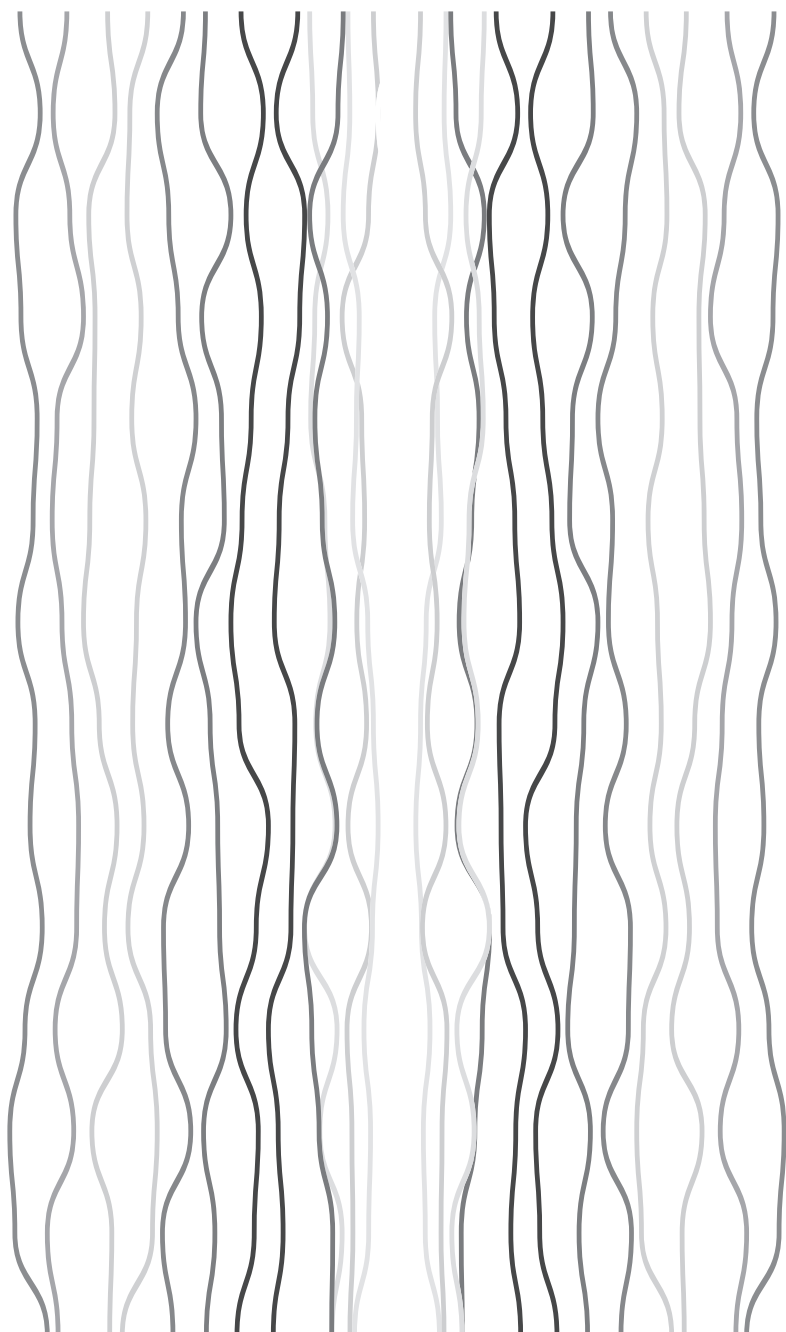
1. Autismo : Psicologia : Obras de divulgação 154.3

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a autorização expressa de Serafim Lissa Koga, Ghael Henrique Moura Leite, da Editora CRIAutista e autories desta obra, ressalvadas as exceções previstas na legislação vigente.

1ª edição: agosto de 2026

EDITORA CRIAUTISTA
Curitiba - Paraná - Brasil
www.criautista.com.br



SUMÁRIO

PREFÁCIO

SERAFIM LISSA KOGA 9

SOB A LUZ DO DUPLO ARCO-ÍRIS: RECONHECIMENTO DE DIREITOS INCENTIVADO POR TERMOS, SÍMBOLOS REPRESENTAÇÕES DE AUTISTAS, LGBTQIAPN+ E MITOLOGIA

HONÁCIO BRAGA DE ARAÚJO23

INTERSECCIONALIDADE DE OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO EM PESSOAS AUTISTAS NÃO-BINÁRIAS NO BRASIL

SOL CAMPOS.....53

AUTISMO E PSICOTERAPIA

ÍNDIGO CAMARÃO GROTT99

A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO EM PESSOAS AUTISTAS

DERIAN DE ANGELIS DA SILVA119

ENTRE O SILÊNCIO E O SENTIDO: ESTUDO DE CASO CLÍNICO DE UMA MULHER AUTISTA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE EXISTENCIAL

JACQUELINE PEREIRA135

RELACIONAMENTOS AUTISTAS

LUÍS/LU.....155

DESEJO AUTISTA

FERNANDO 167

ERÓTICO-SENSORIAL: SEXUALIDADE COMO AUTORREGULAÇÃO

ÍCARO FERRAZ 177

IDENTIDADES DE GÊNERO NÃO-BINÁRIAS E A LIBERDADE EXISTENCIAL SOB UMA PERSPECTIVA DO ESPECTRO AUTISTA

IGOR FERNANDES EMILIANO DE SOUZA.....185

A IMPORTÂNCIA DE COMUNIDADES E ESPAÇOS SEGUROS PARA PESSOAS AUTISTAS E LGBTQIAPN+

PYARA CALISTO 203

**AUTISMO, RÓTULOS E TERMOS JUVÉLICOS: UMA
TERMINOLOGIA POR AUTISTAS QUEER, PARA AUTISTAS
QUEER**

SOFIA DIONÍSIO..... 227

**ANJO AZUL CAÍDO: BDSM, AUTISMO E A TECNOLOGIA
DO CONSENTIMENTO**

GHAEL HENRIQUE MOURA LEITE..... 243

AO FIM DA LEITURA..... 263

PREFÁCIO

SERAFIM LISSA KOGA

Seja bem-vinde a esta trama construída por muitas mãos e vozes. O livro (ou arquivo de um livro, se for o caso) que agora se abre diante de você é, antes de tudo, o testemunho de um percurso formativo, existencial e político que nos recusamos a manter restrito aos limites da universidade. O que oferecemos aqui é uma tessitura contínua, onde os fios da experiência em primeira pessoa se entrelaçam à pesquisa e à potência da criação compartilhada.

Para que essa construção fosse genuína e valorizando a diversidade entre nossos integrantes, demos a cada participante a liberdade para definir seu próprio tipo de escrita, as temáticas a serem abordadas, as escolhas de linguagem e os pontos que julgavam essenciais. Sendo cada capítulo um traçado autônomo e plural, ressaltamos que as pessoas responsáveis pela organização deste livro não se responsabilizam pelas visões e colocações particulares expressas nos textos. As opiniões, ideias e perspectivas defendidas nas páginas seguintes são de autoria e responsabilidade exclusivas de quem as assina, sendo de cada uma também os aplausos e méritos devidos, não refletindo, necessariamente, a opinião ou o posicionamento da nossa equipe de organização.

Se em nossa obra anterior, *Representações de Gênero e Sexualidade* (2025), traçamos as linhas das produções subjetivas da sexualidade e dos gêneros através da mídia, este novo livro expande e aprofunda nossas conexões a partir das grandes áreas e discussões sobre as intersecções entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a diversidade de gênero e sexualidade.

A semente desta coletânea germinou a partir do “Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade com foco

em Pessoas Autistas”, desenvolvido como parte do cenário da minha pesquisa de mestrado “Autigênero: Construindo novas compreensões de gênero a partir da subjetividade de pessoas autistas trans não binárias” no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O grupo foi organizado pensando em um espaço construído “de pessoas autistas para pessoas autistas”. O que se apresentou ao longo dos nossos encontros foi realmente, o quanto quando se abre um caminho seguro e afirmativo, as narrativas que emergem subvertem os paradigmas tradicionais, rompendo com a patologização e caracterizações reducionistas e afirmando as múltiplas conexões de pessoas neurodivergentes, principalmente de suas vivências autistas.

O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA COMO TECITURA DE CAMINHOS

A urgência de tecer esses diálogos e a profundidade da lacuna histórica sobre o tema se revelaram na própria formação do nosso grupo. Em menos de vinte e quatro horas após a abertura das inscrições, recebemos mais de cem solicitações, uma pequena amostra da demanda quanto à abertura desse caminho. Para garantir a riqueza das conexões e, ao mesmo tempo, respeitar nossos próprios limites de tempo, energia e sociabilização, pensando de forma realista na viabilidade das trocas e em evitar o exaustivo burnout acadêmico, tão recorrente na vivência de pessoas autistas, expandimos a rede de dez para vinte participantes iniciais.

Priorizamos a seleção de pessoas que eram trans e autistas. O resultado foi um espaço composto por uma ampla maioria LGBTQIAPN+, com forte presença de pessoas trans não binárias autistas. Nossas linhas se cruzaram unindo

indivíduos com diagnósticos estabelecidos há anos, pessoas em pleno processo de descoberta e diagnóstico tardio, uma realidade bastante comum para pessoas autistas de nível 1 de suporte (Miranda; Chagas, 2024), além de profissionais da saúde que já atuam no atendimento clínico dessa intersecção. Contemplar tamanho interesse evidenciou a carência por esses espaços, sentida pelas pessoas que pesquisam, pelas que atendem e, sobretudo, por aquelas que se encaixam nessas vivências e buscam acolhimento e compreensão

Durante os meses em que estivemos reunidos, trazendo diferentes discussões e temáticas sobre gênero e sexualidade, orientações, identificações e as particularidades da vivência autista, trabalhamos com uma noção múltipla de que o conhecimento se faz justamente nessas várias conexões, nos cruzamentos de trajetórias e na continuidade (ou mesmo descontinuidade) de linhas de pensamento, reflexões e questionamentos.

A partir das temáticas centrais da pesquisa, propusemos que cada participante escolhesse um caminho de interesse relacionado a essas temáticas para trilhar e discutir. O resultado é esta obra: um grande cordão onde cada capítulo representa uma linha autônoma, mas que, ao se amarrar às demais, fortalece uma mesma trama. O leitor encontrará textos profundamente acadêmicos, estudos de caso e revisões teóricas conectados a ensaios autobiográficos e experiências clínicas. São produções que amarram o rigor analítico à potência da vivência cotidiana.

NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS

Um princípio acaba aparecendo mais e mais na direção destes caminhos: “nada sobre nós, sem nós” (*nothing about us, without us*), lema histórico imortalizado na luta das

peessoas com deficiência e, mais recentemente, do próprio movimento autista. É indispensável reconhecer que não há conexão ética e decolonial possível sem a escuta e o protagonismo de quem caminha por essas realidades. Ao criar um grupo pensado em indivíduos neurodivergentes, garantimos um espaço mais livre das amarras e expectativas neurotípicas, onde o *masking* (a exaustiva camuflagem social, constantemente fingindo, atuando, vestindo máscaras) pôde dar lugar à construção de vínculos um tanto mais autênticos.

Quando profissionais alísticos e cisheteronormativos monopolizam a narrativa, as vivências neurodivergentes têm suas linhas de desenvolvimento frequentemente infantilizadas, patologizadas e reduzidas a déficits.

A urgência de tecer os fios desta obra reside em uma lacuna histórica e acadêmica que, por muito tempo, silenciou as vivências reais de pessoas neurodivergentes. O autismo foi investigado e definido durante décadas a partir de um referencial normativo e biomédico extremamente restrito: o corpo masculino, branco, cisgênero e de classe média (Silverman *et al.*, 2023). Consequentemente, a sexualidade e as identidades de gênero no espectro autista foram postas à margem, negligenciadas (Maggio *et al.*, 2022), muitas vezes envoltas pelo preconceito e pela infantilização, que reduzem pessoas autistas a seres “assexuados”, “eternas crianças” ou “anjos azuis” desprovidos de desejo e autonomia. Não é incomum se deparar com discursos de que pessoas autistas “não têm maldade”, vilanizando uma exploração sexual saudável, informativa, atualizada. A realidade vivida por nós e mapeada em pesquisas contemporâneas demonstra exatamente o oposto, marcando a importância de considerar também as dimensões de gênero e sexualidade de pessoas autistas e justificando ainda mais

a necessidade fundamental de produções como estas.

Dados de pesquisa mais e mais têm evidenciado uma intersecção entre o autismo e a diversidade de gênero e sexualidade. Estudos apontam que pessoas transgêneras e de gênero diverso têm probabilidade significativamente maior de serem autistas do que indivíduos cisgêneros (Warrier *et al.*, 2020; Strang *et al.*, 2018). Além disso, a literatura demonstra uma forte prevalência de orientações sexuais não-heterossexuais e de identidades não binárias na comunidade autista (Rudolph *et al.*, 2017; George; Stokes, 2018). Ainda assim, as pesquisas focadas em relacionamentos e nas vivências sexuais e afetivas de autistas adultos continuam escassas, configurando um território crítico que exige ser mapeado e desenvolvido respeitando a vivência e declarações de pessoas de dentro do próprio espectro.

Corpos que não se encaixam na norma, em especial pessoas trans e não binárias acabam sendo invisibilizados e empurrados para estratégias de camuflagem social (*masking*) em tentativas e tentativas de se adaptar a regras cisheteronormativas (Hull *et al.*, 2020; Schneid; Raz, 2020). Isso sem nem falar em toda a questão polêmica da passabilidade.

Nessa estrutura cisheteronormativa, a existência trans já é, por si só, marginalizada; contudo, se o sujeito “ousa” reivindicar sua identidade, impõe-se que apague sua própria autoexpressão para performar e aparentar traços aceitos da cisgeneridade, forçando o uso da passabilidade como um artifício quase que obrigatório para encobrir quem se é e tentar sobreviver diante da hostilidade do ambiente. Lógicas corretivas também fazem exigências completamente irrealistas para que a pessoa no espectro autista não exiba as características e os comportamentos do seu próprio autismo. Somos coagidos a aderir a uma exaustiva

camuflagem social, reprimindo possíveis estereótipos e formas de regulação em uma tentativa contínua e adoe-cedora de simular uma adequação ao mundo neurotípico. No fundo, a regra normativa atua de forma dupla e cruel: não só “não podemos” ser quem somos, como também se o formos, é exigido que finja-se não ser.

Esse esforço contínuo para ocultar as próprias caracte-rísticas frequentemente culmina em sofrimento psíquico, exaustão, alienação e adoecimentos crônicos, além de diag-nósticos tardios ou equivocados (Miranda; Chagas, 2024; Cassidy *et al.*, 2018). O próprio mecanismo de defesa de esconder ser autista acaba dificultando o acesso a serviços de saúde e adaptações necessárias para o cuidado para qualidade de vida básica no ambiente. Eu digo e repito que falar sobre gênero e sexualidade no autismo é uma questão urgente, de estudo, de saber clínico, de empatia humana, é uma via crucial de sobrevivência, dignidade e promoção de saúde.

Um dos objetivos desta produção é justamente falar so-bre isso, reivindicar o nosso protagonismo e puxar o fio da nossa própria história, dando visibilidade a existências sob contínuas tentativas de apagamento, subvertendo a lógica que nos patologiza. Ao trazer essas temáticas pelas mais variadas formas de linguagem e conexão, unindo revisões teóricas e acadêmicas à potência de narrativas autoetno-gráficas, estudos de caso clínicos e até mesmo à análise do papel disruptivo de escritas informais (Preslar, 2018; Coppa, 2006), construímos caminhos múltiplos de autoafirmação.

Essas diferentes frentes de escrita são vitais porque a representatividade, quando produzida por e para aqueles que desejam ser representados, desperta o sujeito para o seu próprio livre-arbítrio e valida o seu direito à identidade. Trazer essa pluralidade à tona destrói a concepção de que

haveria apenas uma forma “correta” de existir. Tecer essas conexões é nossa forma de criar um espaço de comunidade e pertencimento, fornecendo ferramentas para desestabilizar convenções capacitistas e forjar um horizonte onde nossas identidades, afetos e desejos neuroqueer (Walker, 2021) sejam celebrados, construídos, trilhados.

IDENTIDADES, RÓTULOS E CONEXÕES EXISTENCIAIS

Ao percorrer estas páginas, somos conduzidos por diversos caminhos e autorias a repensar a própria linha ontológica do gênero. É crucial afirmar que a nossa dissidência não é fruto de qualquer confusão ou da crença falaciosa de que haveria “algo de errado com nossos cérebros” limitando a nossa capacidade de autocompreensão. Esse arremedo de explicação, que frequentemente invalida a identidade de pessoas autistas trans e não-binárias como se fosse um mero déficit cognitivo, acaba sendo, na realidade, apenas mais um discurso de ódio, transfobia e capacitismo disfarçado de interesse de pesquisa, focado quase sempre em investigar as supostas “causas dos nossos desvios”. É comum que se discuta sobre essa temática e me perguntem “mas por que isso acontece?”, referindo-se a porque existiriam tantas pessoas autistas transgêneras. Curiosamente, não vejo o mesmo questionamento acontecendo, de pessoas perguntando por que seriam heterossexuais. Por que cisgênero? Estaria “tudo certo”, simplesmente porque esse é o normal e aceitável, então não precisamos questionar? Abrem-se possíveis discussões.

Rompendo com essa violência epistêmica, as linhas que tecemos aqui evidenciam que a diversidade de gênero no espectro não é um sintoma, mas uma desestabilização potente de regras cisheteronormativas que, simplesmente, não fazem sentido lógico ou afetivo para nós.

Tudo isso fala muito mais de toda uma desestabilização de regras cisheteronormativas que frequentemente não fazem sentido lógico ou afetivo para indivíduos autistas. Para falar bem a verdade, para muita gente cisgênera (pessoas que não são trans), essas regras de gênero já não fazem sentido algum, imagine para nós, que como característica diagnóstica comum operamos à margem dos mecanismos de vigilância comportamental que moldam as identidades neurotípicas, mantendo uma rejeição ativa frente a regras binárias de gênero que carecem de qualquer nexo funcional, acabando por subverter na prática o que os manuais de diagnóstico classificam de forma reducionista como “déficits persistentes na comunicação social e na interação social, caracterizados por dificuldades severas em desenvolver, manter e compreender relacionamentos, na reciprocidade socioemocional e no compartilhamento de interesses e emoções”, termos que dificultam o entendimento não só da pessoa recém-diagnosticada como também de quem utiliza essas ferramentas.

Acompanhamos discussões essenciais sobre como a não binariedade no autismo pode ser vista pela perspectiva da liberdade existencial, permitindo ao sujeito desatar os nós de categorias coercitivas, que tentam cercear nossa própria existência e limitar nossas possibilidades.

Nesse cenário de reconstrução, a linguagem surge como um fio condutor libertador. Os textos traçam paralelos sobre o uso dos “termos juvênicos” e do vocabulário da comunidade MOGAI como pontes pragmáticas, forjadas em parte considerável por pessoas autistas queer, para descrever atrações (como sáficas, aquileanas e duáricas, por exemplo) sem impor cordões monossexuais restritivos. A capacidade de nomear a si mesmo é reivindicada como uma via de refúgio e autoafirmação para vivências fluidas

e complexas.

Contrariando o mito capacitista, o livro traça a linha contínua da complexidade nas interações sociais e afetivas, trabalhando conceitos como o de “dupla empatia”, de que a falha comunicativa decorre de uma sociedade que corta os laços de compreensão com a neurodivergência. Vemos que relações formadas entre pares autistas podem ser baseadas em cordões de empatia mútua, permitindo contatos que podem ser descritos como mais genuínos, relaxados.

A obra também puxa o fio da sexualidade para muito além da genitalidade, de um biologicismo simples e puro. A sexualidade erótico-sensorial, incluindo dinâmicas de BDSM baseadas em consentimento, regras claras e previsibilidade, surge como uma via possível de autorregulação orgânica. Em paralelo, o “desejo neuroqueer” encontra na criatividade, especialmente por meio das *fanfictions*, valorizando também escritas consideradas mais informais e não estruturadas, respeitando um caminho de imaginação e ruptura, em que as maneiras de explorar a própria sexualidade de pessoas autistas pode se conectar, não se pautando, necessariamente, nas elaborações e ficções neuronormativas dominantes.

O FIO DA INTERSECCIONALIDADE E DO CUIDADO

Um dos vários fios que atravessam e formam a trama desta coletânea está fundamentado na interseccionalidade. O paradigma biomédico hegemônico do transtorno do espectro autista foi culturalmente atado à figura do menino branco e de classe média, tendo crises visíveis e comportamentos que se encaixam nos estereótipos atuais e midiáticos do que é ser autista. Mulheres autistas e pessoas designadas como mulheres ao nascer frequentemente descrevem diagnósticos tardios e adoecimentos ligados a uma

camuflagem social intensa demandada pelas expectativas binárias de gênero e da socialização dita “feminina”.

O debate segue as linhas fraturadas pelo racismo estrutural, pelo classismo e pela desigualdade territorial. Corpos autistas negros, indígenas, asiáticos e periféricos frequentemente têm suas diferenças empurradas para as margens, sendo tratadas como problemas de comportamento ou enfrentando o abandono necropolítico do Estado. É imprescindível traçar caminhos que descolonizem o autismo e garantam o pertencimento dessas identidades. De todos nós.

Para tecer tamanha complexidade, os capítulos apontam rotas urgentes para uma prática clínica mais humana. Discutem-se adaptações fundamentais na saúde e na psicoterapia, englobando terapias afirmativas, manejo das crises, estresse de minoria e do processo de *outness* (sair do armário para si e para o mundo). Indo além da clínica, fica evidente a necessidade de tecer redes de comunidades e espaços seguros para conectar e acolher quem habita os cruzamentos do autismo com a diversidade LGBTQIAPN+.

PARA PERCORRER ESTE LIVRO

Os caminhos que apresentamos a seguir são diversos, instigantes e abertos. Sim, de propósito mesmo. Deixam várias pontas soltas, vários eixos ainda abertos para serem conectados e reconectados, questionados, para que a linha continue para além do papel ou da tela de leitura. Os textos que formam o cordão desta obra nasceram de um esforço estudantil e coletivo no mestrado, mas ultrapassam os muros acadêmicos desde o começo. Eles não representam o fim da linha, o final de um percurso. Nós deliberadamente escrevemos trilhas, atalhos e conexões contínuas sobre como podemos pensar e repensar, construir e reconstruir,

interpretar e reinterpretar vivências de gênero e sexualidade de pessoas autistas em todas as suas formas de existir.

Desejamos que cada leitor, seja profissional, pesquisador, curioso, neurodivergente ou não, encontre nestas páginas laços possíveis, com muito potencial para amarrar e principalmente *desatar* possíveis nós. Que este livro siga seu curso como leitura de validação e autocompreensão, ferramenta clínica, suporte político e como fio condutor afirmativo. É nas múltiplas conexões que a experiência humana se faz mais livre e potente.

Boas leituras e bons caminhos!

REFERÊNCIAS

CASSIDY, S.; BRADLEY, L.; SHAW, R.; BARON-COHEN, S. Risk markers for suicidality in autistic adults. *Molecular Autism*, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2018.

COPPA, F. A Brief History of Media Fandom. In: HELLEKSON, K.; BUSSE, K. (Eds.). *Fan Fiction and Fan Communities in the Age of the Internet: New Essays*. Jefferson: McFarland & Co., 2006. p. 41-60.

COSTA, R. S. A descolonização do autismo: protagonismo autista e inclusão social. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 270-283, 2023.

GEORGE, R.; STOKES, M. A. A Quantitative Analysis of Mental Health Among Sexual and Gender Minority Groups in ASD. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 48, n. 6, p. 2052-2063, 2018.

HULL, L. et al. Gender differences in self-reported camouflaging in autistic and non-autistic adults. *Autism*, London, v. 24, n. 2, p. 352-363, 2020.

MAGGIO, M. G. et al. Sex and Sexuality in Autism Spectrum Disorders: A Scoping Review on a Neglected but Fundamental

Issue. Brain Sciences, v. 12, n. 11, p. 1427, 2022.

MIRANDA, É. O. P.; CHAGAS, L. M. P. F. Camuflagem social e diagnóstico tardio de autismo em mulheres: uma revisão integrativa. Revista Neurociências, v. 32, p. 1–19, 2024.

PRESLAR, S. Fanfiction: A Look into the Disruptions of Gender Identity through Tropes. Electronic Theses and Dissertations, Paper 3885, 2018.

RUDOLPH, C. E. S. et al. Brief Report: Sexual Orientation in Individuals with Autistic Traits: Population Based Study of 47,000 Adults in Stockholm County. Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 48, n. 2, p. 619–624, 2017.

SCHNEID, I.; RAZ, A. The mask of autism: social camouflaging and impression management as coping/normalization from the perspectives of autistic adults. Social Science & Medicine, v. 248, p. 112826, 2020.

SILVERMAN, C. et al. Included, but not inclusive: A feminist critique of gender narratives in autism research. Autism, v. 27, n. 3, p. 771–783, 2023.

STRANG, J. F. et al. “They Thought It Was an Obsession”: Trajectories and Perspectives of Autistic Transgender and Gender-Diverse Adolescents. Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 48, n. 12, p. 4039–4055, 2018.

WALKER, N. Neuroqueer Heresies: Notes on the Neurodiversity Paradigm, Autistic Empowerment, and Postnormal Possibilities. Fort Worth, TX: Autonomous Press, 2021.

WARRIER, V. et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. Nature Communications, v. 11, n. 3959, 2020.

SOB A LUZ DO DUPLO ARCO-ÍRIS:

reconhecimento de direitos
incentivado por termos,
símbolos e representações
de autistas, LGBTQIAPN+ e
mitologia

HONÁCIO BRAGA DE ARAÚJO

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Sou um homem cisgênero, endossexo, branco, piauiense, gay, autista e artista (escritor e desenhista como honaraujo no instagram), pesquisador, professor e casado. Recebi o diagnóstico de autista aos 32 anos, em 2022, e sou duplo neurodivergente: autista e AH/SD (Altas Habilidades/Superdotação). A hipótese de ser neurodivergente surgiu aos 24 anos, quando passei a morar com o Cláudio, que foi quem iniciou essa suspeita. Nós começamos a namorar em 2008, quando eu tinha 19 anos, e casamos no nosso aniversário de 10 anos. Em 2025, completamos 17 anos juntos.

Em relação aos meus interesses, costumo alternar períodos de hiperfoco em temas científicos e em temas artísticos. Entre as artes, foco principalmente em obras de mitologia, fantasia, ficção científica, desenho, escrita, moda, dança e drag. Tenho interesses de pesquisa nas áreas de Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Ambiental e Direito Civil, com ênfase em temas de direito das famílias, direitos da personalidade, antidiscriminação, LGBTQIAPN+, autistas, gênero, deficiência, mudanças climáticas, tecnologia e propriedade intelectual.

Desde 2022, sou doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) como bolsista CAPES/PROEX e integrante do Coletivo Stim – Coletivo Autista da UFPR. Tenho graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A minha pesquisa da tese de doutorado analisa a educação em direitos humanos como um meio de combate à discriminação de autistas e LGBTQIAPN+, com vínculo à Área de Concentração “Direitos Humanos e Democracia”, à Linha de Pesquisa “Cidadania e

Inclusão Social” e ao Projeto “Núcleo de Direitos Humanos e Vulnerabilidades”, coordenado pela minha orientadora, a professora Ana Carla Harmatiuk Matos.

Escolhi o tema de termos e símbolos de comunidades autistas e LGBTQIAPN+ para este capítulo porque, além de ter começado a pesquisar sobre antidiscriminação desses grupos a partir do doutorado, os assuntos de etimologia e de simbologia estão entre os interesses que despertam o meu hiperfoco. Inclusive, coleciono livros sobre as origens de palavras de temas gerais e sobre símbolos de temas gerais.

Por ter sofrido bullying na escola, decidi estudar sobre a área antidiscriminatória como doutorando – e sobre a questão específica deste capítulo – como parte da minha jornada de autoconhecimento e de contribuição no combate a estigmas em relação a essas duas comunidades que eu integro. Nesse processo, ganhei mais confiança para a expressão de características autísticas e lgbtísticas em aspectos comportamentais e visuais. Agora, ocupo espaços sendo abertamente gay autista, a fim de inspirar mais gente a viver livremente, pois me inspirei em quem já fez algo similar.

Nesse sentido, expresso os meus agradecimentos a um conjunto de youtubers LGBTQIAPN+ que me incentiva a acreditar em arte, ciência e humor como meios para nos resgatarmos e, entre essas pessoas, há autistas LGBTQIAPN+ que me encorajam a viver sem esconder que eu sou um gay autista. Aqui, destaco dez canais brasileiros: DaCota Monteiro, Gay Nerd, Jessica Ballut, Lorelay Fox, Louie Ponto, Mikannn, Natty Hills, Ora Thiago, Sociocrônica e Tempero Drag. E fora do Brasil, destaco o canal de Alexander Ávila, latino, estadunidense, autista, bissexual, homem trans e sociólogo graduado pela Brown University.

Faço um alerta de que este capítulo não tem a intenção de apontar respostas definitivas sobre o que seria verdadeiro quanto à origem e à utilização de termos e símbolos referentes à autodeclaração de identidades autistas e LGBTQIAPN+. Em alguns casos, não há consenso sobre uma forma correta de adotá-los.

INTRODUÇÃO

No primeiro tópico deste capítulo, apresento alguns aspectos das origens e dos significados de termos que estão relacionados à comunidade autista – como autismo, neurodiversidade e neurodivergente – e também abordo símbolos ligados a autistas, alguns dos quais estão envolvidos em controvérsias.

No segundo tópico, trato sobre termos e símbolos que se ligam à comunidade composta por pessoas com orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais que são socialmente consideradas como dissidentes do modelo hegemônico da cisheteronormatividade. Geralmente, tal grupo é designado por meio de uma sigla, com uma série de variações, tais como LGBTQIAPN+ e LGBT. Ainda no segundo tópico, eu articulo algumas reflexões a respeito das maneiras como, às vezes, são encarados o quebra-cabeça, como símbolo de autistas, e o termo viado, como um modo de se referir a homossexuais e/ou demais integrantes da comunidade LGBTQIAPN+ (já que, inicialmente, não era dirigido apenas a gays).

No terceiro tópico, faço propostas de interpretações dos possíveis significados de características dissidentes em personagens fictícias inseridas dentro de um campo que, de forma simplificada, chamo de mitologia. Esse campo é composto por histórias (textuais e/ou audiovisuais) com

elementos mágicos, sobrenaturais, fantásticos etc., tais como os contos de fadas, as lendas e outras narrativas folclóricas, bem como as suas adaptações e derivações. Com base em um recorte dentro desse campo, faço uma análise autoetnográfica de características autísticas e lgbtísticas a partir de cenas – e respectivas letras de músicas – de personagens de filmes de animação.

Neste capítulo, o meu questionamento diz respeito a como os termos, símbolos e representações de autistas, LGBTQIAPN+ e seres mitológicos podem estabelecer, entre si, alguma conexão com potencialidade para contribuir no entendimento sobre estratégias de cooperação e fortalecimento das lutas de movimentos sociais pelo reconhecimento de direitos, e pela afirmação desses direitos, para grupos sociais dissidentes, com foco nos atravessamentos entre o espectro autista, o espectro LGBTQIAPN+ e o espectro mitológico.

A minha hipótese é que esse questionamento poderia ser respondido por meio de um conjunto de articulações teóricas e críticas sociais, atravessando linhas de raciocínio baseadas nas minhas conjecturas sobre a simbologia de grupos sociais (autistas e LGBTQIAPN+) e personagens fictícias, em relação às experiências vividas pelas pessoas desses grupos no que se refere às demais pessoas ao seu redor, bem como no que se refere às histórias folclóricas que refletem sobre o que significa ser humano com base em comparações metafóricas por meio das quais alguns atributos fora do comum são representados como algo mágico, fantástico.

O meu objetivo é discutir sobre reinterpretações de algumas formas de uso da linguagem (verbal, imagética e representativa), a fim de analisar a possibilidade de que elas sejam reapropriadas e ressignificadas por meio de

uma perspectiva autística-lgbtística sobre a busca por reconhecimento e afirmação dos direitos de expressão da personalidade, associados a dessa dupla de comunidades dissidentes, aproximadas pelas vivências de mascaramento e armarificação das dissidências como mecanismos de sobrevivência em contextos pouco favoráveis à diversidade.

1. TERMOS E SÍMBOLOS ASSOCIADOS A AUTISTAS

O termo autismo foi criado “pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para designar um sintoma da esquizofrenia (conceito também criado por Bleuler)”, em 1911, e reutilizado a fim de se referir a um distúrbio, em 1943, quando “o psiquiatra austríaco Leo Kanner, radicado nos Estados Unidos, denominou o Autismo Infantil”, de modo que a comunidade científica absorveu as descrições de Kanner e, assim, esse uso do termo foi amplamente difundido (Ferreira; Maroneze, 2023, p. 11).

Embora não haja concordância entre dicionários quanto à etimologia da palavra autismo, em geral “são feitas referências ao grego (autós - no sentido de ‘de si mesmo’ + ismo)” (Ferreira; Maroneze, 2023, p. 18). Nesse sentido, pode-se notar que

algumas definições apresentam inadequações em relação ao conceito atual de “autismo”. Observem-se as seguintes definições: “Estado mental patológico que leva a pessoa a fechar-se em seu próprio mundo, alheando-se, em grande medida, do mundo exterior.” e “Ausência de interesse pelo que é exterior.” (Dicionários Aulete e Priberam, grifos nossos). Essas definições apresentam um dos mitos comuns sobre o autismo, que é o de que pessoas autistas vivem em “seu mundo próprio”, interagindo com o ambiente que “criam”. Na verdade, se, por exemplo, uma criança autista fica isolada em seu canto observando as outras brincarem, não é porque ela necessariamente tem

“ausência de interesse” no ato de brincar ou porque “vive em seu mundo”, mas por ter dificuldade em iniciar, manter e terminar adequadamente uma interação” (Ferreira; Maroneze, 2023, p. 19).

Na década de 1940, Kanner aplicou o termo autismo para o que ele enxergava como uma pessoa indiferente ao mundo exterior, voltada a si mesma. De maneira semelhante à supracitada reutilização do termo autismo, entre Bleuler e Kanner, a palavra foi reutilizada anos depois, dessa vez por Lorna Wing.

No final da década de 1970, a psiquiatra infantil Lorna Wing, com larga experiência no estudo do autismo, começou a trabalhar a hipótese de que o autismo de Kanner, na verdade, era apenas uma porção daquilo que seria entendido, mais tarde, como o espectro do autismo. Neste mesmo período, a pesquisadora teve contato com o trabalho do austríaco Hans Asperger, que postulou em 1944 uma “psicopatia autista”, manifestada em indivíduos caracterizados pela fala formal e pedante (como pequenos professores), interesses em tópicos restritos, dificuldade no contato visual, dificuldade no entendimento da linguagem não-verbal e na construção de amizades. [...] Wing reviveu esta descrição, em 1981, em um artigo que nomeava essas características como Síndrome de Asperger (Abreu, 2021, p. 14).

Posteriormente, surgiram mais termos associados a autistas e outras pessoas com condições distintas do referencial visto como neurologicamente típico (ou seja, neurotípico). Por serem recentes, os termos neurodiversidade e neurodivergente às vezes não são aplicados de acordo com as pretensões de suas criadoras.

A australiana Judy Singer criou o termo neurodiversidade em seu trabalho de conclusão de curso da graduação em

Sociologia, em 1988. No entanto, há quem erroneamente pense que seria uma tese de doutorado, porque as monografias são chamadas de “honours thesis” na Universidade de Tecnologia de Sidney, na Austrália (Abreu, 2021, p. 20). O outro termo, neurodivergente, foi criado em 2000 pela ativista estadunidense Kassiane Asasumasu, se dirige a indivíduos distintos do neurotípico, visto que o termo neurodiverso se refere a uma coletividade composta por indivíduos neurodivergentes e neurotípicos (Abreu, 2021, p. 21-22).

Assim, chamar uma pessoa de neurodiversa seria como dizer que uma planta é biodiversa, pois a biodiversidade se refere ao conjunto diversificado de seres vivos. Logo, o termo neurodiversidade faz referência à diversidade humana em relação aos aspectos neurológicos, não apenas a neuroatípicos (como é o caso de autistas). Após tratar sobre termos ligados a autistas, passo a abordar símbolos ligados a autistas.

Um símbolo comumente aplicado ao tema autismo é o laço azul, ou a cor azul em outras formas, porque há quem pense ser uma condição mais presente no gênero masculino. Na verdade, outros gêneros têm barreiras no acesso ao diagnóstico, por conta de concepções equivocadas. Por sua carga discriminatória, há quem evite usar tal símbolo. Há um movimento na comunidade autista que sugere usar vermelho (pelo jogo das palavras “red instead”, “vermelho em vez disso” em inglês).

Outro geralmente direcionado a autistas (esse criado por autistas) é o símbolo do infinito com o espectro das cores; porém, ele simboliza a neurodiversidade, não só autistas. Por isso, há um movimento autista que sugere o infinito dourado, pois o ouro é “au” na tabela periódica (por ser “aurum” em latim), coincidindo com “au” de autista. Mais um símbolo usado por autistas, mas que engloba não apenas autistas, é

o cordão com estampa de girassóis, que identifica pessoas com deficiências invisíveis.

Sendo o símbolo de autismo mais conhecido mundialmente, o quebra-cabeça é considerado como oficial por leis brasileiras, aparecendo também em sinalizações de grupos prioritários (junto dos símbolos de gestantes, pessoas idosas e outros). Por esse motivo, ele aparece em vagas de estacionamento, assentos de ônibus, filas de embarque em aeroportos, caixas de lojas, recepções de clínicas e hospitais etc. Além disso, esse símbolo é frequentemente visto em cordões, roupas, acessórios, adesivos, capas de livros, cartazes e itens de divulgação de campanhas, eventos e serviços.

Entretanto, o quebra-cabeça é um símbolo polêmico e não só por sua criação sem o envolvimento de autistas. Como uma fonte sobre isso, utilizei um texto de Jayar Brenner, autista e estudante de Educação Musical, Escrita Criativa de Não Ficção e Estudos LGBTQ+ na Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos.

A peça do quebra-cabeça foi usada pela primeira vez como um símbolo para o autismo em 1963 pela National Autistic Society no Reino Unido: era uma única peça de quebra-cabeça e uma criança chorando, significando sofrimento e não se encaixar [hoje, o logotipo desta organização não é de quebra-cabeça, mas algo similar a um círculo]. O símbolo mais visto hoje é o da fita de quebra-cabeça – não uma única peça, mas uma junção de várias peças coloridas –, criado em 1999 pela Autism Society nos Estados Unidos, um símbolo que reflete complexidade e diversidade (Brenner, 2021).

Algumas pessoas afirmam achar isso reconfortante, explicando como significa “que não estou sozinho” ou como serve como um lembrete “de que sou parte do grande

quebra-cabeça da vida”, contudo, o símbolo do quebra-cabeça ou luzes azuis lembram outros de solidão, tristeza e isolamento (peça faltando) (Brenner, 2021).

A primeira parte da citação acima parece se referir ao símbolo formado por um conjunto de peças unidas e com várias cores, enquanto a segunda parte parece se referir ao símbolo composto por uma peça única e/ou o símbolo da cor azul. Algumas pessoas consideram o símbolo de quebra-cabeça ofensivo porque foi popularizado pela Autism Speaks nos Estados Unidos, fundada em 2005.

Portanto, é um lembrete dessa organização que, durante anos, fez campanhas abordando o autismo como fardo, tragédia, uma maldição que arruinava famílias, uma doença a ser curada. A declaração da missão dessa organização foi modificada em 2016, removendo o objetivo de prevenir e curar o autismo, passando a ter o objetivo de aumentar a compreensão e aceitação de autistas. Hoje, o símbolo dela é uma peça de quebra-cabeça com tons de azul, roxo e laranja.

Há outros dois problemas apontados: um é que o símbolo de quebra-cabeça infantiliza pessoas autistas, porque quebra-cabeças, em geral, são jogos projetados para crianças; e o outro é a insinuação de que pessoas autistas são incompletas e que precisam ser consertadas (Brenner, 2021).

Da forma como vejo, primeiro foi criado um símbolo de uma criança chorando junto com uma única peça de quebra-cabeça, e depois foi criado um símbolo de uma combinação de várias peças de quebra-cabeça, cada peça com uma cor diferente das peças mais próximas, de maneira que estão encaixadas, mas sem formar uma figura, como é de costume para um quebra-cabeça. Eu retomo a discussão sobre o símbolo do quebra-cabeça após o tópico seguinte, pois trago nele algumas informações que usarei como bases

para discutir sobre o seu uso como um símbolo do autismo.

2. TERMOS E SÍMBOLOS ASSOCIADOS A LGBTQIAPN+

Um detalhe que achei curioso: vi que a borboleta pode ser um símbolo autista e que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tem como símbolo uma fada com asas de borboleta. Além disso, o termo *fairy* (fada em inglês) tem um uso em países de língua inglesa que é parecido com o uso do termo *viado* no Brasil. Embora eu não tenha encontrado uma ligação evidente entre esses dados, me parece interessante como é possível ver pontos em comum. Talvez seja como a coincidência entre o espectro do arco-íris no infinito colorido e na bandeira LGBTQIAPN+.

Essa bandeira foi criada na década de 1970 nos Estados Unidos. Durante anos, ficou conhecida por ter seis cores (vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e violeta), porém, a versão original tinha também rosa e azul escuro (Reis; Cazal, 2021). Recentemente, foi criada uma nova versão, com acréscimo de faixas coloridas em um triângulo lateral, para representar pessoas pretas, pessoas marrons, pessoas trans e pessoas intersexo. Nesse sentido, é importante destacar que, além dessa que engloba toda a comunidade, existem dezenas de outras bandeiras específicas para divisões e sub-divisões. É o caso de duas que aparecem como partes da nova versão da bandeira LGBTQIAPN+, que são a bandeira trans (com faixas cor de rosa, azul e branco) e a bandeira intersexo (com um círculo roxo em um fundo amarelo).

Essas bandeiras são símbolos criados pela própria comunidade. Por outro lado, há termos usados por ela na atualidade que foram inicialmente criados por pessoas de fora dela como forma de taxá-la de doente ou defeituosa.

Assim, há uma série de termos com origem discriminatória que foram reapropriados e ressignificados por uma parte da comunidade LGBTQIAPN+. A seguir, tratarei sobre alguns desses termos.

É possível notar que, para algumas pessoas LGBTQIAPN+, a palavra viado “aparenta ser esvaziada de seu teor negativo, comportando-se como uma gíria do grupo ou sendo ressignificada, numa postura política de afirmação [...] pelo desencaixe ao padrão heteronormativo da sociedade” (Oliveira, 2021, p. 3). Uma origem do termo se liga aos veados, por sua “delicadeza, timidez e suavidade, que faz com que as pessoas acabem os associando ao homem homossexual, que supostamente apresentaria tais características” (Cittadin; Lino, 2018, p. 5). Nesse vínculo entre o termo veado e o termo viado, há um desvio na escrita e na pronúncia “dessa língua toda própria, des-viada, o português do Brasil. [...] O bicho (como bicha) está na vontade de tornar animal –leia-se: menos humanas– essas pessoas des-viadas. [...] Viado: de veado, de desvio, de erro, de animal” (Silva, 2014, p. 3).

Originalmente, homossexual e transexual eram nomes criados para quem tinha homossexualismo e transexualismo, antigas doenças oficiais (agora não são doenças: são homossexualidade e transexualidade). Gay e queer, palavras em inglês com seus antigos sentidos, recentemente ganharam um teor pejorativo, depois foram retomadas por quem era alvo de insultos, transformando em sinais de resistência. Em inglês, gay significa alegre, divertido, vistoso, brilhante, festivo (como termo LGBTQIAPN+, às vezes está em textos brasileiros como guei) e queer significa estranho, excêntrico, extraordinário, fantástico (como termo LGBTQIAPN+, às vezes aparece em português como cuir).

Há quem ache que o termo viado vem do animal veado.

Prefiro a ideia de que se originou na palavra desviado ou transviado (que se desviou, saiu da via, ou seja, não segue a regra imposta). Não sei se uma hipótese é certa e a outra é errada, ou se ambas colaboraram na criação. Embora gays tenham transformado o termo viado em um sinônimo de gay, gente atrasada ainda o usa como se ser assim fosse inferior, a fim de agredir. Por isso, é preciso ter cuidado ao usá-lo, dependendo do momento e da proximidade entre pessoas. Mesmo não sendo uma regra, parece ser geralmente aceito que uma pessoa LGBTQIAPN+ chame outra pessoa LGBTQIAPN+ de viado, bicha ou sapatão (que são outras reapropriações e ressignificações como formas de contestação às normas).

Dessa maneira, termos como viado, gay e queer têm origens negativas, foram iniciados por pessoas que seguiam o modelo hegemônico para se referir às pessoas que eram diferentes deles. Mas (e esse seria um grande “mas”), talvez esse histórico seja um pouco parecido com o da palavra autista e o do quebra-cabeça como símbolo do autismo. Vou explicar o que quero dizer com essas comparações.

Como analogia, enfatizo que o logotipo da Wikipédia mostra um globo feito de peças de quebra-cabeça para simbolizar a busca por conhecimento. Pode-se ver esse como um símbolo de algo que não se entende tão bem, por falta de informação, porém pode-se aprender mais sobre assuntos complexos para vê-los de outra forma.

Algumas pessoas autistas podem escolher reutilizar ou resgatar o símbolo das peças de quebra-cabeça com um significado positivo sobre a conexão da comunidade autista, sobre a sociedade se unindo para melhorar a vida de autistas. Apesar de haver quem o interprete como símbolo de problema, desafio, busca por solução, sinto como se ele pudesse simbolizar as peças da minha história de vida se

juntando – e fazendo sentido – a partir de quando confirmei que eu sou autista e me entendi melhor.

Há quem entenda que o laço de quebra-cabeça colorido é um símbolo confuso? Sim (inclusive eu, pois peças unidas com cores misturadas não montam uma imagem). Assim como há quem não entenda qual é o significado atual da palavra autista (inclusive eu, há alguns anos), pelo fato de que remete à ideia de “auto”, que foi aplicada décadas atrás para se referir ao estereótipo de “pessoa voltada a si própria”. Enfim, proponho que, se nós autistas ressignificamos o termo autista, talvez algumas pessoas autistas, se quisessem, poderiam fazer algo semelhante com o símbolo de quebra-cabeça. Ou seja, poderia ser um processo (opcional) de retomada e reaplicação.

Como mencionado anteriormente, há termos ligados a pessoas dissidentes que foram retomados e reaplicados por elas. Entre esses termos, estão aqueles utilizados para denominar teorias e áreas de estudos, como por exemplo, teorias queer, teorias crip, justiça defixa, estudos aleijados e estudos loucos. A ideia parece ser a de afirmar essas abordagens como desafiadoras da normatividade, da ordem imposta. Como um paralelo com tal reviravolta da percepção da dissidência, passando de desvalorizada para valorizada, passo a discorrer sobre a valorização de características dissidentes em seres mitológicos, a fim de propor um exercício interpretativo.

3. MITOLOGIA COM PERSPECTIVA AUTÍSTICA E LGBTÍSTICA

O exercício de interpretação que eu proponho é baseado em um conjunto de narrativas ficcionais com as quais eu me identifiquei como um gay autista, a partir das quais eu extraio representações das vivências de mascaramento

e armarificação. Tais vivências, experienciadas por mim e outras pessoas autistas e/ou LGBTQIAPN+, estão relacionadas a tentativas de esconder ou disfarçar as nossas dissidências, por medo de violência, rejeição e exclusão. As personagens que destaco aqui têm em comum o fato de que passam por situações em que a percepção sobre um atributo destoante causa ostracismo e/ou ocultamento motivado por receio da incompreensão alheia.

Ressalto que, nessas personagens, tais atributos são, às vezes, representados como algum elemento de histórias de fantasia ou de ficção científica (poderes mágicos ou pertencimento a uma espécie mitológica, por exemplo), de modo que tal elemento poderia funcionar como uma metáfora para várias formas de dissidências. O espectro autista e o espectro LGBTQIAPN+ não são as únicas categorias de dissidências do padrão hegemônico que poderiam ser metaforicamente representadas por elementos fantasiosos contidos em histórias como essas, porém, neste texto, eu me concentro nesses dois espectros, a fim de enfatizar os tensionamentos relacionados a mascarar ou não mascarar, sair ou não do armário, que são o foco da minha análise.

Nesse sentido, proponho o seguinte exercício interpretativo. Adiante, comento sobre como eu me identifico com algumas cenas e letras de músicas de filmes com os quais tive contato na infância, adolescência e vida adulta. Os meus comentários são baseados na minha percepção pessoal sobre a identificação de atributos de seres mitológicos como possíveis representações simbólicas de vivências de pessoas que, como eu, sentiram ou sentem que há uma imposição social para disfarçar dissidências como requisito para uma suposta assimilação à sociedade como um todo, pautada por uma conformidade aos padrões hegemônicos. A minha proposta é tentar perceber as possíveis conexões entre

essas histórias de ficção e as situações reais de busca por condições propícias à descamufagem, desmascaramento (unmasking) e saída do armário (outing) de pessoas que, como eu, são autistas e LGBTQIAPN+.

Começo com um exemplo mais recente: o filme de animação “Guerreiras do K-Pop”, no qual Rumi, Mira e Zoey formam um trio musical que é, também, uma equipe de caçadoras de demônios. Em uma das primeiras músicas do filme, “Golden”, a letra (traduzida do inglês para o português) fala sobre: viver duas vidas, fazendo tentativas de jogar (ou atuar) em dois lados, sem conseguir encontrar o seu próprio lugar; ser chamada de problemática por não se conformar às regras (por ter ficado selvagem); ter esperado muito tempo para derrubar as paredes (que eram como um esconderijo) e para se sentir autêntica; se cansar de se esconder e passar a brilhar, que é algo que ela nasceu para fazer.

É na cena dessa música que aparecem as marcas na pele de Rumi, até então ocultas sob a roupa, que a caracterizam como descendente de demônio, algo que ela esconde de Mira e Zoey. Ao longo do filme, há diálogos e músicas que expressam conflitos internos e interpessoais relacionados às ideias de estigma contra diferenças, pertencimento e aceitação. Essas ideias são transversais a outras personagens que trago aqui, com as quais eu me identifico como um gay autista: sofro com os temores de passar por LGBTQIAPN+fobia e capacitismo, ao mesmo tempo em que desejo ser mais eu mesmo, sem esconder as minhas dissidências, em um entorno seguro.

Assim como partes da comunidade LGBTQIAPN+ e da comunidade autista, eu me identifico com histórias que têm algo socialmente visto como estranho, esquisito, bizarro. Às vezes, elas estão relacionadas com elementos de magia,

terror e macabro, como bruxas e monstros, temidos e perseguidos. Por exemplo, gosto de histórias em que estranhezas, esquisitices e bizarrices são celebradas, fantásticas, dotadas de um poder de mostrar que outras realidades são possíveis de serem vividas. Entre elas, “O Estranho Mundo de Jack”, “A Família Addams” e derivadas, como “Wandinha”.

Um exemplo recente de personagem vista como monstruosa é a protagonista-título do filme de animação “Nimona”, que transita entre diversas formas, tais como espécies de animais e formas humanas, de diferentes tamanhos, idades e gêneros. Há cenas e diálogos em que poderiam ser vistos alguns paralelos com a perseguição sofrida por comunidades dissidentes do grupo social hegemônico. Um outro elemento interessante desse filme é a presença de uma relação amorosa entre dois homens, e a minha menção a isso é relevante para ressaltar um aspecto deste texto. Se eu fosse analisar personagens evidentemente LGBTQIAPN+ e que não têm a sua dissidência como foco principal da narrativa, eu falaria do casal do filme “Nimona”, da protagonista do filme “A Família Mitchell e a Revolta das Máquinas” ou do filme “Mundo Estranho” (Disney, 2022). Porém, a minha intenção é abordar a ideia de uma pessoa se reconhecer/ser reconhecida, se temer/ser temida, se reprimir/ser reprimida, se celebrar/ser celebrada como alguém dissidente. Assim, passo a tratar sobre mais personagens cujas tramas são focadas na sensação de deslocamento e inadequação, bem como no anseio por liberdade e pertencimento.

No filme de animação “Encanto” (Disney, 2021), há uma música chamada “Surface Pressure”, cantada pela personagem Luisa Madrigal, uma mulher musculosa de força sobrehumana que faz parte de uma família cheia de pessoas com dons mágicos. Na letra (traduzida do inglês para o português), ela diz que: por baixo da superfície, sente

que não vale nada se não puder ser útil; que não pode falhar, vacilar, errar ou fazer uma pausa; que a pressão está prestes a fazê-la explodir. E ela questiona: se pudesse se livrar do peso esmagador das expectativas, isso liberaria espaço para sentir alegria, relaxamento ou simples prazer? Nesse momento, eu me identifico como alguém que, por ser diferente, passou anos sentindo que precisava se esforçar mais, para alcançar mais, como uma forma de compensar algo socialmente visto como defeito. E sentindo, ao mesmo tempo, uma insegurança de não ser bom o suficiente, nem merecedor do que conquistei. Em alguns contextos, essas vivências recebem nomes como síndrome do impostor, overachieving e overcompensating, ligadas à ideia de esforço excessivo, algo que já vi ser relatado não apenas por pessoas LGBTQIAPN+, autistas e outras pessoas com deficiência e pessoas neurodivergentes, mas também pessoas negras, mulheres e outros grupos historicamente discriminados.

Em um trecho dessa mesma letra, há uma referência direta a Hércules (herói da mitologia grega antiga) em suas tarefas árduas – inclusive, isso se liga ao uso da expressão trabalho hercúleo. Nesse ponto, trago outro personagem que está na minha seleção de histórias para comentar, que é o protagonista-título do filme de animação “Hércules” (Disney, 1997), no qual ele é retratado como descendente do deus grego Zeus. Nessa versão, há modificações do mito original, misturando acontecimentos, pessoas e criaturas de diversos mitos e colocando Hércules como filho de uma deusa (em vez de filho de uma humana), como parceiro heróico de Pégasus (no lugar de um outro herói), como aprendiz de um sátiro (em vez de um centauro) e como habitante de uma mistura entre Grécia Antiga e uma visão do Ocidente na Pós-Modernidade permeada por elementos do sistema capitalista de produção cultural de massa, pessoas

alçadas a um patamar de celebridade e representações monstruosas de desastres climáticos.

No filme em questão, ele é rejeitado e excluído por ser diferente. Pensando ser um humano, depois descobre que é semi-deus, o que explica a força sobrehumana que o tornava temido e isolado – de forma semelhante a um conhecido conto de fadas, “O Patinho Feio”. Na transição entre não saber e saber sobre essa parte de si, surge a música “Go The Distance”, em cuja letra (traduzida do inglês para o português) ele fala sobre o seu sonho de encontrar um lugar onde ele será bem recebido, um lugar para sentir que está em casa, que está onde deveria estar, onde ele pertence.

Outro filme de animação que adapta, com modificações, um mito antigo focado em treinamento de batalha, dessa vez da China, é “Mulan” (Disney, 1998), cuja personagem-título é uma mulher (destoante das expectativas familiares sobre os comportamentos) que, disfarçada de homem e aconselhada por um dragão, se torna uma guerreira. No momento em que se sente inadequada e deslocada, ela canta os seus sentimentos na música “Reflection”. Na letra (traduzida do inglês para o português), ela diz que: é como se ela interpretasse um papel todos os dias; se ela usar uma máscara, pode enganar o mundo, mas não pode enganar a si mesma; ela está em um mundo onde preciso esconder o seu coração, mas ela não vai fingir ser outra pessoa para sempre e, de alguma forma, ela será amada por quem ela é. E ela questiona: será que existe um eu secreto que ela é obrigada a esconder?; por que o seu reflexo é alguém que ela não conhece?; quando o seu reflexo mostrará quem ela é por dentro?

Essa música me toca profundamente, por ressoar com as minhas vivências de mascaramento das minhas dissidências como um gay autista. Em relação à ideia de um indivíduo se

disfarçar para ter passabilidade em um mundo dominado por pessoas que o veem como monstro, o protagonista-título do filme de animação “Luca” (Disney, 2021) é uma criatura marinha que, ao ir da água para a terra, fica com aparência humana e anda entre os seres humanos, movido pelo seu desejo de exploração. Ele tenta imitar os costumes humanos e evita se molhar – o que o faria retornar à sua forma marinha imediatamente – a fim de não ser descoberto e, desse modo, proteger a sua vida, pois os seres humanos temem, odeiam, caçam e matam o que eles chamam de monstros marinhos. Ao longo do filme, há cenas e diálogos relacionados às consequências de ocultar ou revelar o que há por trás do disfarce.

Em alguns aspectos, essa história se parece com a de outra personagem, uma criatura marinha que adquire forma humana, chamada Ariel, protagonista do filme de animação “A Pequena Sereia” (Disney, 1989). Trata-se de uma versão modificada de um conto de fadas com o mesmo título, escrito por Hans Christian Andersen (o mesmo autor do conto “O Patinho Feio”, mencionado acima). Nesse filme, há uma música chamada “Part of Your World”, em cuja letra (traduzida do inglês para o português) Ariel fala que imagina que em terra as pessoas entendem, não repreendem as suas filhas, mulheres jovens e brilhantes, prontas para saber o que as pessoas sabem. Enquanto admira a sua coleção de objetos criados por seres humanos, cheia de itens repetidos, ela sonha poder viver fora dessas águas, explorar a costa lá em cima, ser parte daquele mundo. Nesse traço de colecionadora com hiperfoco, percebo um atributo que se assemelha ao comportamento de neurodivergentes. Além disso, já ouvi falar de uma leitura dessa trama como uma analogia à transição de pessoas trans. E noto um detalhe em comum com o filme “Mulan”, relacionado à arte drag:

em “Mulan”, a protagonista não apenas performa como drag king, mas também faz com que soldados performem como drag queens, em uma estratégia de combate; enquanto que em “A Pequena Sereia”, uma personagem chamada Ursula é inspirada em uma drag queen chamada Divine.

Há, ainda, a adaptação – com modificações – de outro conto de Hans Christian Andersen, chamado “A Rainha do Gelo”, que deu origem ao filme “Frozen” (Disney, 2013), no qual a personagem Elsa é forçada pelos seus pais, desde a infância, a ocultar os seus poderes mágicos congelantes. Em relação a isso, ela canta a música “Let It Go”, que, em alguns aspectos, se aproxima da música “Golden”, citada acima, no que diz respeito à libertação do mascaramento: cansada de se esconder, agora ela brilha. Na letra (traduzida do inglês para o português), Elsa conta como cresceu ouvindo que ela deveria conter, não deixar ver, esconder, não sentir, não deixar que saibam. Porém, ela não consegue mais segurar, não se importa com o que vão dizer, e os medos que antes a controlavam não conseguem alcançá-la. Ela diz que chegou o momento de testar os limites e avançar, sem certo ou errado, sem regras para ela, pois o passado é passado, ela está livre, nunca voltará e se erguerá como o amanhecer.

Para finalizar a sequência de representações ficcionais, trago um personagem cuja revelação dos seus poderes congelantes também se parece com uma saída do armário. Ele é chamado pelo apelido Bobby (ou o codinome Homem de Gelo) em uma sequência de filmes baseados nas histórias em quadrinhos de X-Men, que em muitos aspectos parecem representar estigmas e perseguições de grupos dissidentes. Além de uma trama sobre a busca por curar mutantes, destaco um diálogo entre uma dupla de personagens azuis, com aparências bem destoantes de outras pessoas:

Noturno pergunta por qual razão Mística não se disfarça o tempo inteiro, considerando que ela tem a aptidão de imitar a aparência de qualquer pessoa, e ela responde: porque nós não deveríamos ter que fazer isso.

CONCLUSÃO

Com base nas discussões desenvolvidas, aponto alguns entendimentos meus. Eu não os apresento com o intuito de determinar o que outras pessoas devem seguir, visto que são formas de compreender o mundo que podem fazer sentido para algumas pessoas, e para outras não. Nesse sentido, é como a discussão que fiz anteriormente a respeito de como existe uma parte da comunidade autista que desaprova o uso do quebra-cabeça como símbolo autista, enquanto que há pessoas que o utilizam em cordões e adesivos de carro, uma vez que ele geralmente está em placas indicativas de atendimento prioritário e vagas de estacionamento, por exemplo. Ou seja, afirmei que essa imagem, de origem depreciativa, poderia ser reapropriada e ressignificada por algumas pessoas, como aconteceu com os termos viado, queer, crip, defixa etc. Nesse contexto, é importante ressaltar que termos como esses não foram retomados e reaplicados de forma unânime, havendo pessoas que não os utilizam (por já terem sido empregados com sentido ofensivo) e pessoas que os utilizam (como um meio de exaltação da não conformidade).

Em relação a esses meus entendimentos, inicio por um que está relacionado ao meu apreço pelos filmes de animação que mencionei ao longo deste texto. Entendo que algumas pessoas autistas têm gostos socialmente vistos como infantis, em termos de cores e estilos de roupas, coleções de objetos, temas de interesse, como Pokémon etc. Vejo isso como algo que talvez comecemos a apreciar na

infância e mantenhamos por serem agradáveis, divertidas, prazerosas e confortantes, como, por exemplo, um cobertor felpudo, cor-de-rosa, estampado de unicórnios e arco-íris, que comprei para proteger o meu desacostumado corpo piauiense nas frias noites curitibanas, durante o primeiro ano do doutorado. Enquanto isso, algumas pessoas neurotípicas apreciam em segredo, ou não se permitem, abafando esse desejo, por não ser algo socialmente visto como “coisa de gente adulta”.

Para mim, seria possível fazer uma comparação com a percepção sobre o uso de joias no livro “A Utopia”: na nossa realidade, joias são símbolos de riqueza e poder, enquanto que na ilha descrita no livro, esses metais e pedras (que nós chamamos de preciosos) não têm um valor maior que o de outros metais e pedras, servindo apenas como enfeites para crianças, por serem brilhantes e coloridos. Ou seja, trata-se de uma convenção social a partir do contexto de um local e de uma época.

Nós, autistas, em alguns casos, decidimos seguir práticas simples e inofensivas como essas, que nos fazem bem, apesar de destoar das convenções com perspectiva adultocêntrica e infantifóbica. Ser criança, ou ter condutas e aparências socialmente vistas como “coisa de criança”, não é algo ruim em si: é a sociedade que inferioriza a infância, negando-lhe a autonomia à qual todas as pessoas têm direito, em todas as faixas etárias, na medida do possível, considerando as circunstâncias individuais, com as possibilidades de representação ou de assistência quando juridicamente cabíveis no que se refere aos atos de exercer direitos e obrigações.

Um outro entendimento meu diz respeito ao uso de cordões. Algumas vezes, uso o cordão verde de girassóis amarelos em eventos, acadêmicos ou não, e espaços públicos

em geral, por ele ser um símbolo mais abrangente. Com isso, eu me sinto conectado não só a autistas, mas também a outras pessoas com deficiência (PCD) que vejo passarem nesses lugares. Por exemplo, várias vezes cumprimentei ou fui cumprimentado com um sorriso por uma pessoa porque eu e ela estávamos com esse cordão, principalmente em shoppings.

Algumas vezes, cheguei a usar o cordão de quebra-cabeça em locais como aeroportos, por ser amplamente conhecido como forma de identificação direcionada especificamente a autistas. É facilmente reconhecível à distância, principalmente pela combinação de cores, que geralmente são vermelho, amarelo, azul e azul claro. No entanto, eu prefiro uma versão que comprei em uma loja física das Livrarias Curitiba (disponível também na loja on-line), que tem verde no lugar de um dos dois tons de azul, ficando assim quatro cores diferentes, e também tem uma linha grossa entre as cores (já vi uma versão com linha preta e uma com linha branca). Logo, as cores ficam mais contrastantes, evidenciando, para o olhar de pessoas que estão longe, que se trata desse tipo específico de cordão, e não outros que são parecidos por terem um gradiente de cores, como aqueles usados por pessoas que trabalham em alguma loja.

Já usei várias versões dos cordões, com tons, tamanhos e formatos variados das peças, no cordão de quebra-cabeça, e com diferentes tons de verde no cordão de deficiências invisíveis, com variações também nos tons, tamanhos e formatos dos girassóis. Algumas vezes, pessoas me pediram alguma informação, achando que eu era funcionário do local, provavelmente. Nem sempre elas dizem que foi por causa do cordão, mas dá para perceber que foi por isso. Eu acho engraçado e, quando eu sei, eu dou a resposta para a pergunta, e com gosto, pois acho agradável fazer e

receber esse tipo de gentileza com pessoas desconhecidas (incluindo nos momentos em que estou sem nenhum cordão), como, por exemplo, conferir com alguém pelo caminho qual direção seguir para chegar a um prédio específico nas redondezas.

Existe também um outro motivo pelo qual, às vezes, prefiro usar o cordão de girassóis, que é o fato de que há autistas que desgostam do símbolo de quebra-cabeça. Em relação a isso, eu concordo com esse entendimento, baseado em uma motivação histórica, e respeito a decisão de quem não quer usar. Por isso, a depender de para onde eu vou, evito usá-lo, a fim de não causar desconforto. Na minha visão, é mais ou menos como o uso das palavras estranho e esquisito. Eu sei que palavras como essas podem ofender algumas pessoas autistas, mas eu sinto prazer em usá-las quando eu me refiro a mim, ou a atos e gostos meus. Isso porque o modo como eu as encaro é semelhante ao modo como eu encaro o meu uso das palavras viado e bicha para me referir a mim, ou a atos e gostos meus, como algo positivo. Houve uma difusão do seu uso com conotação pejorativa, diante do qual partes da comunidade LGBTQIAPN+ fez com que palavras como viado, bicha, sapatão, caminhoneira etc. passassem por processos de reapropriação e ressignificação, incorporando-as como estratégia de retirada da carga depreciativa, retomada do poder de nomear vivências e exaltação da desobediência ao modelo imposto por grupos sociais opressores.

Eu uso essas e outras palavras semelhantes como uma forma de apreciação das minhas dissidências. É mais ou menos como quando eu me vejo no espelho, com um visual montado para uma ocasião especial, com roupas e acessórios que denotam a minha não heteronormatividade, e eu me acho lindo, então, penso: “que maravilha, hoje eu estou

muito viado!”. Eu gosto de dizer, por exemplo, que aprecio histórias e personagens socialmente vistos como esquisitas ou estranhas. Eu me identifico e me sinto representado por elas, por serem como são, sem se curvar às imposições de conformidade aos padrões. Para mim, viado, bicha, estranho e esquisito são como bandeiras de orgulho e resistência às opressões. Mas isso é o que eu falo em relação a mim, porque eu gosto, mas há quem não goste, então não uso essas palavras para me referir a outras pessoas, a não ser que uma delas as utilize para se referir a si própria. É mais ou menos como uma ideia transmitida por meio de uma frase popular entre alguns segmentos da comunidade LGBTQIAPN+: viado e sapatão pode chamar viado e sapatão de viado e sapatão.

Nesse sentido, cheguei a um entendimento sobre a palavra transtorno, que faz parte das nomenclaturas de algumas divergências, como, por exemplo, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Transtornar é desordenar e reordenar. E algo semelhante está presente nas nomenclaturas dessas divergências em língua inglesa, com o uso da palavra disorder. Nós temos formas de organização dos nossos pensamentos e comportamentos que são diferentes da forma típica de organização. Nós somos um transtorno em relação a esse referencial, ou seja, em um entorno planejado para acomodar exclusivamente as necessidades de pessoas típicas. Assim, há um paralelo com outras dissidências, como aquelas do espectro LGBTQIAPN+, uma vez que abalamos as estruturas nas quais a sociedade geralmente está alicerçada.

Como autistas e LGBTQIAPN+, somos transtornos para a normatividade, para a ordem imposta (pautada por ideais do capitalismo, patriarcado, corponormatividade,

cisheteronormatividade, supremacia branca etc.). Desviamos da ordem (da norma), expomos a falha da norma. A falha não é nossa por não estarmos dentro da norma; a falha é da norma por ela tentar nos deixar de fora, por tentar nos excluir, por tentar impor que nos escondamos, nos disfarçemos. Por isso, eu digo que, enquanto a forma de organizar a sociedade for excludente, eu irei transtornar. Para encerrar, relato que, nos últimos meses do meu doutorado (previsto para se encerrar em março de 2026), comecei a usar o cordão de girassol na universidade onde leciono, na academia e em mais lugares. Isso tem contribuído para que eu me sinta livre para falar e agir de forma mais autêntica, o que tem me deixado muito feliz.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tiago. Neurodiversidades. In: ABREU, Tiago. O que é neurodiversidade? Goiânia: Câne Editorial, 2021, p. 17-24.

BRENNER, Jayar. The Puzzle Piece Vs. Infinity Symbol – What To Use To Represent Autism? Study Breaks. August 26, 2021. Disponível em: <https://studybreaks.com/thoughts/puzzle-piece-infinity-symbol-a-symbol-for-autism>. Acesso em: 11 jan. 2026.

CITTADIN, Laura; LINO, Zaqueu J. Análise etimológica de palavras com sentido pejorativo em relação a membros da comunidade LGBTQI+. Revista Linguagem, Ensino e Educação – Lendu, v. 2 n. 1, 2018, p. 1-7. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/lendu/article/view/4346>. Acesso em: 11 jan. 2026.

FERREIRA, Aneilza C.; MARONEZE, Bruno O. “Autismo” e “autista”: um estudo lexicográfico. Domínios de Linguagem, v. 17, 2023, p. 1-25. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosde-linguagem/article/view/67713>. Acesso em: 11 jan. 2026.

OLIVEIRA, Lucas S. O termo ‘veado/viado’ em duas comunidades linguísticas: diferentes sensações de sentido na perspectiva da teoria queer e da semântica cultural. Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre, v. 1, n. 12, 2021, p.

1-6. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/18144>. Acesso em: 11 jan. 2026.

REIS, Toni; CAZAL, Simón. Bandeiras e símbolos. In: REIS, Toni; CAZAL, Simón. Manual de educação LGBTI+. Curitiba: IBDSEX, 2021, p. 89-93. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Manual-Educacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SILVA, Leandro S. Vinte e quatro notas de viadagem. Revista Periódicus – Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades, v. 1, n. 2, 2014, p. 1-11. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12889>. Acesso em: 11 jan. 2026.

INTERSECCIONALIDADE DE OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO EM PESSOAS AUTISTAS NÃO-BINÁRIAS NO BRASIL

SOL CAMPOS

QUEM ESCREVEU

Eu me chamo Sol Campos, sou uma pessoa não-binária, bissexual, com tripla excepcionalidade (autismo, TDAH e superdotação), psicóloga e mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Como muitos autistas que não fazem parte do padrão de menino branco cis heteronormativo, só tive meu diagnóstico dois anos atrás, após um burnout autista aliado a uma crise de fibromialgia que me deixaram um ano sem conseguir andar e sem saber o que estava acontecendo. Eu estava com 26 anos na época, e o diagnóstico tardio obviamente em um primeiro momento me trouxe muita revolta, pensando em como minha vida poderia ter sido mais fácil se isso tivesse sido visualizado mais cedo.

Além disso, eu venho de uma realidade extremamente pobre do campo, tendo inclusive trabalhado de forma braçal na infância. A junção de todas essas questões construiu a visão de mundo e da neurodivergência, que eu apresento nesse capítulo, que é calcada em relações sociais de classe, gênero, raça e território, já que não tem como não perceber essas questões quando você mesma é construída a partir delas. Hoje em dia, eu entendo muito mais minhas condições de saúde e de funcionamento. Meu foco na psicologia é a junção da neuropsicologia com a psicologia social, porque não tem como ter uma visão completa do funcionamento humano sem entender a relação entre essas áreas.

CORPOS AUTISTAS NÃO NORMATIVOS E OS LIMITES DO MODELO BIOMÉDICO

A produção científica e as políticas públicas hegemônicas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm historicamente adotado uma abordagem biomédica e

normativa, que define o autismo a partir de critérios centrados em um corpo masculino, branco, cisgênero e de classe média. Silverman (2023), ao analisar criticamente a literatura internacional sobre autismo, mostra como a figura do “menino branco de classe média com interesse restrito” consolidou-se como paradigma implícito da condição. Esse modelo normativo reducionista não apenas falha em representar a multiplicidade de experiências autistas, como também reforça desigualdades estruturais ao tomar essa experiência localizada como universal.

Quando se trata de pessoas autistas que vivem a não-binariedade de gênero, a feminilidade ou que pertencem a grupos racializados e empobrecidos, essas lacunas se tornam ainda mais graves. A partir da noção de interseccionalidade formulada por Crenshaw (1991), que evidencia como o racismo e o sexismo operam de forma simultânea na produção de vulnerabilidades específicas, e do pensamento feminista negro sistematizado por Collins (2019), que destaca a articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade na organização das hierarquias sociais, podemos compreender que o paradigma biomédico dominante deixa de enxergar essas experiências e contribui para sua marginalização ao não incorporá-las como centrais na definição do que conta como “experiência autista”.

A interseccionalidade, nesse contexto, não pode ser tratada como uma categoria acessória ou uma simples adição às análises convencionais. Como propôs Kimberlé Crenshaw (1991), a interseccionalidade é uma lente teórica e política que permite compreender como diferentes formas de opressão (sexismo, racismo, capacitismo, transfobia, classismo) operam de maneira simultânea e entrelaçada. No campo do autismo, sua aplicação é urgente, pois tratar como universal a experiência de um autista branco,

cis e de classe média faz com que outras formas de viver o autismo (racializadas, periféricas, não-binárias), sejam apagadas das pesquisas e políticas, limitando o acesso dessas pessoas aos seus direitos de cidadania.

Além disso, é fundamental reconhecer que gênero nunca atua isolado de outros marcadores sociais da diferença. Biroli (2018), ao discutir gênero e desigualdades no Brasil, mostra como as normas de feminilidade e masculinidade se entrelaçam com classe e raça na distribuição de vulnerabilidades e de acesso a direitos. Santos (2000), ao analisar o território como “território usado”, evidencia que as formas de apropriação do espaço são atravessadas por relações de poder e por uma geografia seletiva da presença do Estado. Articulando essas contribuições, podemos afirmar que, no Brasil, o autismo é experienciado e significado em meio a hierarquias de classe, raça e territorialidade, que atravessam o acesso ao diagnóstico, aos serviços e às redes de apoio.

Como mostram autoras negras brasileiras, o racismo estrutura quem é visto como sujeito de direitos e quem é produzido como “caso” ou “problema”. Gonzalez (1988) analisa como o racismo e o sexismo se imbricam na cultura brasileira, posicionando mulheres negras em lugares de subalternidade e hipervisibilidade negativa, enquanto Carneiro (2003) discute a construção do “outro” como não-ser e a centralidade da branquitude na definição do humano. Essas reflexões ajudam a compreender por que corpos autistas negros, especialmente quando lidos como femininos ou não-binários, tendem a ser vistos como ameaça, déficit moral ou desvio, e não como sujeitos que demandam cuidado e reconhecimento.

Do mesmo modo, as desigualdades de classe e a divisão territorial entre centros urbanos valorizados e periferias,

bem como entre regiões do país, formam verdadeiros mapas de (im)possibilidade de cuidado. Santos (2000) chama atenção para como infraestruturas, serviços e oportunidades se distribuem de forma desigual no território, enquanto Rolnik (2015) mostra como processos de financeirização e “revitalização” urbana expulsam populações pobres para áreas com menos recursos. Aplicadas ao campo do autismo, essas análises indicam que o acesso a diagnóstico, a terapias e a redes de apoio é profundamente condicionado pelo lugar onde se vive.

Pessoas autistas negras, indígenas, pobres e moradores de periferias urbanas ou de regiões historicamente negligenciadas pelo Estado enfrentam, assim, um acúmulo de barreiras materiais, raciais e territoriais que raramente aparece nas estatísticas e nos protocolos biomédicos, mas organiza profundamente sua experiência de mundo. Ao falar de necropolítica, Mbembe (2018) argumenta que certos grupos são governados pela exposição à morte e à precariedade extrema; Nascimento (2016), ao discutir o genocídio da população negra no Brasil, explicita como políticas de segurança, habitação e saúde produzem vidas descartáveis. Quando articulamos essas perspectivas à realidade das pessoas autistas não binárias racializadas, percebemos que sua exclusão de diagnósticos e políticas não é um simples “vazio” técnico, mas parte de uma gestão seletiva de quais vidas neurodivergentes serão protegidas e quais poderão ser negligenciadas.

Nesse sentido, é necessário também problematizar como o próprio conceito de autismo foi historicamente construído a partir de estudos realizados em países do Norte Global, majoritariamente com amostras brancas, de língua inglesa e com acesso a sistemas de saúde relativamente estruturados (Hacking, 1999; Silverman, 2023).

Essa origem localizada, mas tratada como universal, faz com que modelos diagnósticos, instrumentos de avaliação e diretrizes clínicas sejam transplantados para o contexto brasileiro sem a devida atenção às desigualdades raciais, às especificidades territoriais e às dinâmicas de classe que marcam a nossa realidade.

Autoras como Sueli Carneiro (2003) e Abdias do Nascimento (2016) mostram como, na sociedade brasileira, a produção de conhecimento e de políticas públicas se organiza a partir de um ideal de humanidade branco, eurocentrado, que hierarquiza corpos e consome as experiências negras como “desvio” ou “falta”. Boaventura de Sousa Santos (2000), ao discutir o “pensamento abissal”, evidencia como o conhecimento moderno traça uma linha que separa plenamente humanos de “sub-humanos”, produzindo zonas de não existência.

Ao articular essas análises ao campo do autismo, podemos entender que o diagnóstico e os protocolos clínicos não são neutros: eles tomam como referência um corpo autista implícito – branco, cis, de classe média – e, a partir dele, definem quais diferenças serão reconhecidas como legítimas e quais serão silenciadas ou tratadas como “casos difíceis”. O resultado é que pessoas autistas negras, não binárias e empobrecidas aparecem nas pesquisas e nas políticas como exceção ou ruído, quando, na verdade, revelam os limites raciais e coloniais desse modelo.

Um aspecto central dessa discussão é a dimensão temporal do diagnóstico ao longo do ciclo de vida. No Brasil, não apenas o acesso desigual aos serviços de saúde, mas também a maneira como raça, gênero e classe moldam expectativas sobre desenvolvimento infantil e desempenho escolar produzem trajetórias diagnósticas radicalmente distintas. Patto (1990), ao analisar a produção do “fracasso

escolar” no Brasil, mostra como crianças pobres e racializadas são frequentemente classificadas como “problemáticas”, “sem interesse” ou “sem base”, em vez de terem suas condições de aprendizagem efetivamente investigadas. Rosemberg (1996), por sua vez, evidencia como a escola contribui para a manutenção de desigualdades de gênero e raça desde a educação infantil, diferenciando o que é considerado aceitável ou preocupante em meninos e meninas de diferentes grupos sociais.

Articulando essas análises ao campo do autismo, podemos observar que crianças autistas brancas de classe média tendem a ser observadas por profissionais desde muito cedo, em creches e escolas privadas, onde qualquer “desvio” em relação ao desenvolvimento esperado aciona redes de especialistas. Já crianças autistas negras, indígenas e pobres muitas vezes têm suas diferenças interpretadas como “problema de comportamento”, “falta de limites” ou “dificuldade de aprendizagem”, empurrando o reconhecimento da neurodivergência para a adolescência ou a vida adulta, quando o sofrimento psíquico e as rupturas escolares e laborais já se acumularam. Nesse processo, operam as dinâmicas de racismo e deslegitimação do sofrimento discutidas por Ribeiro (2017), ao tratar do lugar de fala de mulheres negras, e por Collins (2019), ao analisar como raça, gênero e classe organizam quem merece escuta e investimento institucional.

Este capítulo propõe, portanto, uma leitura crítica de como os marcadores de gênero e identidade não-binária interagem com as condições sociais e políticas que estruturam o autismo no Brasil. Baseando-se em referenciais feministas, decoloniais e da neurodiversidade, refletiremos sobre os mecanismos que mantêm a invisibilidade de pessoas autistas não-binárias racializadas e empobrecidas, e

sobre os caminhos possíveis para romper com essa lógica excludente, recolocando suas experiências no centro da produção de conhecimento e das políticas públicas.

CORPOS AUTISTAS LIDOS COMO FEMININOS, NÃO-BINÁRIOS E INVISIBILIDADE DIAGNÓSTICA

A feminilização de certos corpos autistas, seja em mulheres cis, seja em pessoas não-binárias que performam ou são lidas como femininas, é frequentemente tratada como um “problema diagnóstico”, e não como uma expressão legítima da diversidade neurodivergente. No estudo conduzido no Distrito Federal, Silva (2022) constatou que meninas com autismo apresentam traços que frequentemente escapam aos instrumentos diagnósticos tradicionais, como maior capacidade de interação social, linguagem preservada e comportamento mimético. Dinâmicas semelhantes aparecem em relatos de pessoas autistas não binárias lidas como femininas, cujos modos de sociabilidade e camuflagem são lidos como “adaptação” e não como esforço exaustivo para sobreviver em ambientes hostis (James, 2023; Strang, 2018).

Essa constatação revela o quanto as normas de gênero influenciam a interpretação clínica dos comportamentos autistas. Rita Laura Segato (2015) argumenta que o feminino, em sociedades marcadas pelo patriarcado, é muitas vezes interpretado como ausência, fragilidade ou silêncio, o que contribui para o apagamento sistemático de experiências femininas e dissidentes. No contexto do autismo, essa lógica se manifesta tanto na recusa em reconhecer os modos específicos com que meninas cis vivenciam a neurodivergência quanto na suspeita lançada sobre pessoas autistas não-binárias lidas como femininas, cujas expressões de gênero são tratadas como “confusas”

ou “excessivas”, e não como formas legítimas de habitar o próprio corpo.

Djamila Ribeiro (2017), ao discutir o lugar de fala, lembra que as experiências das mulheres negras e periféricas não são apenas invisibilizadas, mas epistemologicamente desautorizadas, isto é, tratadas como se não fossem fontes legítimas de conhecimento sobre o mundo social. Quando se trata de corpos autistas negros lidos como femininos –incluindo meninas cis e pessoas não-binárias que performam ou são interpretadas no registro da feminilidade –, esse duplo ou triplo apagamento (de raça, de gênero e de neurodivergência) produz diagnósticos ainda mais tardios ou inexistentes.

Lélia Gonzalez (1988) mostra como o racismo e o sexismo estruturam a cultura brasileira, produzindo a figura da mulher negra como alvo preferencial de estereótipos que a associam à sexualização, à subserviência ou à violência, enquanto Sueli Carneiro (2003) discute a construção do “outro” como não-ser e os mecanismos pelos quais a branquitude define quem é reconhecido como plenamente humano. Ao trazer essas reflexões para o campo do autismo, podemos entender que a lógica da “boa aluna calada”, da “criança obediente” ou, em outros casos, da “criança difícil”, substitui a escuta clínica por estereótipos racializados: comportamentos autistas de meninas e pessoas não-binárias negras lidas como femininas podem ser classificados como indisciplina, desinteresse ou falta de educação, em vez de serem reconhecidos como expressões de neurodivergência que demandam cuidado e ajustes institucionais.

Quando observamos o recorte de classe e de território, essa invisibilidade diagnóstica se aprofunda. Hooks (2019), ao discutir a escola como espaço de reprodução e,

ao mesmo tempo, de possível transgressão, mostra como instituições educacionais frequentemente funcionam como aparatos de vigilância e disciplina, especialmente sobre corpos negros e pobres. Gonzalez (1988), ao analisar racismo e sexismo na cultura brasileira, evidencia como meninas e mulheres negras são alvo constante de controle e desqualificação. Articulando essas contribuições, podemos compreender que a escola pública, muitas vezes sobrecarregada e atravessada por dispositivos de controle racializados, se torna um espaço de vigilância mais do que de acolhimento para crianças autistas negras lidas como femininas e para pessoas autistas não-binárias racializadas.

Nesses contextos, tanto meninas cis quanto pessoas não-binárias lidas como femininas e autistas são interpretadas por meio de estereótipos de gênero e raça, e não a partir de uma escuta atenta à neurodivergência. Santos (2000) argumenta que o território é produzido por relações de poder que definem onde se concentram serviços, infraestrutura e oportunidades, enquanto Rolnik (2015) mostra como políticas urbanas e processos de “revitalização” expulsam populações pobres para áreas com menos recursos. Aplicadas ao campo do autismo, essas análises indicam que a distância em relação aos serviços especializados – geográfica, econômica e simbólica – faz com que o diagnóstico e o acompanhamento sejam privilégio de corpos brancos, cis, de classe média e residentes em centros urbanos mais ricos, deixando pessoas autistas racializadas e periféricas em uma posição de sistemática desassistência.

A própria ideia do que conta como “sintoma” ou “sinal clínico relevante” é atravessada por expectativas de gênero e por padrões racializados de comportamento. Segato (2015) mostra como o feminino, em sociedades patriarcais, é produzido como lugar de ausência, fragilidade e silêncio;

Biroli (2018) discute como as normas de gênero, articuladas à classe, definem quem é considerado racional, autônomo e confiável no espaço público. Aplicadas ao campo do autismo, essas reflexões ajudam a entender por que determinados comportamentos de pessoas autistas negras lidas como femininas são interpretados como falhas morais ou traços de personalidade, e não como expressões de neurodivergência.

Corpos autistas negros lidos como femininos que manifestam agitação, hiperfoco ou dificuldades de regulação emocional podem ser vistos como “problemáticos” ou “mal educados”, enquanto comportamentos de retraimento, silêncio ou conformidade são muitas vezes valorizados como sinais de “boas maneiras”, atrasando a suspeita de autismo. Patto (1990) analisa como a escola produz explicações psicologizantes e moralizantes para o “fracasso escolar” de crianças pobres, e Ribeiro (2017) evidencia como a fala de mulheres negras é frequentemente desqualificada e interpretada a partir de estereótipos raciais. Trazidas para o debate sobre autismo, essas contribuições indicam que comportamentos autistas são filtrados por lentes racistas e sexistas, o que dificulta seu reconhecimento como demanda de cuidado.

Em ambos os casos, o que é lido como traço de personalidade, moralidade ou caráter é, frequentemente, uma expressão de sofrimento psíquico e de estratégias de sobrevivência diante do racismo, do sexismo e do capacitismo. Goffman (1961), ao discutir o estigma e as marcas sociais que definem quem é considerado “desviante”, e Hull et al. (2017), ao analisar o fenômeno da camuflagem em pessoas autistas, ajudam a compreender como sujeitos neurodivergentes desenvolvem formas de adaptação que ocultam seu sofrimento e, ao mesmo tempo, reforçam

a impressão de que “não há nada de errado”, atrasando o acesso a diagnósticos e apoios.

Além disso, as responsabilidades de cuidado atribuídas a sujeitos lidos como femininos, como cuidar de irmãos, realizar tarefas domésticas, oferecer apoio emocional, recaem tanto sobre meninas quanto sobre pessoas não-binárias interpretadas no polo feminino das normas de gênero, especialmente em famílias empobrecidas e racializadas. Biroli (2018) mostra como o trabalho de cuidado é naturalizado como obrigação feminina, enquanto Gonzalez (1988) evidencia como mulheres negras são historicamente posicionadas como cuidadoras e “mães de todos”, inclusive em contextos de exploração. No caso de pessoas autistas, o desempenho de funções de cuidado é tomado como evidência de maturidade emocional ou competência social, mascarando dificuldades relacionadas à neurodivergência.

O resultado é que corpos autistas lidos como femininos e não-binários racializados são naturalizados como suporte da família e da comunidade, e não como sujeitos de direitos que também precisam de apoio e reconhecimento. A partir da teoria da justiça de Fraser (2008), que articula redistribuição e reconhecimento, e do pensamento feminista negro de Collins (2019), que destaca como raça, gênero e classe estruturam quem é visto como portador de direitos, podemos afirmar que essas pessoas vivem simultaneamente a negação de recursos materiais e a deslegitimação simbólica de suas experiências.

Portanto, a interseção entre gênero, não-binariedade, raça, classe e capacitismo não pode ser ignorada ao se pensar em diagnósticos e políticas públicas para pessoas autistas. Crenshaw (1991), ao formular a interseccionalidade a partir das experiências de mulheres negras, e Akotirene (2019), ao resgatar esse conceito em chave decolonial no

contexto brasileiro, mostram que não é possível compreender opressões isoladamente. Costa (2023), ao discutir a descolonização do autismo e o protagonismo autista, reforça a necessidade de colocar no centro da análise justamente esses corpos lidos como femininos – cis e não-binários –, racializados e não normativos, como condição para construir um cuidado realmente inclusivo e interseccional.

IDENTIDADES AUTISTAS NÃO-BINÁRIAS E DISSIDÊNCIA DE GÊNERO

As experiências de pessoas autistas não-binárias são marcadas pela convergência de opressões de gênero e neurodivergência. O estudo de James (2023) demonstrou que indivíduos autistas não-binários constroem uma compreensão sofisticada e crítica de gênero, frequentemente rejeitando os papéis binários e expressando a fluidez como forma legítima de existência. No entanto, essa dissidência é frequentemente invalidada por práticas clínicas e institucionais que se baseiam em concepções essencialistas de gênero e normatividade comportamental.

Patricia Hill Collins (2019) destaca que as estruturas de poder racializadas e generificadas atuam sobre os corpos dissidentes por meio de mecanismos de controle e silenciamento. No caso de pessoas autistas não-binárias, esse controle se manifesta em recusas institucionais de reconhecimento, tanto no campo médico quanto no educacional, reforçando a cisheteronormatividade capacitista.

Luciana Brito (2020), ao analisar as continuidades coloniais no Brasil, aponta que os saberes hegemônicos ainda operam a partir de uma matriz que desumaniza o que escapa às normas eurocentradas, produzindo populações inteiras como menos racionais, menos civilizadas e menos dignas de direitos. Isso implica reconhecer que a recusa em afirmar

o gênero não-binário de pessoas autistas não é apenas uma falha técnica ou lacuna de formação profissional, mas um ato político de exclusão, ancorado nessa mesma matriz colonial que define quais corpos podem ser inteligíveis e reconhecidos. Tais práticas desconsideram a complexa interação entre identidade de gênero, expressão neurodivergente e marcadores sociais da diferença, tratando cada um desses eixos de forma isolada ou simplesmente apagando-os.

É necessário, portanto, não apenas afirmar a existência de pessoas autistas trans e não-binárias, mas compreender suas experiências como epistemologicamente legítimas. Costa (2023), ao discutir a descolonização do autismo no Brasil, enfatiza a importância do protagonismo autista na produção de conhecimento e na formulação de políticas, questionando o lugar exclusivo da psiquiatria e da psicologia como intérpretes autorizados da experiência autista. Loriggio e Ortega (2019), ao analisarem criticamente a medicalização do autismo e a centralidade do discurso biomédico, mostram como esse campo tende a silenciar vozes autistas e a reduzir a condição a um problema clínico a ser corrigido. Ao articular essas contribuições com a crítica de Brito (2020), torna-se evidente que ouvir as narrativas de pessoas autistas trans e não-binárias como fontes primárias de saber e desestabilizar o monopólio médico sobre a definição do que é autismo são passos fundamentais para romper com a lógica colonial e cisnormativa que estrutura o campo.

Quando introduzimos os marcadores de raça, classe e território, torna-se ainda mais evidente que não há uma “experiência universal” de ser autista e não-binária. Pessoas autistas não-binárias negras, indígenas ou periféricas lidam, ao mesmo tempo, com a suspeição em torno de sua identidade de gênero, com a deslegitimação de sua

neurodivergência e com o racismo estrutural que as posiciona como corpos descartáveis (Mbembe, 2018; Collins, 2019). Em serviços de saúde localizados em áreas centrais e voltados a uma população majoritariamente branca e de classe média, populações minorizadas aparecem menos não porque existam em menor número, mas porque encontram barreiras materiais (transporte, custos, horários), simbólicas (racismo, transfobia, capacitismo) e territoriais (ausência de serviços especializados em seus bairros e cidades). Santos (2000) ajuda a entender essa dinâmica ao tratar do território como “território usado”, produzido por relações de poder, enquanto Brito (2020) analisa as continuidades coloniais que organizam o espaço brasileiro de forma racializada.

Estudos sobre autismo em adultos e sobre pessoas autistas trans e não-binárias indicam que o reconhecimento da neurodivergência frequentemente ocorre de forma tardia e depois de sucessivos diagnósticos equivocados. Lugnégard, Hellner Gumsheim e Gillberg (2011) mostram que muitos adultos autistas receberam previamente outros rótulos psiquiátricos, como depressão ou transtornos de personalidade, antes que o autismo fosse considerado, e James et al. (2023) e Strang et al. (2018) evidenciam que pessoas autistas trans e não-binárias relatam trajetórias marcadas por diagnósticos parciais, medicalizações fragmentadas e ausência de escuta qualificada.

Em muitos desses relatos, experiências de sofrimento, sobrecarga sensorial e dificuldades de interação foram previamente interpretadas como “transtornos de humor”, “uso problemático de substâncias” ou mesmo como “problemas de caráter”. Quando articulamos esses achados com análises sobre como dissidências de gênero e sexualidade são frequentemente lidas como “fase”, “confusão”

ou “influência externa”, especialmente em contextos marcados por racismo e controle moral (Mello; Avelar, 2012; Ribeiro, 2017), podemos supor que pessoas autistas não-binárias racializadas vivenciam um acúmulo ainda maior de não reconhecimento e de leituras moralizantes de seus comportamentos e afetos, embora esse recorte específico ainda seja pouco explorado empiricamente, sobretudo no contexto brasileiro.

Em muitos casos, o diagnóstico de autismo só é considerado quando a pessoa já vivenciou episódios graves de sofrimento psíquico (como burnout, depressão profunda, ideação ou tentativas de suicídio), e quando as estratégias de camuflagem se tornam insustentáveis (Strang et al., 2018). Ao dialogar com Mbembe (2018), que descreve como a necropolítica administra populações por meio da produção de precariedade e da exposição à morte, podemos interpretar esse atraso diagnóstico como parte de uma gestão desigual de quem pode ou não acessar proteção e cuidado. Para pessoas não-binárias negras e periféricas, isso ocorre em contextos marcados por racismo institucional, transfobia e pobreza, nos quais o acesso a serviços especializados é escasso e atravessado por moralizações sobre gênero e sexualidade. Carneiro (2003) mostra como a branquitude define quem é reconhecido como plenamente humano e capaz de direitos, enquanto Brito (2020) explicita como a colonialidade organiza quais corpos serão alvo de políticas e quais serão abandonados. Assim, o diagnóstico tardio cumpre uma função ambivalente: oferece uma linguagem para nomear experiências de diferença e sofrimento, mas chega depois de anos de exclusões escolares, rupturas laborais e violências institucionais que poderiam ter sido evitadas.

Para além do acesso a serviços, as próprias categorias de identidade disponíveis em certos contextos não

contemplam a complexidade dessas existências. Em territórios marcados por forte presença de instituições religiosas conservadoras, a não-binariedade pode ser lida como “confusão”, “falta de fé” ou “influência externa”, e o autismo como “problema espiritual” ou “desobediência”. Os trabalhos de Machado (2015) e Lopes (2018) mostram como moralidades religiosas e normas de gênero e sexualidade são mobilizadas para patologizar ou demonizar diferenças, especialmente em corpos racializados. Nesse cenário, pessoas autistas não-binárias enfrentam o risco constante de correção moral, violência simbólica e, em muitos casos, violência física. A interseção entre capacitismo, transfobia e racismo produz formas específicas de controle, como a ameaça de internação, o uso compulsório de medicações ou a negação de apoio familiar, que raramente aparecem de forma explícita nas pesquisas sobre autismo.

Além disso, a dissidência de gênero em pessoas autistas é frequentemente medicalizada de forma patologizante, a não-binariedade é interpretada como “obsessão”, “fixação temática” ou “rigidez cognitiva” própria do autismo, em vez de ser reconhecida como forma legítima de experiência de si. A descrição do autismo nos manuais psiquiátricos, como o DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013), centra-se em déficits e comportamentos “atípicos”, o que favorece leituras que transformam diferenças de identidade e expressão de gênero em sintomas. Estudos com pessoas autistas trans e não-binárias como o de James (2023), mostram que, muitas vezes, profissionais de saúde tratam suas identidades como mera manifestação da condição autista, e não como dimensão autônoma de suas vidas.

Essa leitura reduz a agência política desses sujeitos, tratando suas reivindicações como algo a ser gerido clinicamente, e não como demandas de reconhecimento

e redistribuição de poder. Fraser (2008), ao discutir a justiça em termos de reconhecimento e redistribuição, mostra como transformar questões políticas em problemas individuais desativa a possibilidade de disputa coletiva; Spade (2015), ao analisar a violência administrativa contra pessoas trans, evidencia como instituições “neutras” produzem exclusões sistemáticas por meio de categorias e procedimentos aparentemente técnicos. Aplicadas ao caso de pessoas autistas não binárias racializadas, essas reflexões ajudam a entender por que suas demandas por nome social, acesso a banheiros, proteção contra violência e adaptação de serviços são frequentemente desqualificadas como “sintomas” ou “confusões”.

Ao mesmo tempo, a linguagem sobre identidade de gênero produzida em espaços ativistas urbanos, brancos e escolarizados nem sempre é acessível ou ressoa com a experiência de pessoas autistas não binárias negras ou periféricas, o que gera sensação de deslocamento também dentro de certos movimentos sociais. Collins (2019) mostra como discursos feministas e antirracistas hegemônicos podem reproduzir exclusões ao não considerar experiências de sujeitos situados em múltiplas margens, enquanto Akotirene (2019) insiste que a interseccionalidade nasce das lutas de mulheres negras e não pode ser apropriada de forma abstrata. Trazer essa crítica para o campo dos movimentos LGBTQ+ e autistas significa reconhecer que, sem incorporar de forma concreta as vozes de pessoas autistas não binárias racializadas, mesmo espaços que se pretendem emancipatórios podem reproduzir silenciamentos e hierarquias internas.

Do ponto de vista do ciclo de vida, isso significa que muitas pessoas autistas não binárias racializadas chegam à adultez com um acúmulo de não reconhecimentos:

passaram a infância sem o nome “autismo”, a adolescência sem o nome “não-binariedade” e, quando finalmente acessam algum tipo de nomeação, já estão lidando com as consequências materiais e simbólicas de anos de inadequação forçada (Lugnegard; Hellner Gumsheim; Gillberg, 2011; Strang et al., 2018).

A ausência de reconhecimento na infância e na juventude não é neutra: ela orienta escolhas escolares, restringe horizontes profissionais, impede o acesso a políticas específicas e dificulta a construção de vínculos afetivos em que a diferença possa ser assumida sem vergonha (Fraser, 2008; Collins, 2019). A interseccionalidade, nesse sentido, precisa ser também uma análise da temporalidade, de quando e para quem o diagnóstico e o reconhecimento chegam, e que vidas são consideradas “tarde demais” para serem reparadas (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019).

NÃO-BINARIEDADE E IDENTIDADES INTERSECCIONAIS

O estudo de James (2023) sobre pessoas autistas não binárias articula neurodivergência e identidade de gênero. Os participantes do estudo relatam vivências profundamente interligadas entre o modo como sentem o mundo (sensorial, emocional, social) e o modo como constroem suas identidades de gênero. Muitos deles rejeitam a lógica binária de homem/mulher não por ideologia, mas por uma forma de ser-no-mundo que não se adequa aos limites da cisnormatividade.

Essa perspectiva desafia diretamente as narrativas tradicionais do autismo, que frequentemente associam neurodivergência à rigidez e à incapacidade de abstração. Pelo contrário, os relatos desses sujeitos demonstram uma complexidade cognitiva e afetiva que permite transitar

entre categorias, desconstruir normas e criar significados para a identidade (Kastrup, 2005; Hacking, 1999). Nesse sentido, a experiência autista não é um obstáculo à fluidez de gênero, ela pode, inclusive, ser uma via de questionamento e emancipação (Spade, 2015; Collins, 2019).

No entanto, o Brasil ainda está distante de garantir direitos e reconhecimento a pessoas não-binárias, especialmente as que também são autistas. Mello e Avelar (2012), ao analisarem a construção jurídica e social de identidades de gênero no país, mostram como a legislação e as práticas estatais permanecem ancoradas em uma matriz binária, o que dificulta o reconhecimento de existências que escapam à oposição homem/mulher. Facchini (2019), ao estudar movimentos LGBTQ+ e disputas em torno de categorias identitárias, evidencia como a não-binariedade ainda ocupa um lugar marginal tanto no campo jurídico quanto no ativismo institucionalizado. Nesse contexto, o fato de o Estado brasileiro não reconhecer a não-binariedade impede a adequação de políticas públicas às necessidades de pessoas que não se encaixam na binariedade de gênero.

Na área da saúde, a maioria dos serviços é pensada para corpos cis, binários e neurotípicos, o que resulta em exclusão, violência institucional e negligência. James et al. (2023) mostram que pessoas autistas trans e não binárias relatam experiências recorrentes de invalidação de sua identidade de gênero e de não reconhecimento de suas necessidades específicas em serviços de saúde mental e autismo, enquanto Spade (2015) analisa como procedimentos administrativos aparentemente neutros (formulários, protocolos, critérios de elegibilidade), produzem exclusões sistemáticas contra pessoas trans e outras populações marginalizadas. Aplicadas ao contexto brasileiro, essas análises ajudam a entender por que pessoas autistas não

binárias encontram barreiras tanto no acesso quanto na permanência em serviços de saúde.

Essa exclusão é ainda mais intensa quando se considera o atravessamento da classe e da raça. Biroli (2018) discute como gênero e classe estruturam de forma desigual o acesso a recursos e à participação política, e Ribeiro (2017) evidencia como a fala e o sofrimento de mulheres negras são deslegitimados em contextos institucionais. Collins (2019), ao tratar da opressão interseccional, mostra como raça, gênero e classe se combinam para produzir experiências específicas de vulnerabilidade. No caso de pessoas autistas não binárias negras, indígenas ou periféricas, isso se traduz em múltiplas barreiras para acessar serviços, desde a ausência de diagnóstico até o preconceito de profissionais despreparados.

O sofrimento psíquico gerado por essa interseção de opressões é imenso e raramente tematizado nas políticas públicas. Fraser (2008), ao propor uma teoria da justiça que articula redistribuição e reconhecimento, argumenta que injustiças materiais e simbólicas se reforçam mutuamente; Mbembe (2018), ao discutir necropolítica, evidencia como certos grupos são governados pela exposição à precariedade e à morte. Articulando essas perspectivas ao campo do autismo, podemos compreender que a falta de políticas específicas para pessoas autistas não binárias racializadas não é apenas uma falha de gestão, mas parte de um modo de governo que considera suas vidas menos urgentes e menos dignas de proteção.

Para compreender melhor essas identidades interseccionais, é preciso também questionar as narrativas lineares de desenvolvimento de gênero e de autismo. Modelos que supõem uma trajetória “típica”, como infância cis, adolescência de dúvidas, vida adulta consolidada em uma

identidade estável, não dão conta de processos marcados por deslocamentos constantes, por descobertas tardias e por intensas rupturas com expectativas familiares e comunitárias (Strang et al., 2018). Pessoas autistas não binárias frequentemente narram percursos de autoentendimento que se dão em ritmos próprios, atravessados por hiperfocos, experimentações corporais, mudanças de nome, pronome, expressão de gênero e formas de sociabilidade que não se encaixam no que é socialmente esperado como “transição de gênero” (James et al., 2023; Collins, 2019).

Do ponto de vista do ciclo de vida, trajetórias de pessoas autistas não binárias racializadas costumam combinar descobertas tardias em dois planos: o da neurodivergência e o da identidade de gênero (Strang et al., 2018; James et al., 2023). Muitas chegam à adultidade tendo passado a infância sem o nome “autismo” e a adolescência sem o vocabulário para nomear sua não-binariedade, ou com acesso apenas a categorias estigmatizadas produzidas por discursos médicos, religiosos ou midiáticos (Mello; Avelar, 2012; Lopes, 2018). Quando finalmente acessam algum tipo de diagnóstico ou categoria identitária com a qual se identificam, já estão lidando com os efeitos acumulados de fracasso escolar, precarização do trabalho, rompimentos familiares e isolamento social.

Essa defasagem entre a experiência vivida e o reconhecimento institucional não é um mero detalhe biográfico: ela orienta escolhas e restringe horizontes. Sem diagnóstico, muitas pessoas autistas não binárias racializadas deixam de acessar políticas específicas de educação, saúde e assistência; sem nome para sua identidade de gênero, permanecem submetidas a arranjos familiares e comunitários que tentam “corrigir” sua expressão, frequentemente por meio de violência simbólica ou física (Fraser, 2008; Mbembe,

2018). Ao articular a noção de necropolítica de Mbembe (2018), que descreve como o Estado e outras instâncias de poder decidem quem pode viver e sob quais condições, com o campo do autismo, podemos entender o atraso ou a recusa do reconhecimento como formas de gestão desigual da vida: certas existências neurodivergentes e dissidentes de gênero são mantidas em zonas de precariedade, nas quais o acesso a direitos é sempre contingente e revogável. A interseccionalidade, nesse sentido, permite pensar o tempo, o “tarde demais” e o “não chegou a tempo”, como instrumento político de exclusão (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019)

Além disso, as identidades interseccionais não são apenas sobre acúmulo de marcadores, mas sobre como esses marcadores se combinam de maneiras específicas (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019). Uma pessoa autista não binária branca de classe média, por exemplo, pode enfrentar transfobia e capacitismo, mas conta com maior probabilidade de acesso a informações, redes on-line, profissionais privados e espaços universitários em que sua identidade seja, ao menos parcialmente, nomeável (Fraser, 2008; Biroli, 2018). Já uma pessoa autista não binária negra, periférica e empobrecida lida com a possibilidade de não ser sequer reconhecida como autista, de ter sua expressão de gênero lida como “ameaça” ou “desviante” e de não encontrar, em seu território, espaços seguros para experimentar e afirmar sua identidade (Mbembe, 2018; Nascimento, 2016). A interseccionalidade, aqui, não é um adendo: é a própria condição de possibilidade para compreender quem pode existir com menos risco de ser aniquilado.

CLASSE, RAÇA E TERRITORIALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

A discussão sobre identidades autistas não binárias e interseccionais precisa ser situada no contexto histórico brasileiro de racismo estrutural, colonialidade e desigualdades de classe. Nascimento (2016), ao tratar do genocídio da população negra, mostra como o Estado brasileiro produz sistematicamente a precarização e a morte de corpos negros por meio de políticas de segurança, habitação, saúde e encarceramento; Mbembe (2018), ao formular o conceito de necropolítica, explicita como determinados grupos são governados pela exposição à morte e à precariedade extrema. É nesse cenário que se inscrevem as experiências de pessoas autistas não binárias racializadas.

Como argumenta Lélia Gonzalez (1988), o Brasil se constituiu a partir de uma política de amefricanidade, na qual a população negra e indígena é sistematicamente inferiorizada e mantida em posições subalternizadas. Esse processo não se restringe ao campo econômico, ele organiza quais vidas são vistas como dignas de proteção e investimento, e quais são deixadas à margem. Carneiro (2003) analisa como a branquitude define os parâmetros do humano e do racional, construindo a negritude como não-ser, enquanto Collins (2019) mostra como raça, gênero e classe estruturam hierarquias globais de poder e conhecimento. Essas reflexões permitem compreender por que corpos autistas negros, indígenas e pobres têm menos chances de serem reconhecidos como sujeitos de direito, inclusive no campo da saúde mental e do autismo.

No campo do autismo, isso significa que o “sujeito autista” hegemônico: branco, urbano, de classe média, é aquele para quem políticas, pesquisas e serviços são prioritariamente desenhados. Silverman (2023) analisa criticamente como

a figura do “menino branco de classe média” se consolidou como paradigma implícito da condição autista, enquanto Hacking (2009) discute como categorias diagnósticas produzem e são produzidas por certos perfis de sujeitos, tornando alguns mais visíveis que outros. Pessoas autistas negras, empobrecidas e moradoras de periferias urbanas, favelas, assentamentos rurais ou territórios indígenas vivenciam o capacitismo de forma entrelaçada com práticas de controle racial e territorial, frequentemente expressas em abordagens policiais violentas, institucionalizações forçadas e medicalização compulsória.

Nise da Silveira (1981), em sua crítica às formas tradicionais de psiquiatria no Brasil, denunciou o uso de internações prolongadas, contenções físicas e tratamentos agressivos como instrumentos de controle mais do que de cuidado, defendendo práticas que reconhecessem a singularidade e a expressividade dos sujeitos. Ao aproximar essa crítica das análises de Mbembe (2018) sobre necropolítica, podemos entender que, para pessoas autistas não binárias racializadas, a combinação entre racismo, colonialidade e capacitismo se traduz em um regime de gestão da diferença que oscila entre o abandono e a contenção violenta: ora essas vidas são invisibilizadas pelas políticas de autismo, ora são alvo de intervenções coercitivas quando se tornam incômodas para a ordem social.

A dimensão territorial é central para entender como as opressões se distribuem. Milton Santos (2000) nos lembra que o território não é apenas uma superfície geográfica, mas um território usado, atravessado por relações de poder, infraestruturas, ausências e presenças seletivas do Estado. No caso do autismo, equipamentos de saúde especializados, serviços de diagnóstico, terapeutas e centros de pesquisa se concentram em regiões mais ricas das

grandes cidades e em determinadas regiões do país, como o Sudeste e o Sul. Já as periferias metropolitanas, o interior do Norte e do Nordeste e territórios quilombolas, indígenas e do campo, enfrentam uma combinação de subfinanciamento crônico, falta de profissionais e racismo institucional, que dificulta o reconhecimento e o cuidado de pessoas autistas nesses espaços (Rolnik, 2015; Brito, 2020).

Essa geografia desigual do cuidado é também uma geografia de classe e de raça. Famílias negras e pobres que vivem longe dos centros de referência precisam lidar com longos deslocamentos, custos de transporte, filas e burocracias, além de preconceitos explícitos e implícitos de profissionais que questionam sua legitimidade, sua “adesão” ao tratamento ou sua capacidade de cuidado (Wacquant, 2009; Ribeiro, 2017). Em muitos casos, o acesso ao diagnóstico e ao acompanhamento só se torna possível por meio de redes comunitárias, coletivos autistas, movimentos negros, associações de bairro e iniciativas de saúde popular, que constroem alternativas de cuidado a partir do território e da experiência vivida (Gonzalez, 1988; Costa, 2023).

Do ponto de vista normativo, o Brasil dispõe de um conjunto importante de marcos legais voltados à garantia de direitos das pessoas com deficiência, entre eles a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) (Brasil, 2012; Brasil, 2015). No campo da educação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e diretrizes posteriores do Ministério da Educação afirmam a escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em

classes comuns (Brasil, 2008; Kassar, 2011). No entanto, a mera existência dessas normas não garante que pessoas autistas não binárias, negras e periféricas sejam efetivamente alcançadas por elas (Fraser, 2008; Akotirene, 2019).

Em muitos municípios, os dispositivos previstos em lei, como equipes multiprofissionais no SUS, serviços substitutivos em saúde mental, atendimento educacional especializado e articulação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são implementados de forma fragmentada, com forte dependência da iniciativa de profissionais individuais e de organizações da sociedade civil (Paim, 2009; Santos; Andrade, 2019). Essa fragmentação se aprofunda em territórios marcados pela pobreza e pela violência estatal, onde o acesso a serviços públicos básicos já é precarizado. Wacquant (2009), ao analisar a “guerra aos pobres” nas periferias urbanas, mostra como políticas penais e cortes em políticas sociais se combinam para produzir espaços de abandono e de controle policial intenso. Brito (2020), ao discutir as continuidades coloniais no Brasil, evidencia como esses territórios são racializados, herdando uma longa história de negligência e repressão seletiva por parte do Estado.

Nesse contexto, a criança autista negra da periferia pode existir apenas no papel das políticas públicas, mas, na prática, encontrar escolas sem recursos, unidades de saúde com alta rotatividade de profissionais, ausência de transporte público adequado e redes de assistência social sobrecarregadas e moralizantes. Carneiro (2003) mostra como a pobreza negra é frequentemente lida como falha moral ou negligência, o que afeta diretamente a forma como famílias negras são tratadas por serviços de saúde e assistência. Rolnik (2015), ao analisar processos de segregação urbana e remoções forçadas, evidencia

como populações pobres são empurradas para áreas com menos infraestrutura e serviços. Aplicadas ao campo do autismo, essas contribuições ajudam a entender por que, embora essa criança conste nas estatísticas e nos textos de lei, o acesso concreto a diagnóstico, acompanhamento e suporte permanece interrompido ou extremamente precário.

Ao incorporar classe, raça e territorialidade na análise do autismo, deslocamos a pergunta do “déficit individual” para as estruturas que produzem a precarização da vida. A ausência de diagnósticos e de políticas adequadas para pessoas autistas não é um “acaso” ou uma mera falha da gestão pública, mas um efeito de um projeto de sociedade que considera determinadas existências: negras, trans, pobres, autistas, como menos urgentes, menos valiosas e, em última instância, mais descartáveis (Nascimento, 2016; Carneiro, 2003).

É importante destacar, ainda, que as políticas urbanas e de habitação, ao promoverem remoções, despejos e “revitalizações” de áreas centrais, deslocam populações inteiras para periferias com menos infraestrutura, enfraquecendo redes de apoio e vínculos comunitários que muitas vezes eram fundamentais para o cuidado de pessoas autistas. Rolnik (2015) mostra como projetos de “requalificação” e financeirização do espaço urbano produzem uma cidade para poucos, empurrando moradores pobres, em grande parte negros, para zonas cada vez mais distantes e desassistidas, enquanto Wacquant (2009) analisa como essas dinâmicas se articulam a políticas penais e de austeridade social, compondo uma verdadeira gestão territorial da pobreza.

Quando olhamos para famílias com crianças e adultos autistas nesses territórios, percebemos que não se trata apenas de mudança de endereço, o deslocamento rompe

laços de vizinhança, redes de cuidado informal e acessos já construídos a escolas e serviços de saúde, criando condições para que a própria continuidade de tratamentos e apoios se torne frágil e intermitente.

A chamada “guerra aos pobres” nas cidades, descrita por autores que analisam o entrelaçamento entre políticas urbanas, penais e sociais (Wacquant, 2009; Rolnik, 2015), afeta diretamente a possibilidade de continuidade de tratamentos, o acesso a escolas mais estruturadas e a presença de serviços de saúde no entorno. Wacquant (2009) mostra como bairros pobres e racializados se tornam alvo de encarceramento em massa, policiamento intensivo e abandono socioestatal; Rolnik (2015) discute como processos de financeirização e “revitalização” urbana expulsam populações indesejadas para zonas periféricas. Ao aplicar essas chaves analíticas ao campo do autismo, podemos ver que pessoas autistas não binárias negras e periféricas são empurradas para territórios onde o Estado se faz presente sobretudo por meio da repressão, e não do cuidado, reforçando uma necropolítica que decide, de forma implícita, quais vidas neurodivergentes merecem investimento e quais podem ser deixadas à própria sorte (Mbembe, 2018; Santos, 2000).

Por fim, é necessário notar que o território também é lugar de resistência. Em muitos bairros periféricos e comunidades tradicionais, emergem práticas autogestionadas de cuidado, rodas de conversa, iniciativas de educação popular e redes informais de apoio entre famílias com crianças e adultos autistas. Essas experiências dialogam com a pedagogia crítica de Freire (1987), que valoriza o saber da experiência, a leitura do mundo e a construção coletiva de conhecimento, e com as propostas de Costa (2023) de descolonização do autismo a partir do protagonismo autista e

da organização em coletivos.

Inspiradas em pedagogias críticas que recusam a separação entre teoria e prática (Freire, 1987) e em tradições negras e indígenas de organização comunitária nas quais o cuidado e a sobrevivência são construídos de forma coletiva frente à violência do Estado (Nascimento, 2016; Gonzalez, 1988), essas iniciativas articulam denúncias de racismo, capacitismo e transfobia a práticas concretas de acolhimento e apoio mútuo. Ao pensar essas experiências com a lente interseccional proposta por Akotirene (2019), podemos compreendê-las como formas de governança contra-hegemônica, nas quais pessoas autistas não binárias racializadas deixam de ser apenas objeto de políticas e pesquisas e se tornam coautoras de estratégias de sobrevivência e de reinvenção do cuidado nos territórios.

CAPACITISMO, COLONIALIDADE E PROTAGONISMO AUTISTA

O artigo de Costa (2023) sobre a descolonização do autismo propõe uma virada epistemológica fundamental: reconhecer que o autismo, como categoria diagnóstica e cultural, é atravessado por lógicas coloniais de classificação, controle e normatização. Em diálogo com críticas mais amplas à colonialidade do poder e do saber, Costa mostra como práticas voltadas à “cura” do autismo, à normalização da linguagem e a treinamentos comportamentais intensivos, como o ABA, frequentemente têm como horizonte a produção de corpos e subjetividades ajustados a um ideal eurocentrado de funcionalidade e comunicação. Mbembe (2018), ao discutir a necropolítica, evidencia como projetos coloniais e pós-coloniais administram vidas consideradas menos valiosas por meio da contenção, da vigilância e da exposição à precariedade; Nascimento

(2016), ao analisar o genocídio da população negra no Brasil, explicita como políticas de saúde, segurança e assistência podem operar como dispositivos de morte lenta. Ao aproximar essas análises do campo do autismo, Costa (2023) argumenta que intervenções que buscam suprimir estereótipos, recalibrar afetos e moldar comportamentos “adequados” frequentemente reproduzem a lógica de domesticação do corpo e da mente, típica do projeto colonial, ao invés de reconhecer a legitimidade de formas diversas de existência neurodivergente.

Nesse sentido, a luta por protagonismo autista não é apenas uma reivindicação identitária, mas um enfrentamento político à colonialidade do saber. Trata-se de romper com a lógica que coloca o sujeito autista como “objeto de intervenção” e reivindicar o direito à autodeterminação, à diferença e à autoria (Costa, 2023; Loriggio; Ortega, 2019). Isso exige uma crítica profunda às formas de produção científica, às estruturas institucionais e às políticas públicas que operam sob o paradigma da correção (Spade, 2015; Fraser, 2008). No Brasil, tais lógicas se materializam de modo desigual nos territórios, fazendo com que periferias urbanas, áreas rurais e regiões historicamente negligenciadas acumulem formas de violência institucional contra pessoas autistas, enquanto regiões centrais e mais ricas concentram recursos e narrativas legitimadas sobre o que é o autismo e como ele deve ser “tratado” (Santos, 2000; Brito, 2020).

A perspectiva da neurodiversidade, nesse contexto, aparece como aliada da descolonização. Em vez de tratar o autismo como um transtorno a ser corrigido, a neurodiversidade o entende como parte da variabilidade natural da cognição humana (Singer, 1999; Armstrong, 2011). Isso não significa negar que pessoas autistas enfrentam dificuldades

concretas e apresentem necessidades específicas de suporte, mediação e acessibilidade, mas recusar que essas dificuldades sejam lidas como “defeitos” intrínsecos do sujeito. Ao deslocar o foco da correção individual para a transformação das relações e das instituições, essa abordagem valoriza os saberes situados, as práticas culturais autistas e a pluralidade de formas de ser e existir (Spade, 2015; Costa, 2023), ao mesmo tempo em que reivindica políticas públicas, recursos materiais e ajustes razoáveis que garantam condições efetivas de vida digna para pessoas autistas em sua diversidade interseccional.

No Brasil, essa luta encontra eco em coletivos autistas autogestionados, que têm se articulado em defesa de uma política de cuidado que não seja baseada na tutela ou na medicalização compulsória (Costa, 2023; Loriggio; Ortega, 2019). É a partir dessas experiências que se pode construir um projeto político de inclusão real, pautado na escuta, no diálogo e na transformação estrutural das instituições (Freire, 1987; Akotirene, 2019).

Ao aproximar a crítica ao capacitismo das análises sobre colonialidade, torna-se possível enxergar como certos corpos e modos de estar no mundo são sistematicamente produzidos como “improdutivos”, “incapazes” ou “onerosos” ao Estado e ao mercado (Mbembe, 2018; Wacquant, 2009). Foucault (1976) descreve como a biopolítica administra populações a partir de critérios de normalidade e utilidade, enquanto Wacquant (2009) analisa como o capitalismo avançado combina precarização do trabalho, retração de políticas sociais e endurecimento penal para gerir grupos considerados excedentes. Quando aplicamos essas chaves ao campo do autismo, sobretudo no caso de pessoas não-binárias racializadas, percebemos que a recusa em garantir acessibilidade, renda e apoio não é apenas descaso: é parte

de uma economia política que só reconhece como plenamente humanos aqueles corpos capazes de performar uma produtividade e uma comunicabilidade alinhadas ao ideal do trabalhador branco, cis, neurotípico. Quem não se ajusta a esse ideal é administrado entre a normalização forçada (via terapias e medicalização) e o abandono.

Nesse cenário, o protagonismo autista implica disputar também as formas de narrar o autismo: quem fala em nome de quem, quais experiências são tomadas como representativas, que tipo de linguagem é considerada legítima (Costa, 2023; Collins, 2019). Quando pessoas autistas não-binárias, negras e periféricas produzem textos, vídeos, pesquisas e ações coletivas, elas não apenas “contam suas histórias”, mas desestabilizam o lugar exclusivo de psicólogos, psiquiatras e pesquisadores brancos de classe média como intérpretes autorizados da experiência autista (Ribeiro, 2017; Akotirene, 2019). Esse deslocamento é central para uma política de descolonização do autismo, pois redistribui autoridade epistêmica e cria outras gramáticas para nomear o sofrimento, o prazer, a diferença e o desejo (Carneiro, 2003; Fraser, 2008).

Nessa perspectiva, uma leitura interseccional e decolonial das políticas públicas voltadas a pessoas autistas precisa ir além da defesa abstrata de “direitos”. É necessário examinar como programas e legislações na saúde, na educação, na assistência social e na segurança pública produzem, na prática, diferentes regimes de acesso e controle para sujeitos marcados por raça, classe, gênero e territorialidade (Fraser, 2008; Wacquant, 2009). Por exemplo, enquanto famílias brancas de classe média tendem a acionar a Lei Berenice Piana e o Estatuto da Pessoa com Deficiência para garantir terapias e adaptações escolares, famílias negras periféricas enfrentam, simultaneamente,

o risco de terem sua parentalidade questionada por conselhos tutelares e serviços socioassistenciais que leem a pobreza como negligência (Carneiro, 2003; Ribeiro, 2017).

Do mesmo modo, estudantes autistas não-binários podem, em tese, contar com a educação inclusiva, mas lidam com escolas que não reconhecem sua identidade de gênero, exigindo o uso de nome morto, banheiros segregados e uniformes binários. Biroli (2018), ao analisar como gênero e classe estruturam o acesso a direitos e a participação democrática, mostra que instituições educacionais continuam organizadas a partir de um ideal de sujeito cis, masculino e de classe média, o que torna experiências dissidentes de gênero especialmente vulneráveis à regulação e ao apagamento.

Facchini (2019), ao estudar movimentos LGBTQ+ e disputas por reconhecimento institucional, evidencia como identidades não-binárias permanecem marginalizadas tanto nas políticas quanto nas práticas escolares, que tendem a reconhecer apenas categorias fixas de “menino” e “menina”. Aplicadas ao caso de estudantes autistas não-binários, essas análises ajudam a compreender por que, mesmo sob o discurso da educação inclusiva, muitas escolas insistem em impor nome morto, banheiros segregados e uniformes rigidamente binários, reforçando a exclusão em vez de garantir pertencimento e proteção.

Essa crítica não se limita ao conteúdo das normas, mas diz respeito também ao próprio modo como entendemos o ciclo das políticas públicas. Do ponto de vista da teoria das políticas públicas, não basta pensar em desenho técnico de programas, é preciso considerar as disputas em torno da agenda, da formulação, da implementação e da avaliação das políticas (Howlett; Ramesh; Perl, 2013; Souza, 2006). A noção de governança participativa é central aqui, pois

desloca a ideia de que o Estado produz políticas “para” grupos vulnerabilizados e reivindica processos em que esses grupos, no caso, pessoas autistas não-binárias, negras, indígenas e periféricas, participem de forma efetiva e vinculante dos espaços de decisão (Avritzer, 2012; Fraser, 2008). Isso implica fortalecer mecanismos de controle social (como conselhos de saúde, de educação e de assistência social), garantir a presença qualificada de sujeitos neurodivergentes nesses fóruns e reconhecer seus saberes como parte legítima do processo decisório, e não apenas como “consulta” simbólica a ser ignorada na hora da implementação (Freire, 1987; Akotirene, 2019).

INTERSECCIONALIDADE COMO MÉTODO E COMPROMISSO ÉTICO

A interseccionalidade, quando utilizada como método analítico e prática política, deve estar enraizada nos saberes produzidos pelos próprios sujeitos que vivenciam a sobreposição de opressões (Crenshaw, 1991; Collins, 2019). Carla Akotirene (2019) enfatiza que a interseccionalidade é um conceito forjado nas lutas de mulheres negras, a partir de suas experiências concretas e de sua epistemologia insurgente. Não se trata, portanto, de uma ferramenta neutra ou simplesmente acadêmica, mas de um modo de produzir conhecimento a partir da escuta e da vivência de quem está nas margens do sistema.

A autora denuncia o esvaziamento do conceito quando utilizado sem compromisso político, especialmente por instituições que se apropriam do termo sem alterar estruturas ou práticas. Em seu entendimento, a interseccionalidade exige o enfrentamento simultâneo ao racismo, ao sexismo e às demais formas de opressão, recusando análises fragmentadas. Assim, aplicar a interseccionalidade a contextos

como o das pessoas autistas racializadas e não-binárias exige mais do que reconhecimento: demanda ação concreta, redistribuição de poder e transformação institucional.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003) contribui com a ideia de que a branquitude opera como um lugar de poder que naturaliza privilégios, enquanto constrói a negritude como ausência, desvio ou patologia. Essa crítica é fundamental para pensar o campo do autismo no Brasil, onde a maior parte dos diagnósticos, pesquisas e políticas públicas seguem ignorando os corpos negros e periféricos, reforçando desigualdades epistêmicas e materiais (Nascimento, 2016; Gonzalez, 1988).

Carneiro (2003) também aponta que o epistemicídio, a negação dos saberes produzidos por populações subalternizadas, é um dos principais instrumentos de manutenção do racismo estrutural. Isso nos obriga a pensar de que forma o saber médico-psiquiátrico, ao silenciar vozes autistas negras e trans, atua como operador de exclusão. A produção científica que não inclui esses sujeitos não é apenas incompleta: é cúmplice da manutenção das violências (Foucault, 1975; Mbembe, 2018).

Portanto, fazer uso ético da interseccionalidade implica incluir as vozes de pessoas autistas não-binárias, negras e periféricas não apenas como objetos de estudo, mas como produtoras legítimas de conhecimento sobre si e sobre o mundo (Collins, 2019; Ribeiro, 2017). Essa inclusão precisa ocorrer nos conselhos de políticas públicas, nas universidades, nas equipes de saúde e em toda a estrutura institucional que se propõe a promover inclusão (Avritzer, 2012; Akotirene, 2019).

Tomar a interseccionalidade como método significa, também, recusar explicações simplificadoras que isolem um marcador de diferença do conjunto de relações que

o produz (Crenshaw, 1991; Fraser, 2008). Não basta, por exemplo, criar uma “política para autistas” que não problematize o racismo institucional, ou uma “política para população negra” que não considere as especificidades da neurodivergência e da não-binariedade. A interseccionalidade exige desenhar políticas e pesquisas capazes de lidar com a complexidade, mesmo que isso desagrade a exigência tecnocrática de soluções rápidas, mensuráveis e “eficientes” no curto prazo (Fraser, 2008; Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Além disso, a interseccionalidade, enquanto compromisso ético, desafia práticas acadêmicas que se apropriam de experiências subalternizadas apenas como “dados”. No caso de pessoas autistas não-binárias, negras e periféricas, isso significa garantir participação efetiva em todas as etapas dos processos de pesquisa, desde a formulação das perguntas até a devolutiva dos resultados, bem como na gestão de recursos, na definição de prioridades e na avaliação dos impactos dessas pesquisas em suas vidas cotidianas (Freire, 1987; Avritzer, 2012). Sem essa participação, qualquer uso do termo interseccionalidade corre o risco de ser mero adorno discursivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marginalização de pessoas autistas não-binárias, trans binárias, feminizadas, racializadas e empobrecidas no Brasil não é fruto do acaso, tampouco do desconhecimento científico, mas resultado direto de um sistema de produção de saber e poder que estrutura suas práticas a partir da exclusão de corpos e subjetividades dissidentes (Carneiro, 2003; Mbembe, 2018). O capacitismo, quando entrelaçado com a transfobia, o racismo, o sexismo e o classismo, conforma um campo de opressão denso, institucionalizado e persistente,

que compromete não apenas o acesso a direitos básicos, mas também o direito fundamental à existência plena e digna (Fraser, 2008; Collins, 2019).

É necessário reconhecer que o paradigma biomédico e normativo do autismo, ainda dominante na literatura científica, na prática clínica e nas políticas públicas, não é neutro, ele opera com base em um ideal de sujeito branco, cisgênero, masculino e neurotípico, invisibilizando experiências que escapam a essa norma (Silverman, 2023; Hacking, 1999). Essa universalização do sujeito autista reproduz o epistemicídio denunciado por autoras como Sueli Carneiro (2003), ao silenciar os saberes produzidos por pessoas negras, periféricas, trans e neurodivergentes.

Diante disso, a interseccionalidade não pode ser tratada como uma adição metodológica opcional, mas como fundamento ético e político para qualquer prática ou pesquisa comprometida com justiça social (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019). Como nos lembra Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade nasce das margens, das mulheres negras que vivenciam e denunciam o acúmulo simultâneo de opressões e, por isso, ela carrega uma radicalidade que desafia as estruturas mais profundas da exclusão.

Transformar a realidade das pessoas autistas no Brasil não passa por meras reformas em instrumentos diagnósticos ou pela ampliação da cobertura de serviços, mas por uma ruptura paradigmática (Fraser, 2008; Costa, 2023). Essa ruptura exige três movimentos interligados: (1) o reconhecimento do protagonismo autista, com centralidade das vozes neurodivergentes nos processos decisórios; (2) a incorporação rigorosa da interseccionalidade como princípio organizador das políticas públicas e da produção de conhecimento; e (3) a descolonização das práticas institucionais, desconstruindo os padrões eurocentrados, binários

e normativos que regem os serviços de saúde, educação, assistência e pesquisa (Mbembe, 2018; Akotirene, 2019).

A escuta ativa das experiências de pessoas autistas não binárias, negras, indígenas, periféricas e dissidentes precisa deixar de ser um gesto simbólico ou excepcional para se tornar uma prática estruturante (Ribeiro, 2017; Collins, 2019). Isso implica em rever currículos acadêmicos, protocolos clínicos, parâmetros estatísticos e, sobretudo, em redistribuir poder político e epistêmico (Carneiro, 2003; Avritzer, 2012). É fundamental que essas vozes não apenas sejam ouvidas, mas reconhecidas como legítimas produtoras de conhecimento e transformação.

NÓS POR NÓS!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais). Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 10 maio 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

ARMSTRONG, Thomas. O poder da neurodiversidade: por que diferenças no cérebro são importantes. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019. Disponível em: <http://dickyricky.com/books/psych/The%20Power%20of%20Neurodiversity%20-%20Thomas%20Armstrong.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2025.

AVRITZER, Leonardo. Democracia e os espaços públicos no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://doku-men.pub/genero-e-desigualdades-os-limites-da-democracia-no-brasil-Inbsped-9788575596159.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRITO, Luciana. O Brasil como empresa colonial: a colonialidade do poder na construção da nação. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30765>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001318651>. Acesso em: 10 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Vanessa Cristina Massoni. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://nenp.ufms.br/files/2024/09/COLLINS_Pensamento-feminista-negro-conhecimento-consciencia-e-a-politica-do-empoderamento.pdf.

Acesso em: 10 maio 2025.

COSTA, Rafael Silva. A descolonização do autismo: protagonismo autista e inclusão social. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 270–283, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/55255>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 10 maio 2025.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. 2. ed. São Paulo: nVersos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1232/facchini-regina.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. ?? ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRASER, Nancy. Escalas de justiça. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>. Acesso em: 10 maio 2025.

GOFFMAN, Erving. Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates. New York: Anchor Books, 1961. Disponível em: <https://dokumen.pub/asylums-essays-on-the-social-situation-of-mental-patients-and-other-inmates-1nbsped-9781138507463-9780202309712-9781351327763.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS,

1988. p. 223–244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125080/mod_resource/content/1/GONZALEZ_Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

HACKING, Ian. *The social construction of what?*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999. Disponível em: <https://larvalsubjects.files.wordpress.com/2011/01/hacking-the-social-construction-of-what2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/689114176/Políticas-Publicas-seus-ciclos-e-subsistemas-compressed-1>. Acesso em: 10 maio 2025.

HULL, Laura; PETRIDES, K. V.; ALLISON, Carrie; SMITH, Paula; BARON-COHEN, Simon; LAI, Meng-Chuan; MANDY, William. “Putting on My Best Normal”: social camouflaging in adults with autism spectrum conditions. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 47, n. 8, p. 2519–2534, 2017. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5509825/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

JAMES, Claire et al. “I’m Non-Binary and Autistic”: Lived Experiences and Identity Intersections. *Autism in Adulthood*, v. 5, n. 1, p. 45–56, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1089/aut.2022.0078>. Acesso em: 10 maio 2025.

KASTRUP, Virgínia. *Políticas da cognição: afetividade e experiência no ensino e na pesquisa*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da política atual. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 63–80, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/>

abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 maio 2025.

LOPES, Paulo Victor Leite. Cristãos, gays e direitos: moralidades em disputa. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

LORIGGIO, Adriana; ORTEGA, Francisco. Autismo, neurodiversidade e biopolítica: problematizando práticas de cuidado. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/YsLQnvKxXc8p9P6h7uFddGg>. Acesso em: 10 maio 2025.

LUGNEGARD, Tove; HELLNER GUMSHEIM, Berit; GILLBERG, Christopher. Psychiatric comorbidity in young adults with a clinical diagnosis of Asperger syndrome. *Research in Developmental Disabilities*, v. 32, n. 5, p. 1910–1917, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0891422211001061>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política, religião e gênero: direitos e controvérsias. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Luiz; AVELAR, Leandro. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: notas sobre avanços e desafios. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, p. 403–429, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PAIM, Jairnilson. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/o-que-e-o-sus>. Acesso em: 10 maio 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/0d292c81-ade7-46b0-bf6b-7b2f28541ff6/3115407.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2025.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. São Paulo: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais). Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 25–54, 1996. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/814>. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SANTOS, R. O.; ANDRADE, L. O. M. Participação social e controle social em saúde: desafios e perspectivas. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 1, p. 30–40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb>. Acesso em: 10 maio 2025.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

SILVA, Edna et al. Transtorno do Espectro Autista em Meninas: Uma análise epidemiológica em serviço público do Distrito Federal. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 22, n. 4, p. 1053–1061, 2022.

SILVERMAN, Chloe et al. Included, but not inclusive: A feminist critique of gender narratives in autism research. Autism, v. 27, n. 3, p. 771–783, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13623613221150784>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a “problem with no name” to the emergence of a new category of difference. In: DAVIS, Lennard J. (org.). The disability studies reader. New York: Routledge, 1999. p. 59–70. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Disability-Studies-Reader/Davis/p/book/9780415953349>. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura.

Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SPADE, Dean. *Normal Life: Administrative Violence, Critical Trans Politics and the Limits of Law*. 2. ed. Durham: Duke University Press, 2015.

STRANG, John F. et al. Increased gender variance in autism spectrum disorders and attention deficit hyperactivity disorder. *Archives of Sexual Behavior*, v. 43, n. 8, p. 1525–1533, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-014-0262-4>. Acesso em: 15 jan. 2025.

STRANG, John F. et al. “Both sides of the story”: Autistic and non-autistic perspectives on gender identity in autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 48, n. 12, p. 4119–4135, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-018-3702-9>. Acesso em: 10 maio 2025.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-FRONTEIRAS/Punir%20os%20Pobres.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVEIRA, Nise. *Imagens do inconsciente*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

AUTISMO E PSICOTERAPIA

ÍNDIGO CAMARÃO GROTT

QUEM ESCREVEU

Olá, meu nome é Índigo Camarão Grott mas pode se referir a mim como Indi, sou alguém que carrega na identidade múltiplas particularidades, entre elas a de ser uma pessoa autista, nos últimos 9 anos tenho me dedicado a entender quais são as particularidades da saúde mental de grupos minorizados e como cuidar de tais demandas.

O meu trajeto na área da saúde me mostrou que essa resposta não estaria na graduação, tive que realizar pesquisas, especializações e capacitações para adquirir o conhecimento que venho dividir com vocês, nesse trajeto, como boa psicóloga reconheço que os valores que movem minhas decisões são o de cuidar e de me esforçar por aqueles que importam para mim, logo, me debrucei em boas referências, livros e artigos e me esforcei para trazer a ti uma boa leitura que te permita cuidar de você e quem sabe daqueles que ama.

A minha descrição é de uma pessoa branca, autista e TDAH, bissexual, amapaense, travesti, transfeminina e não binária, uma pessoa que buscou representar sua vontade de cuidar e seu esforço para efetuar isso de maneira efetiva nessas páginas e em meu currículo, o qual descrevo como sendo de uma psicóloga de (CRP 08/39852), especialista em Sexologia Aplicada pelo Instituto Paulista de Sexologia, especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela PUCPR e formada em Clínica Racializada e Saúde Mental da População Negra pelo Pra Preto Psi;

INTRODUÇÃO

O intuito desse capítulo é indicar particularidades significativas da vivência de pessoas no espectro autista e como a psicoterapia pode auxiliar na saúde mental de indivíduos autistas, tanto quanto adaptações necessárias da psicoterapia para adequado atendimento, logo, explicaremos o que é a terapia afirmativa e suas particularidades, depois mostrando a terapia cognitivo comportamental e sua “versão afirmativa” com objetivo de orientar profissionais em sua prática e pessoas autistas em sua busca por cuidados qualificados.

É comum em grandes livros acadêmicos em cuidados com a saúde mental encontrarmos uma linha, um parágrafo, ou se “ganharmos na loteria” uma página dizendo como a teoria indicada deve ser adaptada à cultura da população alvo, mas depois muitos livros ignoram isso totalmente não abordando o tópico novamente, não é o que vai encontrar aqui, as seguintes páginas estão repletas de elementos acadêmico e de vivências que representam de fato os grupos retratados.

TERAPIA AFIRMATIVA

A terapia afirmativa é uma maneira de realizar a psicoterapia/exercer abordagens da Psicologia reconhecendo grupos minorizados como alvo de preconceitos e seus efeitos a saúde mental, adaptando terapias previamente existentes para melhores resultados. A terapia afirmativa chegou ao Brasil pela obra de Klecius Borges (2009), com um manual de sua aplicação a grupos minorizados por gênero e sexualidade sendo criado por Ramos (2023).

Os estudos acerca de grupos minorizados ressaltam algumas características em comum ao abordarmos sua

saúde mental, entre essas estão o estresse de minorias, os estigmas internalizados e o “outness”/sair do armário. O estresse de minorias aborda estressores comuns a sociedade como um todo intensificados na experiência de minorias e também temos os estressores exclusivos as experiências de tais grupos (Ramos, 2023).

A semana que escrevo esse capítulo fui chamada a apresentar em uma roda de conversa com aproximadamente 300 ouvintes, algo que muitas pessoas não pertencentes a grupos minorizados poderiam indicar como causador de estresse ao expormos nossas ideias e discuti-las para julgamento assim como elementos de nosso trabalho.

A palestra também teve estressores exclusivos a grupos minorizados para mim, sendo uma pessoa trans e autista, me questionei qual roupa e perfume não me incomodariam de utilizar em palestra, como seria tratada ao utilizar uma vestimenta feminina e meus pensamentos anteciparam o estresse de qual seria a reação das pessoas a minha necessidade de ir ao banheiro feminino como pessoa transfeminina, algo que uma pessoa cisgênero (que se identifica com o gênero atribuído ao nascimento) não presencia.

As pessoas no espectro autistas têm estressores exclusivos em sua experiência com o mundo, não se fazendo presentes na população em geral, aumentando ou diminuindo sua sensibilidade a estímulos sensoriais como sons, iluminação, texturas, gostos e cheiros, necessitando considerar como tais elementos influenciam em seu cotidiano (Ben-Sasson et al., 2009)

A rigidez cognitiva indicada como característica do espectro autista pode aumentar o estresse do cotidiano, dificultando a adaptação a eventos não esperados, logo trabalhar a expectativa e manifestações da ansiedade, que pode ser explicada como estresse associado a eventos

futuros, sendo importante que a rede de apoio reconheça a necessidade de previsibilidade, evitando alterações abruptas de planejamentos envolvendo a pessoas autistas (Lekas; McGuire; Pittenger, 2019; Joyce, 2016).

Os estigmas internalizados são crenças sociais negativas desenvolvidas acerca de grupos minorizados, que são internalizados a pessoas pertencentes a esses grupos através de experiências de violência como bullying e vitimização (tornar alguém alvo de violências), fazendo com que pessoas minorizadas reproduzam esse estigma contra si e os demais que carregam tal identidade (Ramos, 2023).

O meu exemplo pessoal para estigmas está na percepção que eu tinha até antes de receber um diagnóstico formal, quando meus familiares já estavam diagnosticados e ainda economizávamos para fazer minha neuroavaliação já percebia diferenças de meu funcionamento para pessoas de minha rede de apoio, onde frequentemente perdia “deixas sociais” (o contexto e intenção em conversas).

O exemplo acima mostra uma clara comparação de minha pessoa com o funcionamento de pessoas alísticas (não autistas), momentos onde pensava que “deveria ser como essas pessoas”, que eu estava errada, que era defeituosa e hoje em dia sei que isso não é verdade, sou diferente, meu funcionamento é diferente e não a nada de errado nisso.

O sair do armário é um termo mais socialmente comum, que significa expor nossa identidade, já o “outness” é diferente, é um “sair do armário para si”, compreender a própria identidade em aproximação da própria cultura de nossos semelhantes, sejam esses nossos semelhantes em gênero, etnia, origem, sexualidade ou neurodiversidade (Ramos, 2023).

Eu chamo esse aproximar de nossa cultura de “Representar/representação”, estando expresso na

literatura como “transcender” entre pessoas e “afrocentrar” acerca da etnia negra, a psicologia africana também usa do termo Sankofa, um manter a chama ancestral acesa se aproximando de elementos de nossa cultura e história (REIS, 2025).

O aprofundamento de nossa compreensão da própria identidade também está presente em significativas obras literárias como Simone de Beauvoir na frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” e Neuza Souza no livro “Torna-se negro”, talvez devemos considerar um “tornar autista” não limitado por uma avaliação neurológica mas por reconhecer o que é ser autista, a história daqueles colocados em categorias semelhantes que nos antecederam e como o mundo nos percebe.

O sair do armário é um processo que deve considerar a segurança do indivíduo, se sua identidade será respeitada e possíveis violências que podem advir de expor sua identidade assim como as consequências de “se manter no armário”, o que acarretaria a ir contra seus valores mesmo que momentaneamente, sendo papel do psicoterapeuta auxiliar o paciente a se preparar para tais decisões independente da escolha feita.

O meu exemplo pessoal acerca do sair do armário foi quando trabalhei por necessidade financeira em uma clínica por plano de saúde onde me informaram que as donas eram homofóbicas e transfóbicas de extrema direita, então, como preparo pessoal tinha o mínimo de contato com pessoas fora os pacientes na clínica e atendia online longe do local sempre que possível.

A minha experiência com o outness é diversa assim como em todos esses elementos, mas escolho citar aqui que minha convivência com pessoas trans de diferentes experiências me auxiliam a validar a importância de como expresso

meu gênero assim como compreendendo que minhas necessidades como pessoa autista e TDAH são reforçadas ao presenciar camaradas em contextos semelhantes.

A seguir vamos falar sobre um modelo de psicoterapia e uma forma de aplicar a terapia afirmativa brevemente apresentada a esse contexto.

TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL (TCC)

A Terapia Cognitiva Comportamental foi desenvolvida nos Estados Unidos da América por Aaron Beck, a qual utiliza o modelo cognitivo de crenças nucleares/valores, geradores de crenças intermediárias que geram pensamentos automáticos, influenciando e sendo influenciados por sentimentos e gerando um comportamento, o que nos guia na terapia são os valores de nosso paciente em acordo com técnicas para exercê-los em plena saúde (Beck, 2023).

Os valores são descritos como algo além de objetivos e metas que seriam as crenças intermediárias, diferente delas valores não tem um fim, identifica-los nos auxilia a entender como trabalhar com cada paciente, existem múltiplos exercícios para identifica-los, entre eles percebo a efetividade em iniciar reconhecendo as áreas significativas da vida de cada paciente (Beck, 2023).

Os meus exemplos pessoais para áreas e valores de meu cotidiano são meu papel como irmã, psicóloga, namorada e amiga, eu desejo ser boa em todas essas funções, mas o que significar ser uma boa psicóloga? Para mim significa cuidar e me dedicar, o mesmo vale para as demais áreas, logo, esses são meus valores, ser cuidadosa e dedicada as minhas relações.

As crenças intermediárias manifestam esses valores de maneiras pontuais no cotidiano em pensamentos como “se meu namorado está doente, quero estar ao lado dele, isso

é cuidar”, “se tenho um paciente com um diagnóstico vou buscar os melhores livros sobre, isso é me dedicar”. Os pacientes podem ter crenças nucleares negativas, como vimos anteriormente com os estigmas (Beck, 2023)

A TCC divide crenças nucleares negativas em três categorias, desvalor, desamor e desamparo, as quais se referem a si, a demais pessoas e/ou o futuro. Os sentimentos são elaborados pela TCC como algo que indica nossas demandas e limites assim como manifestações de nossos valores, não estando errados mas podendo ser de difícil manejo (Beck, 2023)

Os pensamentos automáticos, diferentes de nossos sentimentos, podem estar errados, eles são motivados por nossas crenças centrais mas podem estar errados/irrealistas, motivados por crenças nucleares disfuncionais/negativas, quando isso ocorre os chamamos de distorções cognitivas, Leahy (2017), identificou entre essas distorções 17 tipos.

Os problemas associados a saúde mental são elaborados na TCC através dos elementos acima e tem princípios que orientam sua prática e técnicas, entre eles estão o foco no momento presente, o que não significa ignorar o histórico de vida do paciente mas entender como se manifesta em suas demandas atuais, a relação colaborativa onde tanto profissional quanto paciente construirão em conjunto a psicoterapia (Beck, 2023).

Outro princípio da TCC é a psicoeducação, a qual pode ser descrita como o ensinar de habilidades para que cada paciente participe ativamente de seu processo de mudança. Kendall e Bemis (1983), descreveram algumas das habilidades psicoterapêuticas ensinadas na TCC com reconhecer a relação entre cognições (valores), emoções e pensamentos, monitorar pensamentos automáticos, tornar pensamentos mais realistas, identificar padrões distorcidos de

comportamentos e crenças e modifica-los.

O meu exemplo pessoal para a psicoeducação é meu diferente manejo para esses elementos, quando estou com ciúmes (sentimento), posso pensar que serei abandonada por meus namorados (pensamento automático e distorção cognitiva) e posso ativamente agir de maneira específica para lidar com esse cenário, em minha terapia já analisei esse caso e reconheço que esse pensamento vem de minha história de vida.

O pensamento aparece como algo infundado acerca de minhas relações atuais, logo ajo de forma a manejar esse sentimento e diminuir o impacto desse pensamento, o reconhecendo como não sendo a realidade e para isso habilidades e técnicas são necessárias, estarei a seguir indicando algumas das particularidades acerca de pacientes no espectro autista e após isso vamos falar dessas técnicas e habilidades assim como correlações.

PARTICULARIDADES DO ESPECTRO AUTISTA

COMUNICAÇÃO

O contato visual deve ser considerado como um fator frequentemente impactante na comunicação e diferente em sua prática para pessoas autistas, que relatam esforço demasiado para manter o contato visual, por vezes dificultando sua comunicação ao ser realizado. A comunicação com cada paciente jamais deve impor o contato visual, sendo dever do profissional perguntar acerca de como diferentes elementos influenciam nessa troca (Dabbs & Scaer, 2025).

A literalidade linguística e prosódia vocal também influenciam esse processo, falas que utilizam de elementos abstratos e não literais demandam de complementos para comunicação efetiva com pessoas autistas, assim como

sendo comum a dificuldade desses indivíduos para interpretar mudanças na tonalidade e suas indicações como sarcasmo (Dabbs & Scaer, 2025).

A “falta de empatia” em pessoas autistas é falsa e um mito pejorativo a esses indivíduos que pode ser associado a diferenças na expressão de suas emoções e de tentativas no reconhecimento de demais pessoas, além disso, a alexitimia (dificuldade de identificar e expressar emoções) também é constantemente presente em pacientes no espectro (Dabbs & Scaer, 2025).

O contexto social e cultural de diferentes indivíduos também influencia na comunicação entre indivíduos alísticos e autistas, onde expectativas podem não estar de acordo com características da comunicação de pessoas autistas, desde esperando contato visual, interpretação de diferentes tons no uso da ironia, ou de falas abstratas que usam das “entrelinhas” ou de normas sociais para sua compreensão (Dabbs & Scaer, 2025).

A comunicação efetiva com pessoas autistas deve considerar esses fatores, não devendo pessoas autistas serem consideradas deficientes nesse aspecto, mas com uma funcionalidade diferente de pessoas alísticas (pessoas não autistas), possuindo comunicação tão efetiva entre seus pares quanto pessoas fora do espectro, logo, tal fala capacitista somente isenta indivíduos alísticos de tornarem a comunicação efetiva (Dabbs & Scaer, 2025).

SHUTDOWNS E MELTDOWNS

Pessoas no espectro Autista podem passar por esses dois fenômenos chamados de “shutdowns” e “Meltdowns”, são respostas acerca de sobrecargas sensoriais onde o Meltdown é descrito como uma hiperativação com uma “explosão comportamental” com a comum presença do choro,

raiva/gritos, assim como o aumento da impulsividade/perda de controle (Mazefsky et al., 2013; samson et al., 2014). O “Shutdown” é um “desligar-se” para lidar com a sobrecarga, onde dificuldade ou incapacidade de falar surge em conjunto com processos cognitivos lentificados e retraimento social, uma resposta que assim como o “meltdown” não é escolhida pela pessoa que a experiencia (RAYMAKERS et al., 2019).

HABILIDADES E TÉCNICAS PARA INTERVENÇÃO

O ensinar das habilidades descritas anteriormente pode-se iniciar com a distinção de pensamentos de sentimentos e identificação de valores, pois enquanto os valores de cada paciente podem orientar sua tomada de decisão a maneira como aprendemos a lidar com pensamentos é diferente de sentimentos precisando desse início.

O identificar desses elementos pode estar atrelado a um aumento de previsibilidade no cotidiano, identificando quando sentimentos de difícil manejo se manifestam e que pensamentos estão relacionados a eles, nos permitindo planejar como lidar com esses momentos, seja em refutar pensamentos irrealistas ou direcionar nossa atenção para além deles (Beck & Dozois, 2011; Hofmann et al., 2012; Clark & Beck, 2010).

INTERVENÇÃO COM ENFOQUE NA COMUNICAÇÃO

A terapia cognitiva comportamental também é chamada de uma das teorias da comunicação, algo que nos ajuda a ressaltar a relação do contexto elaborado anteriormente ao cenário psicoterapêutico. As técnicas psicoterapêuticas de comunicação que orientam uma fala assertiva e eficaz são diversas, estando presentes entre elas “GIVE”, “FAST” e “DEAR MAN” as quais vou elaborar a seguir (Linehan, 2015).

As três técnicas são de habilidades interpessoais, “DEAR MAN” (descrever, expressar, afirmar, reforçar, manter foco, aparecer confiante e negociar), utilizada de forma a diminuir inferências em fala descrevendo o que sente, ocorre e pensa sobre o que ocorreu e sua demanda assim como expectativa, a técnica “FAST” (“fair, no “appologies”, “stick to values” e “truthful”) elabora quais valores estamos abordando em nossa fala, nos mantendo pessoas autênticas (Linehan, 2015).

A técnica “GIVE” (gentil, interessado, validar e leveza) abordam uma empatia expressa em palavras que demonstrem sua intenção. As técnicas mencionadas orientam pacientes em tópicos a serem considerados em conversas significativas, o treino dessas habilidades deve ser rotineiro para seu domínio, fazendo parte do papel de psicoterapeutas analisar em conjunto com pacientes elementos que compõe a comunicação assim como eventuais dificuldades e possibilidades de melhoras (Linehan, 2015).

A minha experiência com cada paciente e nossa comunicação começa muito antes de nos encontrarmos uma primeira vez, quando um paciente busca conhecer o serviço de psicoterapia a fala deve ser clara considerando as particularidades previamente citadas de pessoas autistas, quando na clínica presencial busco uma iluminação confortável e possíveis maneira de se manejar estímulos, com cadeiras com mais de uma textura, diferentes tipos de iluminação e acolhimento antecipado.

MANEJANDO A ANSIEDADE E O ESTRESSE

Mindfulness são técnicas de atenção focada no presente, direcionada intencionalmente a diferentes elementos, no caso do escaneamento corporal, o paciente se regula mantendo sua respiração confortável e profunda (abdominal),

focando somente nos estímulos do corpo enquanto regula consequentemente, sua respiração, batimentos cardíacos e por fim, diminuindo a aceleração mental, trazendo aceitação ao paciente e vivência em maior plenitude do momento presente (Bishop et al., 2004; Kabat-Zinn, 2003; Creswell, 2017; Hölzel et al., 2011).

A prática do mindfulness se aproxima do pilar descrito da terapia cognitivo comportamental como a atenção focada no presente, interagindo com elementos de demais terapias como auxiliando no processo de “aceitação” presente na terapia da aceitação e compromisso.

O reconhecer de distorções cognitivas, crenças nucleares negativas tanto quanto a prática do mindfulness é difícil, demanda energia a escolha de reduzir o próprio ritmo propositalmente frente a estímulos coercitivos, assim como olhar para eles sempre será difícil, logo, o papel de profissionais da psicologia também entra nesse momento para entender se a prática está sendo realizada de maneira ordenada e funcional.

O reduzir do ritmo proposto pelo mindfulness pode nos ajudar a confrontar após o escaneamento corporal a efetuar um confronto com distorções cognitivas, “não comprando seu peixe”, entendendo que aquele pensamento não é a realidade (não aconteceu, pode não acontecer e acontecer não sabemos o desfecho dele), que ele pode estar presente e nos incomodar, mas tiramos o poder dele sobre nós, que estamos vivos e nossa vida terá continuidade para aquilo que valorizamos com a permanência ou não desse pensamento.

Uma das práticas complexas do mindfulness é chamada de autocompaixão, voltada para termos uma crítica realista e que podemos lidar acerca de nós, onde descrevemos a crítica que temos no formato de pensamentos e sentimentos, seguido por buscar nos acolher, costume pedir para

pacientes me dizerem como gostariam de serem acolhidos e como acolheriam alguém em sua situação, se colocando em “terceira pessoa” (Neff, 2003; Neff & Germer, 2013; Macbeth & Gumley, 2012).

A última etapa desse exercício de autocompaixão é o validar nossa experiência socialmente, pensar em como outras pessoas tem dificuldades e atitudes semelhantes em nossa autocritica e ainda assim são pessoas que merecem nosso acolhimento, considerar que fazemos parte desse grupo de pessoas e que nossa experiência é válida.

O manejo de momentos de shutdown e meltdown devem ser realizados com a compreensão e aceitação desses processos como naturais, forçar sua interrupção pode piorar a situação, enquanto na tcc podemos prever esses possíveis momentos assim como estratégias envolvendo as mesmas categorias de pensamentos e sentimentos para aceitação dos eventos, recuperação efetiva de ambos e prevenção de quando se alinhar aos valores do paciente evita-los.

REPRESENTAÇÃO

O paciente reconhecer as particularidades do espectro autista como demanda não somente o auxilio do psicoterapeuta em acolhimento e psicoeducação, mas também necessita da construção de repertórios que incluam a experiencia de pessoas autistas. É difícil reconhecer e acolher a dificuldade em ambientes com estímulos intensos quando não o resto de nossa rede de apoio não tem tal problema.

A representação em vias de entretenimento como séries, filmes e jogos, na rede de apoio e dentro de ambientes acadêmicos e laborais se faz nossa maior arma em prol da saúde de pessoas autistas, auxiliando a construção de novas habilidades e acolhimento da própria identidade.

Aqui é onde amarramos a pratica da terapia cognitivo

comportamental com a Terapia afirmativa para pessoas autistas, a capacidade de pacientes reconhecerem sua própria identidade como participante de um grupo com demandas e limites legítimos, com particularidades que merecem reconhecimento facilita em reconhecer e aceitar essas mesmas características em si, ligando a prática do outness ao mindfulness nos formatos do escaneamento corporal e autocompaixão.

A representação também pode se fazer efetiva em técnicas como a ativação comportamental, uma técnica indicada para o combate a depressão/comportamentos depressivos, onde após reconhecer os valores referentes ao paciente e identificar possíveis atitudes que os exerça, após realizar essas atividades é previsto uma melhora.

O reconhecer de uma simples vitória nos permite um repertório de esperança, seja ao ver uma vitória nossa ou de nossos semelhantes, enxergar que alguém com nossas características alcançou o sucesso no trabalho, em relações afetivas ou familiares, que superou a ansiedade ou depressão nos permite maior qualidade de vida.

O orgulho por sermos parte de um grupo minorizado é um antídoto anticapacitista assim como para demais grupos minorizados em suas lutas como camaradas.

REFERENCIAS

BARANEK, Grace T. et al. Sensory experiences questionnaire: discriminating sensory features in young children with autism, developmental delays, and typical development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 47, n. 6, p. 591-601, 2006.

BECK, Judith S. *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BECK, Judith S.; DOZOIS, David J. A. Cognitive therapy: current status and future directions. *Annual Review of Medicine*, v. 62, p. 397–409, 2011.

BISHOP, Scott R. et al. Mindfulness: a proposed operational definition. *Clinical Psychology: Science and Practice*, v. 11, n. 3, p. 230–241, 2004.

BORGES, Klecius. *Terapia afirmativa: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais*. São Paulo: Edições GLS, 2009.

CLARK, David A.; BECK, Aaron T. *Cognitive therapy of anxiety disorders: science and practice*. New York: Guilford Press, 2010.

CRESWELL, J. David. Mindfulness interventions. *Annual Review of Psychology*, v. 68, p. 491–516, 2017.

DABBS, Chris; SCAER, Audrey. *Understanding and affirming autistic clients: a primer for mental health professionals*. London: Bloomsbury Academic, 2025.

GERMER, Christopher K.; NEFF, Kristin D. Self-compassion in clinical practice. *Journal of Clinical Psychology*, v. 69, n. 8, p. 856–867, 2013.

HOFMANN, Stefan G. et al. The efficacy of cognitive behavioral therapy: a review of meta-analyses. *Cognitive Therapy and Research*, v. 36, p. 427–440, 2012.

HÖLZEL, Britta K. et al. How does mindfulness meditation work? Proposing mechanisms of action from a conceptual and neural perspective. *Perspectives on Psychological Science*, v. 6, n. 6, p. 537–559, 2011.

JOYCE, Chloe et al. Anxiety in children and adolescents with autism spectrum disorders. *Clinical Psychology Review*, v. 47, p. 21–33, 2016.

KABAT-ZINN, Jon. Mindfulness-based interventions in context: past, present, and future. *Clinical Psychology: Science and Practice*, v. 10, n. 2, p. 144–156, 2003.

KENDALL, Philip C.; BEMIS, Karen M. Thought and action in

psychotherapy: the cognitive-behavioral approaches. In: HERSEN, Michel; KAZDIN, Alan E.; BELLACK, Alan S. (org.). Handbook of clinical psychology. New York: Pergamon Press, 1983.

LEAHY, Robert L. Técnicas de terapia cognitiva: guia do terapeuta. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

LEKAS, H. M.; MCGUIRE, J. F.; PITTENGER, C. Executive function and cognitive flexibility in autism spectrum disorder. *Neuropsychology Review*, v. 29, p. 1–20, 2019.

LINEHAN, Marsha M. DBT Skills Training Manual. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2015

MACBETH, Angus; GUMLEY, Andrew. Exploring compassion: a meta-analysis of the association between self-compassion and psychopathology. *Clinical Psychology Review*, v. 32, n. 6, p. 545–552, 2012.

MAZEFSKY, Carla A. et al. Emotion regulation in autism spectrum disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 52, n. 7, p. 679–688, 2013.

NEFF, Kristin D. The development and validation of a scale to measure self-compassion. *Self and Identity*, v. 2, n. 3, p. 223–250, 2003.

PHUNG, J.; PENNER, M.; PIRLOT, C.; WELCH, C. What I wish you knew: insights on burnout, inertia, meltdown, and shutdown from autistic youth. *Frontiers in Psychology*, v.12, 2021. DOI: 10.3389/fpsyg.2021.741421. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.741421/full>

RAMOS, Mozer de Miranda (org.). Manual de terapia afirmativa: um guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+. [S. l.]: Afirmativa, 2023.

RAYMAKERS, Rosanne et al. Understanding internalizing problems in autism: the role of emotion regulation. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 49, p. 4430–4442, 2019.

REIS, Bruno. Terapia cognitivo-comportamental para a população negra: contribuições para a prática clínica sensível às questões étnico-raciais. São Paulo: Senac São Paulo, 2025.

SAMSON, Andrea C. et al. Emotion regulation in autism spectrum disorders: a review of two emotional processes. *Autism Research*, v. 7, n. 6, p. 695–709, 2014.

A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO EM PESSOAS AUTISTAS

DERIAN DE ANGELIS DA SILVA

QUEM ESCREVEU

Meu nome é Derian, sou uma pessoa não binária agênero e sapatão, tenho 34 anos, e fui diagnosticada enquanto uma pessoa autista e TDAH tardiamente, apenas aos 30 anos. Atuo como psicóloga, e a busca pela avaliação diagnóstica iniciou quando comecei a atender pessoas autistas, e observar que eu apresentava características e sintomas semelhantes aos que me eram relatados.

Tenho pós-graduação em Psicologia Clínica e Psicanálise, sendo a psicanálise a abordagem que orienta a minha prática clínica, atendendo principalmente pessoas LGBTQIAPN+. Meus estudos são direcionados para os temas de gênero e sexualidade, que me permitem articular a teoria queer com a teoria psicanalítica.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits na interação social, comunicação e comportamento, como descrito no DSM-V. Nos critérios de interação e comunicação, pode estar presente a dificuldade em interpretar sinais sutis não explícitos na linguagem verbal, como em compreender ironias e metáforas, assim como ausência de reciprocidade emocional e social. Em decorrência disso, o indivíduo autista pode ser mal interpretado por não demonstrar suas emoções da forma socialmente esperada. Já no âmbito comportamental, observa-se padrões restritos e repetitivos de comportamento e pensamento (American Psychiatric Association, 2014).

Considerando que o TEA é um espectro, indivíduos autistas não apresentam um padrão específico de marcadores que contemplem as mesmas características e sintomas em

todos os sujeitos autistas. Os déficits podem variar, o que torna a avaliação diagnóstica complexa, principalmente quando se investiga pessoas que são socializadas como meninas na infância, cujos corpos são docilizados desde a primeira infância.

Em relação à sexualidade, em pessoas diagnosticadas com TEA é muito frequente a prevalência de orientação sexual “não-heterossexual” e de disforia de gênero, como citado por Maggio *et al.* (2022). A associação da anatomia genital, hormônios e cromossomos, conhecida como sexo biológico, não define necessariamente o gênero. Nesse contexto, o mal-estar em ser normatizado de acordo com a prescrição social que associa o gênero ao sexo biológico é mais presente em adolescentes e adultos autistas do que em pessoas não autistas. Com base nesse dado, que encontra respaldo nos estudos de Walsh *et al.* (2018), Strang *et al.* (2018) e Warriier *et al.* (2020), busca-se compreender de que forma se dá a reprodução da lógica cisnormativa, bem como identificar quais elementos tornam pessoas autistas menos propensas a se submeter a ela.

GENERIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER

No ocidente, cuja organização social é derivada de uma cultura patriarcal, o gênero é um dos marcadores das relações de poder, inicialmente associado ao sexo que era categorizado a partir da distribuição anatômica genital. A referência sexual, historicamente retratada na biologia por Galeno, era a anatomia masculina, contribuindo para o pressuposto de que a anatomia feminina seria deficitária e que o déficit anatômico era responsável por interferir no comportamento e nas funções cognitivas das mulheres (Laqueur, 2001).

O discurso científico corroborou para a divisão dos

papéis sexuais, os quais pressupõem comportamentos adequados para cada gênero, vinculando-os ao sexo biológico. A ideia de que mulheres, associadas a fêmeas, são mais dóceis e emotivas, conduzindo-as aos papéis de cuidado e maternagem, é justificada pelos hormônios e por uma suposta predisposição biológica. De modo semelhante, a suposição de que homens, associados aos machos, são os responsáveis por prover os membros do grupo também é recorrente. Nesse contexto, não são raros os estudos que relacionam a testosterona a atividades mais intensas e “agressivas”, com o objetivo de afirmar que os hormônios são os determinantes do comportamento (Fausto-Sterling, 2012; Ripon, 2021).

No entanto, a diferença sexual só se torna importante a partir do momento em que delimita as relações de poder. Nesse contexto, homens e mulheres não são classificações que marcam uma característica biológica como macho e fêmea, mas explicitam qual categoria confere aos seus membros lugar de sujeito na sociedade. Não por acaso que o conceito de gênero nas ciências sociais é derivado do movimento feminista, constatando que o ideal de referência humana sempre foi o homem, cuja anatomia genital corresponda ao padronizado como masculino (Scott, 1989; Rubin, 2017).

A construção dos estereótipos de gênero, que conjectura determinados padrões de comportamentos a um gênero, e que este corresponde especificamente à um sexo, dissemina um discurso binário e cisnormativo que se manifesta implicitamente na cultura, promovendo uma divisão entre comportamentos e características que são nomeados enquanto femininos ou masculinos. Dessa forma, sujeitos designados como masculinos no nascimento, que foram socializados enquanto meninos, aprendem um padrão de

comportamento, assim como sujeitos designados como femininos ao nascimento, sofrem uma domesticação, um processo de docilização em uma sociedade em que o feminino é relacionado à passividade (Butler, 2003).

O ideal regulatório em relação ao gênero exige uma performatividade imposta ao sujeito desde os primeiros anos de socialização que se revela em diversos âmbitos, como em vestimentas, brincadeiras e comportamentos, tornando os elementos que destoam da regra passíveis de reprovação ou punição. Essas regras têm como função manter uma divisão binária que é estabelecida por uma relação desigual de poder. Na sociedade ocidental de herança patriarcal, a divisão em gêneros binários permite apenas duas possibilidades de existência, deslegitimando possibilidades para além do binarismo. Dessa forma, existências que não operam na lógica binária são consideradas impossibilidades lógicas, segundo Butler (2003).

Assim como há uma deslegitimação de pessoas não binárias, um corpo que apresenta uma inconformidade com o padrão binário esperado, como o intersexo, é submetido à um processo de binarização como “correção”, seja por meio de cirurgias ou/e hormonização. Nem sempre o sujeito tem o direito de escolher, já que em muitos casos a cirurgia ao nascimento é imposta. A “escolha” pelo gênero é realizada pelos genitores, ou em alguns casos pelos médicos quando definem que há uma lógica entre cromossomos, hormônios e órgãos que deve ser seguida.

O processo de socialização de crianças de acordo com a designação social do gênero implica em determinados padrões para meninos, e outros padrões para meninas, os quais ambas são treinados para corresponder. Em indivíduos autistas, assim como em neurotípicos, a socialização inicial generificada influencia seu comportamento, porém

nem sempre a correspondência ao treino será mantida pelos sujeitos. Para autistas, é mais comum que essa equivalência venha a ser questionada, e conseqüentemente deixe de ser mantida.

CÉREBRO, GÊNERO E COMPORTAMENTO

É muito usual nos meios científicos, especificamente no campo da biologia, pesquisas voltadas a identificar diferenças comportamentais entre homens e mulheres, tentando dessa forma comprovar que há um marcador biológico do sexo no cérebro. Pesquisas com pessoas intersexo, ou com fêmeas expostas à testosterona, são comuns na tentativa de identificar como os hormônios afetam o cérebro e, conseqüentemente, o comportamento. Em pesquisas realizadas com animais submetidos a altas dosagens de hormônios, comprova-se que os comportamentos modificados eram estritamente relacionados à reprodução e preservação da espécie. Seguindo a mesma lógica, não teria porque esse padrão se modificar em seres humanos (Fausto-Sterling, 2012; Ripon, 2021).

A bióloga Anne Fausto-Sterling, uma das maiores referências no campo de pesquisa em biologia e gênero, se propôs a aprofundar os estudos sobre a constituição do gênero a partir dos estudos de Money, que iniciou as pesquisas sobre identidade de gênero. De acordo com tais pesquisas, desde o nascimento, na qual o recém-nascido é identificado com um gênero a partir da anatomia genital, uma resposta social correspondente é iniciada. Os comportamentos que correspondem a cada gênero são diferentes em cada cultura e período temporal, suas representações em cada cultura se tornam marcadores de referência para uma criança em seus primeiros anos de vida, como roupas, brinquedos e todas as informações que lhe são destinadas, assim como a

associação entre gênero e determinadas atividades e partes específicas da composição corporal.

Nas teorias que buscam comprovar as diferenças comportamentais provenientes da correlação entre cérebro e toda a composição denominada sexo biológico, de acordo com os marcadores como hormônios, cromossomos, órgãos sexuais e anatomia genital, há uma sobreposição do fator hormonal como determinante do comportamento, ao mesmo tempo em que há uma subjugação dos elementos culturais. Ao pesquisar as diferenças comportamentais entre grupos definidos como homens e mulheres, considerando que biologicamente respectivamente podem ser denominados como machos e fêmeas, não há a possibilidade de separar os componentes biológicos de toda a formação social e cultural a que o indivíduo foi submetido. Crianças aprendem culturalmente a se comportar de acordo com o que é esperado delas, tais expectativas sociais são circunscritas por atravessamentos de gênero.

Ripon (2021) afirma que os estudos que buscam comprovar diferenças entre habilidades baseadas em gênero, como os estudos que afirmam que homens dispõem de maior habilidade de percepção espacial, ignoram o fenômeno da plasticidade cerebral. Um determinado cérebro, quando é treinado para obter alguma habilidade desde a primeira infância, têm maior propensão a desenvolver as áreas relacionadas àquela habilidade. É muito provável que crianças que são socializadas enquanto meninos na primeira infância sejam incentivados a jogar videogame e a exercer brincadeiras que exijam o desenvolvimento de certas habilidades.

Ao ignorar a neuroplasticidade, são desconsideradas todas as informações e treinamentos aos quais a criança é submetida desde o seu nascimento, aprendendo

habilidades, comportamentos e características que correspondem ao ideal social prescrito para o gênero que lhe foi designado. Não há uma aptidão “natural” que relaciona determinadas atividades a um gênero específico, há um treino ao qual aquele sujeito é submetido, que altera o seu funcionamento cerebral.

Utilizando-se da Análise do Comportamento, Fausto-Sterling (2012) afirma que os reforçadores, presentes toda vez que a criança exhibe um comportamento socialmente “adequado” ao gênero que lhe foi designado, atuam com a manutenção daquele comportamento. Do mesmo modo, mecanismos de punição e reprovação a um determinado comportamento levam a extinção deste. Entretanto, se durante a fase do desenvolvimento o sujeito se sente pertencer à categoria oposta a qual foi socializado, a propensão é que sejam repetidos os padrões de comportamento associados ao gênero o qual pertence, apesar de toda socialização contrária. Contudo, se faz fundamental compreender que a identidade de gênero não é inteiramente definida pelos padrões de comportamento os quais o sujeito sente-se alinhado, e há múltiplas identidades que não são contempladas por pressupostos sociais cisnormativos e binários de gênero. Inclusive, é socialmente construída a leitura de que há normas específicas para cada gênero.

Nesse sentido, é possível que pessoas trans exteriorizem uma expressividade de gênero que não está correlacionada socialmente a sua identidade. Por exemplo, é possível que um homem trans prefira utilizar roupas e acessórios que são catalogados como femininos, e se comportar de forma cuidadosa e empática com os demais, sem que este fator altere sua identidade de gênero. Da mesma forma, uma mulher cis que exhibe comportamentos classificados enquanto masculinos continuará sendo uma mulher cis. O

pertencimento ao gênero é sentido para além dos pressupostos sociais do que serve à cada gênero, justamente por ser improvável que uma pessoa, seja cis ou trans, venha a contemplar todos os estereótipos que estão relacionados ao seu gênero.

A ideia de que existe um cérebro masculino ou feminino, utilizando-se de um respaldo baseado na ciência biológica para definir quais comportamentos estariam alinhados a cada gênero, desconsidera que essas classificações são socialmente construídas de acordo com o período histórico e contexto cultural, sendo variáveis conforme cada sociedade. Afinal, o que seria esse cérebro feminino ou masculino? Quais seriam os definidores de “feminino” ou “masculino”?

A crítica de Ripon (2021) sobre a alegação de um cérebro masculino ou feminino centra-se no sentido de identificar que fatores biológicos não relacionados ao sexo-gênero dificilmente tornam-se alvos de investigação, como ocorre com as pesquisas que envolvem hormônios, cromossomos, gônadas, entre outros definidores do sexo biológico. A diferença entre os cérebros é pautada principalmente pelo marcador do gênero para definir o comportamento “normal” e “desviante” para cada categoria.

AUTISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Na socialização de pessoas demarcadas enquanto meninas, na tentativa de manter um corpo dócil, recomenda-se que sejam mais educadas e aprendam a não falar muito, ou seja, há uma série de restrições que são impostas de maneiras repetitivas e com uma certa severidade. É muito comum que em meninas pouco comunicativas não seja solicitada uma avaliação diagnóstica. A falha na comunicação não é levada em conta, afinal, é “normal” e até preferível que sejam quietas. Tais prerrogativas acerca do gênero sucedem

em diagnósticos tardios em pessoas que foram socializadas como meninas, e no subdiagnóstico destas (Vargas, 2023).

A construção da feminilidade em sujeitos autistas ocorre a partir da observação de seus pares e o processo de imitação. No entanto, há falhas intermitentes nessa atuação, o que contribui para a leitura social de “esquisita”, pelo fato de o comportamento não se adequar completamente ao esperado. Nos indivíduos educados como meninos, os déficits sociais são mais perceptíveis, tendo em vista que estes não passam por treinos de habilidades sociais rígidos desde a primeira infância. Dessa forma, os sintomas referentes à comunicação e interação se tornam mais evidentes. Como a produção da masculinidade em crianças que são classificadas como meninos se dá de forma coercitiva, através de práticas de exclusão e violência, é muito comum que autistas sintam-se coagidos a agir em conformidade com as regras, evitando se tornar alvo de *bullying*. Todavia, comumente autistas exibem alguns comportamentos que os tornam “excêntricos” em relação ao grupo, sendo percebidos pelos demais (Delfino; Maia, 2023).

Segundo Walsh *et al.* (2018), os estudos de Vries *et al.* (2010) propõem que a rigidez cognitiva, característica muito presente no TEA, pode gerar um equívoco de interpretação sobre o pertencimento ao próprio gênero em pessoas autistas, pelo fato de os interesses pessoais serem considerados atípicos para o designado ao seu gênero ao nascimento. No entanto, a previsibilidade de que todo sujeito se encaixe ao gênero que lhe é atribuído ao nascimento é um pressuposto da cisnormatividade, tendo como ideal de que uma série de padrões de comportamentos e interesses devem corresponder a cada gênero. Ao considerar a teoria da rigidez cognitiva, a cisnormatividade presente na sociedade não confirmaria exatamente o oposto? Que a rigidez cognitiva

de neurotípicos, precursores dessa sociedade cisnormativa e generificada, constituiu regras rígidas para definir o que é masculino e feminino, tornando desviante toda identidade que não corresponde às normas?

Os estudos de Warrier *et al.* (2020) demonstram que muitas pessoas autistas transgênero são questionadas sobre sua identidade quando se revelam enquanto pessoas trans. Geralmente, há uma atribuição de déficit cognitivo, como se o sujeito não portasse capacidade suficiente para compreender seu próprio gênero. A despeito disso, não há indícios de questionamentos aleatórios a sujeitos cisgêneros sobre a “certeza” sobre sua identidade de gênero, pois esta é julgada como adequada e “correta”, dispensada de indagações.

As proposições de alguns pesquisadores citados por Walsh *et al.* (2018), de que autistas são mais propensos a não aderir a ideias e regras que são logicamente inconsistentes, portanto não faz sentido se adequar às normas de gênero, são reiteradas a partir das próprias pesquisas. Os pesquisadores demonstram que é mais frequente em pessoas autistas transgêneras o pertencimento a identidades não binárias, ou uma identificação parcial ao gênero o qual se identificam. Tal hipótese apresenta concordância com os estudos de gênero, os quais constataam que a cisnormatividade e as regras de gênero são constructos sociais que operam na lógica de manter a estratificação de gênero. Assim como autistas apresentam tendência a não se adequar às normas de gênero, também não são facilmente resignados à heterossexualidade compulsória, fenômeno que está relacionado à predominância de orientação “não-heterossexual” em pessoas autistas (Walsh *et al.* 2018 *apud* Kristensen; Broome, 2016; Ansara; Hegarty, 2011).

As normas regulatórias cis-heteronormativas só fazem

sentido para a continuidade das desigualdades estruturais instituídas pelo patriarcado, cujo objetivo é perpetuar privilégios a um grupo de sujeitos, em detrimento de outros. O autista, assim como qualquer indivíduo que não faz parte de um grupo hegemônico, sempre é colocado em análise pelo que não corresponde ao padrão. As pesquisas realizadas com pessoas autistas trans demonstram que o objetivo é investigar as “causas dos desvios”, que nesse caso seria a transgeneridade e a neurodivergência, mas se o autismo torna o indivíduo menos “adestrável”, seria mesmo a subversão às normas um déficit?

Sujeitos que compõem grupos minoritários, sejam de categorias de gênero ou para além do gênero, como etnia, raça, sexualidade, entre outros, já foram considerados deficitários e excluídos do campo político e científico apenas pelos comportamentos desviantes e transgressores à época que obtiveram acesso ao conhecimento, à política e à ciência. Como esperado, os comportamentos subversivos também já foram considerados patologias, na tentativa de “corrigir” ou invalidar sujeitos dissidentes. Ainda assim, as mudanças sociais só irrompem porque um grupo ousa questionar e subverter as normas. Na contemporaneidade, na insurgência da possibilidade de decolonizar saberes e subverter normas e ideologias, talvez o desvio possa vir a ser considerado como potência e não como patologia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELFINO, L. L.; MAIA, C. Quando o espelho não é Narciso: A

desconstrução das masculinidades hegemônicas nas narrativas dos professores de história. Passagens:

Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, set./dez., 2023. p. 443-465.

FAUSTO-STERLING, A. Sex/Gender: Biology in a Social World. Chicago: Routledge, 2012.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAGGIO, M.G. et al. Sex and Sexuality in Autism Spectrum Disorders: A Scoping Review on a Neglected but Fundamental Issue. Brain Sci., v. 12, n. 11, 1427, 2022. DOI: 10.3390/brainsci12111427. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-3425/12/11/1427>. Acesso em: 25 mar. 2026.

RIPON, G. Gênero e os Nossos Cérebros: Como a neurociência acabou com o mito de um cérebro feminino ou masculino. Rocco Digital: 2021.

RUBIN, G. Tráfico de Mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: S.O.S. Corpo, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. New York, Columbia University Press, 1989.

STRANG, J. F et al. “They Thought It Was an Obsession”: Trajectories and Perspectives of Autistic Transgender and Gender-Diverse Adolescents. J Autism Dev Disord, v. 48, p. 4039-4055, 2018. DOI: 10.1007/s10803-018-3723-6

VARGAS, G. Mulheres autistas: Completar o espectro é uma questão de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

WALSH, J. R. et al. Brief Report: Gender Identity Differences in Autistic Adults: Associations with Perceptual and Socio-cognitive Profiles. J Autism Dev Disord, v. 48, p. 4070-4078, 2018. DOI: 10.1007/s10803-018-3702-y

WARRIER, V. et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nature Communications*, v. 11, 3959, 2020. DOI: 10.1038/s41467-020-17794-1

ENTRE O SILÊNCIO E O SENTIDO:

estudo de caso clínico de
uma mulher autista sob
a perspectiva da análise
existencial

JAQUELINE PEREIRA

QUEM ESCREVEU

Iniciou a graduação em Psicologia na Universidade Dom Bosco, período em que desenvolveu especial interesse pelas áreas de neurociência e avaliação psicológica. Posteriormente, concluiu especialização Lato Sensu em Neuropsicologia na FAE Centro Universitário, onde desenvolveu trabalho de conclusão de curso voltado à tomada de decisão em adolescentes, aprofundando-se na aplicação e interpretação de instrumentos neuropsicológicos.

Ao longo de sua formação e atuação profissional, participou do programa Pequi (Primeiras Crises do Tipo Psicóticas) e do Projeto Clinisol. Também integrou a equipe multiprofissional da Escola Nilza Tartuce, instituição de referência em Educação Especial. Atualmente, é mestranda em Avaliação e Reabilitação Neuropsicológica pela Universidade Federal do Paraná, com interesse em desenvolver pesquisas voltadas ao aprimoramento dos processos diagnósticos de meninas e mulheres no espectro autista, contribuindo para práticas mais sensíveis e inclusivas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar a evolução psicoterapêutica de um estudo de caso clínico de uma mulher autista, acompanhada ao longo de cinco anos, sob a perspectiva da análise existencial. A escolha por esse recorte justifica-se pela histórica sub-representação feminina nas pesquisas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que se refere às especificidades das vivências dessas mulheres.

Análises clínicas e empíricas apontam que a trajetória feminina no TEA é frequentemente marcada por diagnósticos

tardios, estratégias intensas de camuflagem social, elevada autocrítica e maior internalização do sofrimento psíquico, fatores que contribuem para a invisibilização clínica e social do sofrimento feminino e para a ocorrência de diagnósticos equivocados ou centrados em comorbidades.

É fundamental destacar que as estratégias de camuflagem social não devem ser compreendidas como expressões intrínsecas ou biologicamente determinadas do sexo feminino. A camuflagem no autismo emerge, sobretudo, como uma resposta adaptativa a expectativas sociais e culturais rigidamente normatizadas, que demandam comportamentos socialmente desejáveis, empatia visível, docilidade e adequação interpessoal. Tais expectativas são historicamente associadas à socialização do gênero feminino, mas não se restringem a mulheres cisgênero, operando como dispositivos reguladores a qualquer sujeito que seja pressionado a performar feminilidade (Cooper; Smith; Russel, 2018; Warrier *et al.*, 2020).

Nesse contexto, utiliza-se o estudo de caso como fio condutor para analisar os impactos do diagnóstico tardio de autismo e as possibilidades de ressignificação existencial que se abrem no decorrer do processo psicoterapêutico. Ancorado na perspectiva da análise existencial, o artigo propõe a compreensão da pessoa com autismo como ser-no-mundo, constituída em sua historicidade e inserção sociocultural, capaz de posicionar-se de modo responsável diante das condições que lhe são dadas na existência.

MÉTODO

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, o qual possibilita a compreensão aprofundada de um fenômeno a partir da análise detalhada de uma experiência singular inserida em seu

contexto real (Yin, 2025). O estudo foi desenvolvido com base no acompanhamento psicoterapêutico realizado em clínica particular, permitindo a observação contínua dos aspectos emocionais, comportamentais e subjetivos apresentados pela paciente ao longo do processo terapêutico.

Foram preservados todos os princípios éticos, conforme as diretrizes da prática profissional em Psicologia, com a utilização de nome fictício e a omissão de quaisquer informações que pudessem possibilitar a identificação da paciente, assegurando o sigilo e a confidencialidade dos dados.

AUTISMO E ESPECIFICIDADES DO DIAGNÓSTICO NA SOCIALIZAÇÃO FEMININA

O TEA manifesta-se nas fases iniciais do desenvolvimento, no entanto, em razão da ausência de sinais físicos característicos e, muitas vezes, da falta de avaliações precoces e precisas, o diagnóstico tende a ocorrer apenas por volta dos dois ou três anos de idade, período em que se espera maior desenvolvimento da linguagem, da socialização e da apreensão do mundo simbólico (Organização Mundial da Saúde, 2019).

O quadro caracteriza-se por alterações que abrangem diferentes dimensões do funcionamento humano, incluindo aspectos comunicacionais, emocionais, comportamentais, sensoriais e motores. Essas alterações manifestam-se de maneira singular em cada indivíduo, influenciando a forma como a pessoa percebe e se relaciona com o mundo. Podem ocorrer dificuldades na comunicação verbal e não verbal, particularidades na expressão emocional, padrões comportamentais repetitivos ou interesses restritos, além de alterações sensoriais e motoras que impactam a organização

da rotina e as interações sociais (American Psychiatric Association, 2014).

No entanto, no caso das mulheres autistas, o reconhecimento dessas características torna-se mais complexo. As expectativas sociais e culturais relacionadas ao gênero influenciam tanto a percepção social quanto a avaliação clínica dos comportamentos apresentados por mulheres no espectro. Estudos indicam que pessoas do sexo feminino com TEA apresentam menor probabilidade de serem diagnosticadas a partir do modelo considerado “clássico” do transtorno. Nesse contexto, características tradicionalmente associadas ao autismo, como menor interesse por interações sociais, padrões restritos de interesse ou dificuldades na comunicação, são frequentemente interpretadas como traços de personalidade ou manifestações de quadros psiquiátricos (Brunetto; Vargas, 2023).

Esses estereótipos de gênero, aliados à limitada compreensão sobre a diversidade das manifestações do TEA, constituem barreiras significativas para o diagnóstico precoce e para a oferta de intervenções adequadas, comprometendo a qualidade de vida de muitas mulheres autistas. Assim, o subdiagnóstico feminino não se reduz a uma questão estatística, mas envolve uma complexa interação entre normas sociais de gênero, concepções culturais sobre o autismo e práticas diagnósticas ainda centradas em modelos predominantemente masculinos (Soares Loureiro, 2024; Brunetto; Vargas, 2023).

No que se refere ao comportamento social, mulheres autistas tendem a apresentar maior habilidade de camuflagem das dificuldades relacionadas à comunicação e à interação social. Estudos indicam que essa camuflagem ocorre por meio da aprendizagem e da imitação de comportamentos socialmente aceitos, como o uso de gestos, expressões

faciais, estratégias conversacionais e observação constante do outro (Vasconcelos, 2022; Miranda; Chagas, 2024; Soares Loureiro, 2024). Embora essa adaptação facilite a inserção social, ela demanda um elevado custo psíquico, podendo resultar em exaustão emocional, crises de estresse e colapsos decorrentes de sobrecarga social.

A camuflagem social não é exclusiva de pessoas autistas, estando presente no geral entre indivíduos neuroatípicos, contudo, diferencia-se quanto à motivação e aos resultados. Para pessoas no espectro, a camuflagem é frequentemente motivada pelo desejo de evitar rejeição, *bullying* e exclusão social, bem como de alcançar aceitação em contextos acadêmicos, profissionais e sociais. Ainda assim, os resultados tendem a ser menos satisfatórios e mais custosos quando comparados aos outros de indivíduos neuroatípicos, sobretudo devido às dificuldades sociais subjacentes que precisam ser constantemente compensadas, destacando-se, nesse grupo, as mulheres (Scheid; Raz, 2020; Soares Loureiro, 2024).

No caso de mulheres autistas, estudos recentes indicam que a intensa camuflagem social frequentemente observada não expressa maior “competência social”, mas a tentativa contínua de adaptar-se a padrões comunicacionais não autistas, aprendidos de forma consciente (Livingston *et al.*, 2019). Tal adaptação envolve a observação minuciosa e a reprodução de comportamentos socialmente esperados, sem que isso implique, necessariamente, uma vivência intersubjetiva espontânea ou compartilhada.

Nesse sentido, a habilidade de responder adequadamente às demandas sociais pode ocorrer à custa de elevado esforço cognitivo e emocional, contribuindo para estados de exaustão, alienação de si e sofrimento psíquico silencioso. A perspectiva da Dupla Empatia permite, assim, compreender

a camuflagem não como sinal de funcionamento social preservado, mas como expressão de uma assimetria relacional persistente, na qual a responsabilidade pela adaptação recai de forma desproporcional sobre a pessoa autista (Cheang *et al.*, 2025).

Dessa forma, a camuflagem social configura-se como um fator relevante para compreender o diagnóstico tardio do TEA em mulheres, que em muitos casos, recebem diagnósticos alternativos antes do reconhecimento do autismo, como transtornos de personalidade, transtornos alimentares ou transtornos de humor.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE EXISTENCIAL

As abordagens existenciais compreendem a existência humana como fundamentalmente relacional, partindo do pressuposto de que toda consciência é sempre consciência de algo e se constitui em permanente relação com o mundo. Nessa perspectiva, o sentido não se localiza em um psiquismo interno isolado, mas emerge da experiência vivida na relação da pessoa consigo mesma, com os outros e com o mundo (Lima Neto, 2013).

Assim, a compreensão do sofrimento humano não se restringe a conteúdos intrapsíquicos, mas aos modos de ser-no-mundo que o indivíduo constrói ao longo de sua história. As psicoterapias existenciais, portanto, não se centram em estados internos abstratos, mas nos modos de existir, de escolher e de se relacionar que se configuram na trajetória de vida do sujeito (Lima Neto, 2013).

A análise existencial constitui-se como um sistema teórico e prático de compreensão do ser humano, sendo reconhecida como a Terceira Escola Vienense de Psicoterapia, precedida pela Psicanálise Freudiana e pela Psicologia

Individual de Adler. Inserida no campo das abordagens existencial-humanistas, fundamenta-se em uma antropologia que busca superar reducionismos biológicos, psicológicos ou sociológicos, restituindo uma visão integral da pessoa humana (Almeida; Cury, 2014).

Para Frankl (2019), a busca de sentido é a principal força motivacional da vida, e sua teoria postula que a vida mantém seu significado potencial sob quaisquer condições, mesmo diante do sofrimento, da culpa ou da morte. A prática clínica baseada nesta análise foca no auxílio ao paciente para que este reconheça sua responsabilidade perante a vida e descubra as possibilidades de sentido que o mundo lhe oferece, combatendo o vazio existencial que se manifesta como tédio, apatia ou desespero.

A visão de homem na antropologia de Frankl (2019) é definida por uma estrutura tridimensional que integra as dimensões somática, psíquica e noética. Enquanto o corpo e a mente são suscetíveis a doenças, condicionamentos biológicos e traumas psicológicos, a dimensão noética é considerada o núcleo da saúde e da liberdade humana. Esta dimensão é entendida como o espaço onde residem as faculdades exclusivamente humanas, como a consciência, o humor e a capacidade de tomar decisões. O homem é visto, portanto, como um ser que não é apenas determinado pelo seu passado ou pela sua biologia, mas como alguém que possui a liberdade para se posicionar diante dessas condições. Ele é um ser capaz de autotranscendência, o que significa que sua essência se realiza ao apontar para algo além de si mesmo.

O indivíduo encontra sentido na vida por meio da realização de valores, que se organizam em três categorias principais. Os valores de criação relacionam-se àquilo que o indivíduo oferece ao mundo, seja por meio de uma obra, de

um trabalho ou de uma ação significativa. Os valores vivenciais ou experienciais dizem respeito àquilo que a pessoa recebe do mundo, como a vivência do amor, da natureza, da arte ou do encontro autêntico com o outro. Quando não é possível criar nem vivenciar algo que venha do mundo, permanece ainda a possibilidade dos valores de atitude, que se manifestam na forma como o indivíduo se posiciona diante do sofrimento inevitável (Souza; Gomes, 2012).

Para Frankl (2019), o ser humano não apenas reage aos contingentes internos e externos, mas responde a eles, e, ao escolher dar uma resposta à vida, torna-se responsável pelo que vai ser no momento seguinte. Dessa forma, a liberdade e a responsabilidade constituem as duas características essenciais dos fenômenos humanos. Assim, a análise existencial compreende a existência humana como um exercício constante de resposta às perguntas que a vida faz. O homem não é aquele que pergunta qual é o sentido da vida, mas sim aquele que é questionado pela vida e que deve responder por ela através de suas ações e escolhas.

APRESENTAÇÃO DO CASO

Júlia (nome fictício) iniciou acompanhamento psicológico aos 17 anos, permanecendo em atendimento até os 22 anos de idade. No início do processo psicoterapêutico, era estudante do ensino médio e, ao longo do acompanhamento, ingressou no ensino superior.

A paciente procurou atendimento psicológico relatando humor deprimido, desmotivação persistente, intenso sofrimento nos relacionamentos afetivos e histórico de tentativa de suicídio. Comentou ter recebido, anteriormente, o diagnóstico de Transtorno de Personalidade Borderline, formulado por profissional médico. Considerando que Júlia era menor de idade no início do acompanhamento, realizou-se

anamnese com sua mãe, que descreveu dificuldades significativas da filha na manutenção de vínculos afetivos, especialmente reações intensas de frustração e sofrimento diante de rupturas amorosas.

Ao longo dos atendimentos, com o progressivo estabelecimento do vínculo psicoterapêutico e o aprofundamento da compreensão sobre a história e o modo de funcionamento da paciente, tornaram-se evidentes outras características clínicas. Destacaram-se, principalmente, dificuldades na expressão da linguagem, contato visual reduzido, sensibilidade sensorial presente desde a infância, pensamento rígido, dificuldade significativa diante de mudanças, interesses específicos e intensos, bem como a presença de movimentos corporais repetitivos. Observou-se ainda o uso excessivo de álcool em contextos sociais, como manejo do desconforto vivenciado nessas situações. Essas observações clínicas motivaram o encaminhamento para avaliação neuropsicológica.

A investigação neuropsicológica confirmou o diagnóstico de TEA e, partir desse momento, o processo terapêutico voltou-se para uma elaboração cuidadosa e aprofundada do significado atribuído ao diagnóstico, buscando compreender como essa nomeação ressoava na história de vida da paciente e em seu modo de existir. O diagnóstico não foi tratado como um ponto de chegada, mas como um elemento que possibilitou maior inteligibilidade às experiências anteriormente vividas como confusas, inadequadas ou desorganizadoras.

Nesse sentido, o trabalho clínico passou a favorecer a construção de sentidos acerca do que estava sendo vivido por Júlia, especialmente no que diz respeito às suas formas de estar-no-mundo e de se relacionar consigo mesma, com os outros e com as exigências do contexto social.

Durante os atendimentos subsequentes ao processo diagnóstico, a paciente compartilhou vivências que ilustram o impacto existencial desse reconhecimento. Em seus relatos, afirmou:

Receber o diagnóstico me fez acessar muitos sentimentos, desde um alívio grande por entender de onde vinham as dificuldades que eu sentia ao longo da infância e adolescência, mas também me trouxe bastante conforto, por saber que existia então uma alternativa àquela sensação de deslocamento que me acompanhava até então. Lembro que foi uma sensação muito positiva, num geral, o diagnóstico me fez refletir muito sobre mim e me trouxe felicidades ao poder pensar em novas perspectivas acerca de como eu via a mim e ao mundo. Minha família não lidou bem, houveram muitos questionamentos ao diagnóstico por parte dos meus pais, resultando em discussões e em brigas por conta dessa negação, onde me senti muito invalidada. Eu me percebia um pouco diferente das outras pessoas, e nunca entendia o motivo, mas tive sempre uma sensação de não me encaixar. Também sentia que eu agia e pensava de uma forma diferente, muitas vezes não conseguindo entender como as pessoas pensavam. Havia uma inadequação e um estranhamento, mas ao mesmo tempo, a necessidade de me adaptar fez com que o masking fosse naturalizado, então nem sempre havia uma percepção de mim em relação aos outros, muitas vezes era algo não muito acessado.

Os relatos de Júlia ilustram de forma consistente os desafios do diagnóstico tardio, especialmente quando percorrido por expectativas de gênero e pela naturalização da camuflagem social. Antes do diagnóstico, sua experiência subjetiva era marcada por sentimentos difusos de inadequação, estranhamento e não pertencimento, vividos como falhas pessoais e não como expressões de um funcionamento neurodivergente.

A ausência de um referencial explicativo favoreceu a normalização do sofrimento e da exaustão decorrentes das

interações sociais, do excesso de estímulos sensoriais e da rigidez diante de mudanças, retardando o reconhecimento clínico do TEA e contribuindo para leituras psicopatológicas equivocadas.

O momento do diagnóstico emerge, em seu discurso, como um evento ambivalente, porém organizador do ponto de vista existencial. Júlia descreve sentimentos de alívio, conforto e ampliação da autocompreensão, ao mesmo tempo em que relata conflitos familiares marcados pela negação e invalidação do diagnóstico.

Esse contraste evidencia que o diagnóstico tardio não produz efeitos apenas intrapsíquicos, mas repercute no campo relacional, exigindo do sujeito um reposicionamento frente ao olhar do outro. Ao nomear sua condição, o diagnóstico permitiu que experiências antes vividas como falhas morais ou incapacidade fossem ressignificadas como limites fáticos, inaugurando novas possibilidades de sentido e de autocompaixão.

Diante desse cenário, antes de engajá-la em um processo de busca por sentido, tornou-se fundamental favorecer a reconstrução de sua posição existencial frente ao próprio sofrimento. O trabalho psicoterapêutico voltou-se, inicialmente, para o reconhecimento e a legitimação de sua experiência, de modo a reduzir a sensação de paralisia e ampliar a percepção de possibilidades de ação.

DIAGNÓSTICO TARDIO E RESSIGNIFICAÇÃO EXISTENCIAL

A clínica orientada pela análise existencial tem como foco a busca de sentido e a qualidade da relação psicoterapêutica, compreendendo o paciente como um ser-no-mundo, livre e responsável por suas escolhas, ainda que condicionado por fatores biológicos, psicológicos e sociais.

O indivíduo é entendido como situado em um contexto histórico, cultural e político, no interior do qual constrói significados e assume posições diante das circunstâncias que lhe são dadas (Teixeira, 2003).

A relação psicoterapêutica é compreendida como um encontro entre dois sujeitos, marcada por presença, diálogo e autenticidade, no qual o psicólogo não se coloca como especialista da vida do outro, mas como alguém que caminha junto na investigação do sentido. Assim, o processo psicoterapêutico visa favorecer a ampliação da consciência existencial, possibilitando ao paciente reconhecer suas possibilidades, limites e responsabilidades, bem como transformar sua relação com o sofrimento (Freire *et al.*, 2024).

Para muitas mulheres, o diagnóstico de TEA no final da adolescência ou na vida adulta opera como uma verdadeira “iluminação biográfica”, permitindo a reorganização da narrativa pessoal e a reinterpretção de experiências passadas de sofrimento. Embora esse momento possa produzir alívio e validação subjetiva, ele costuma ser acompanhado por um luto simbólico relacionado à identidade anteriormente construída, às oportunidades perdidas e a uma trajetória marcada pela incompreensão e pelo sentimento de inadequação. Trata-se, portanto, de um processo ambivalente, no qual reconhecimento e dor coexistem (Hull *et al.*, 2020; Nalin *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a análise existencial oferece recursos clínicos fundamentais ao favorecer a reconstrução da relação da paciente consigo mesma, reconhecendo sua singularidade não como falha ou déficit, mas como expressão legítima de sua forma de existir. A busca de sentido assume papel central nesse movimento de reorganização subjetiva, possibilitando maior autenticidade, reconexão com valores

pessoais e um posicionamento mais consciente diante da própria condição existencial (Freire et al., 2024; Teixeira, 2006).

No início do acompanhamento, a comunicação de Júlia era marcada por respostas monossilábicas e dificuldades em elaborar afetos e pensamentos, como se a palavra ainda não lhe pertencesse. À medida que o vínculo psicoterapêutico se consolidou e o espaço clínico se configurou como ambiente seguro, observou-se uma transformação gradual, a fala tornou-se mais espontânea e articulada. Seus relatos passaram a apresentar maior complexidade, como integração entre emoções e acontecimentos e capacidade reflexiva sobre si e sobre o outro. Esse movimento não representou apenas ganho comunicativo, mas um processo de apropriação da própria história, no qual a palavra deixou de ser evitada e passou a constituir-se como instrumento de sentido, elaboração e afirmação.

Ao longo dos atendimentos, foi trabalhado o autodistanciamento frente ao sofrimento afetivo intenso, especialmente nas situações de frustração relacional que anteriormente desencadeavam vivências de desorganização emocional. Buscou-se auxiliá-la a compreender que, embora a dor fosse real e legítima, ela não definia quem ela era. Esse movimento possibilitou a diferenciação entre “ser a dor” e “estar em sofrimento”, favorecendo uma postura mais consciente e responsável diante de suas escolhas e reações. O humor, utilizado de forma cuidadosa e contextualizada, também constituiu-se como importante recurso clínico, permitindo flexibilizar interpretações rígidas e ampliar a abertura para modos mais autênticos de ser e de se relacionar.

A autotranscendência revelou-se central no processo psicoterapêutico, na medida em que Júlia passou a direcionar-se para além de si mesma. Ao engajar-se ativamente

na bateria universitária, relatou encontrar sentido e pertencimento. Posteriormente, ao assumir uma posição de liderança no grupo, pôde experimentar novas possibilidades de atuação, o que favoreceu a construção de uma autoimagem menos pautada na insuficiência e mais sustentada na percepção de suas capacidades.

Ao longo dos cinco anos de acompanhamento, houve períodos de intensificação do sofrimento psíquico, caracterizados por uso diário de álcool como forma de manejo emocional e conflitos familiares significativos, que evidenciaram a complexidade de sua vivência e os desafios implicados em seu processo de amadurecimento. Paralelamente, observaram-se conquistas significativas, como a ampliação da expressão comunicativa, a redução do sofrimento nas relações afetivas, a diminuição da necessidade de camuflagem social, o reconhecimento dos seus limites sensoriais e sociais e a construção de uma relação mais compassiva consigo mesma.

Nesse contexto, o processo psicoterapêutico possibilitou que Júlia deixasse de se compreender apenas a partir de seus condicionantes psicofísicos e sociais, passando a se reconhecer como sujeito de sua própria história. A ampliação da autopercepção e do sentido atribuído às experiências vividas possibilitou a assunção de uma postura mais consciente frente às situações, ampliando sua capacidade de escolha e de reposicionamento diante das circunstâncias.

Esse movimento expressa um processo de construção da autenticidade, entendido como a capacidade de assumir a própria condição humana e orientar-se de modo mais maduro em direção ao futuro. Tal percurso está em consonância com a visão de pessoa multidimensional, que reconhece a possibilidade humana de ir além dos condicionamentos e

responder de forma singular às demandas da existência (Silva, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Júlia mostra como o diagnóstico de TEA em mulheres muitas vezes é dificultado por expectativas sociais relacionadas ao gênero e pelo uso constante da camuflagem social. Este estudo evidencia que o diagnóstico tardio não pode ser compreendido apenas como um atraso clínico, mas como um acontecimento com forte impacto na história de vida da paciente. Ao dar nome ao que antes era vivido apenas como “inadequação” ou “estranhamento”, o diagnóstico possibilitou a reorganização de sua identidade, antes fragmentada e patologizada, favorecendo uma compreensão mais integrada e compassiva de sua condição neuroatípica.

Sob a perspectiva da análise existencial, o acompanhamento psicoterapêutico ao longo de cinco anos revelou que o autismo não impede a busca de sentido, mas constitui o contexto concreto a partir do qual Júlia exerce sua liberdade. Intervenções como o autodistanciamento e o uso do humor favoreceram que a paciente deixasse de se perceber apenas como refém de suas limitações sensoriais e sociais, passando a se posicionar de forma mais consciente e autêntica diante das demandas da vida.

A evolução clínica observada, especialmente o maior engajamento na vida universitária e a diminuição da necessidade de camuflagem social, indicam a relevância da autotranscendência como recurso de cuidado em saúde mental no TEA. Ao identificar e vivenciar valores de criação e de experiência, como a música e o exercício da liderança, Júlia conseguiu reduzir o isolamento associado ao chamado “vazio existencial”, sem precisar negar ou modificar sua

singularidade. Nesse sentido, a psicoterapia teve como objetivo o fortalecimento da autoestima existencial, reconhecendo os limites, a forma de comunicação e a sensibilidade da paciente como expressões legítimas de seu modo de estar no mundo.

Conclui-se que a análise existencial oferece um importante suporte no cuidado de pessoas autistas, ao reconhecer que, para além do diagnóstico, existe uma pessoa capaz de atribuir sentido à própria experiência e de construir uma vida com propósito. Espera-se que esta reflexão contribua para a superação de estereótipos diagnósticos e para o desenvolvimento de práticas psicoterapêuticas centradas no encontro humano e no respeito à dignidade do sujeito neuroatípico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lênia Momesso César; CURY, Bruno de Moraes. Abordagem logoterapêutica: princípios básicos do pensamento e da obra de Viktor E. Frankl. In: SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA., 6, Viçosa. Anais [...] Viçosa: Univiçosa, jan./dez. 2014, p. 45-52.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRUNETTO, Dayana; VARGAS, Gesiele. Meninas e mulheres autistas: completar o espectro é uma questão de gênero. Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 258-275, jan./jul. 2023.

CHEANG, R. T. et al. Do you feel me? Autism, empathic accuracy and the double empathy problem. Autism, v. 29, n. 9, p. 2315-2327, 2025. DOI: 10.1177/13623613241252320.

COOPER, Kate; SMITH, Laura G. E.; RUSSELL, Ailsa J. Gender identity in autism: sex differences in social affiliation with gender groups. Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 48, p.

3995–4006, 2018. DOI: 10.1007/s10803-018-3590-1.

FRANKL, Viktor. *Psicoterapia e sentido da vida*. São Paulo: Quadrante Editora, 2019.

FREIRE, Klessyo do Espírito Santo; SOUSA, Adria de Lima; HESSEL, Beatriz Ribeiro Cortez Cardozo Barata de Almeida. Adaptação de um modelo de formulação de caso clínico para as psicoterapias existenciais. *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 88-116, 2024.

HULL, Laura; LAI, Meng-Chuan; BARON-COHEN, Simon; ALLISON, Carrie; SMITH, Paula; PETRIDES, K. V.; MANDY, William. Gender differences in self-reported camouflaging in autistic and non-autistic adults. *Autism*, London, v. 24, n. 2, p. 352–363, 2020. DOI: 10.1177/1362361319864804.

LIMA NETO, Valdir Barbosa. Existência e sentido: a logoterapia como uma genuína psicoterapia fenomenológica existencial. *Revista Logos & Existência*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 2-15, 2013.

LIVINGSTON, L. A.; SHAH, P.; HAPPÉ, F. Linearly integrating speed and accuracy to measure individual differences in theory of mind: evidence from autistic and neurotypical adults. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 77, n. 2, p. 287–297, 2024. DOI: 10.1177/17470218231224105.

MIRANDA, Érica Otoni Pereira; CHAGAS, Lisandra Maria Pereira Fontes. Camuflagem social e diagnóstico tardio de autismo em mulheres: uma revisão integrativa. *Revista Neurociências*, v. 32, p. 1-19, 2024.

NALIN, Luísa Macedo et al. Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 16, e382111638175, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças – CID-11*. Genebra: OMS, 2019.

PIRES, Bruna Soares; CARVALHO, Tatiana Oliveira. A pessoa com autismo: o caso Temple Grandin sob a ótica da Logoterapia e da Análise Existencial. *Revista Logos & Existência*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 57-72, 2014.

SCHNEID, Iris; RAZ, Aviad. The mask of autism: social camouflaging and impression management as coping/normalization from the perspectives of autistic adults. *Social Science & Medicine*, v. 248, p. 112826, 2020. DOI: 10.1016/j.socscimed.2020.112826.

SILVA, Maria Helena Budal da. Ampliação da visão de pessoa no processo terapêutico: vivenciando e reconhecendo a pessoa como um ser multidimensional. *Revista Dom Acadêmico*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 224-240, jul./dez. 2016.

SOARES LOUREIRO, Jullie. Autismo em mulheres: por que o diagnóstico é tão difícil? *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 11, p. 4009-4021, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p4009-4021.

SOUZA, Emiliana Aparecida de; GOMES, Eliseudo Salvino. A visão de homem em Frankl. *Revista Logos & Existência*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 50-57, 2012.

VASCONCELOS, Vitória Chiari. Meninas e mulheres com Transtorno do Espectro do Autismo: diagnósticos, reconhecimentos e vivências. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/15923>. Acesso em: 18 mar. 2026.

WARRIER, Varun et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nature Communications*, v. 11, n. 3959, 2020. DOI: 10.1038/s41467-020-17794-1.

RELACIONAMENTOS AUTISTAS

LUÍS/LU

QUEM ESCREVEU

Me chamo Luís/Lu, tenho 22 anos, bissexual, agênero e autista, estou no 3º período de psicologia na Universidade Federal do Paraná, gosto muito de plantas no geral, mais especificamente PANCS, plantas carnívoras, guardiões de sementes e sistemas agroflorestais. Este tema me desenvolveu interesse, pois, na minha infância e adolescência acabava sempre me perguntando o porquê parecia que não conseguia conversar com ninguém, ou que apresentava muito menos amigos que qualquer outra pessoa, o que estava errado com o meu modo de “conversa”. Isso desenvolveu uma vontade muito grande de aprender sobre relações sociais e pessoas em geral (não à toa curso Psicologia). É reconfortante saber que não é algo intrinsecamente errado em mim que fazia essas mudanças, e ao mesmo tempo triste que ainda julgamos pessoas com base nisso.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão discutidos os relacionamentos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tanto no âmbito das amizades quanto das relações amorosas, bem como os efeitos da solidão sobre esses sujeitos. O foco recai sobre pessoas autistas e LGBT, considerando as dificuldades e possibilidades de construção de pertencimento em grupos, além dos modos pelos quais essas relações se constituem e das especificidades da comunicação de/entre pessoas no espectro. No senso comum, ainda persiste a noção equivocada de que pessoas com TEA preferem o isolamento e não se interessam por relações sociais. Entretanto, essa ideia está distante da realidade. De acordo com Mazurek (2014), indivíduos autistas que possuem um grupo de amigos, ainda que reduzido, tendem a apresentar

menores níveis de solidão, maior autoestima e melhores indicadores de bem-estar.

Pessoas com TEA são associadas a terem dificuldade em relações sociais, porém grande parte dos estudos tem um viés de “norma” dos relacionamentos neurotípicos. Com isso, o modo de sociabilidade autista pode se apresentar apenas como diferente e acaba sendo patologizado pelos estudos e ostracizado pela sociedade (Heasman & Gillespie, 2019). Uma teoria já defasada que encontramos em diversos estudos sobre relacionamentos autistas com pessoas alísticas é “O problema da dupla empatia”. Nessa teoria, é relatado que o problema da relação social é a falta de reciprocidade entre ambas as pessoas e essa falta de reciprocidade acaba sendo pela carência do autista em entender as normas sociais (Milton, 2012). Esta teoria acaba sendo errônea, pois supõe que se há um modo correto que a interação deva seguir, e obviamente este modo é o modo neurotípico, o que acaba culpando o autista pela falha. Contudo, a falha de comunicação/conexão ocorrida é pelo fato de apenas um dos participantes da interação ser ensinado a se esforçar para compreender as diferenças na comunicação do outro, enquanto o neurotípico assume que seu jeito é o único e qualquer diferença é uma forma errada de se comunicar (Trento, 2023).

Apesar das diferenças de relações sociais entre autistas e neurotípicos, pessoas com TEA ainda querem se relacionar socialmente. Muitos sujeitos autistas desejam ter amizades, mas apresentam dificuldades em iniciar, manter ou se relacionar nessas interações, especialmente se forem parte da comunidade LGBTQIA+ (Crompton et al., 2020).

Em sua pesquisa, Crompton et al. (2020) relata que pessoas com TEA tendem a se sentir mais confortáveis passando tempo com outros autistas do que com pessoas

neurotípicas, pois relatam serem mais compreendidas e menos julgadas. Em relações com familiares ou amigos neurotípicos, é esperado que você se conforme aos padrões impostos por eles, tendo que realizar comportamentos compensatórios para “mascarar” comportamentos ou estereotipias autistas para se encaixar melhor nesses ambientes sociais neurotípicos.

Comportamentos de “masking” — masking se referindo um modo de camuflagem de certos traços de personalidade neurotípicas como uma função adaptativa para ajudar em certas situações sociais (Alaghband-Rad; Hajikarim-Hamedani; Motamed, 2023) — são muito comuns na vida do autista, especialmente em momentos de relacionamentos com neurotípicos. No entanto, esse comportamento acaba acarretando um estresse mental imenso para o sujeito com TEA, além de o sujeito autista não se sentir à vontade nem com vínculo àquele grupo de pessoas. Esse comportamento acaba sendo, infelizmente, o mais seguro para o sujeito autista, pois pessoas neurotípicas tendem a ter preconceitos e evitar pessoas autistas, além de não entenderem muito bem seu modo de se comunicar (Crompton et al., 2020).

Na pesquisa de Sedgewick et al. (2019), foi notado que pessoas com TEA são muito cuidadosas em escolher amizades, pois já foram exploradas diversas vezes. Foi visto que mulheres autistas (79%) acabam sofrendo mais violência em relações de afeto em comparação com neurotípicas (26%). As mulheres autistas relatam que normalmente assumem o melhor nas pessoas, não sabem como sair da situação ou apresentam dificuldade em ler as intenções da pessoa.

Pessoas com TEA também apresentam amigos neurotípicos com quem se sentem à vontade e gostam de passar tempo juntos, entretanto, afirma-se que interações com

este grupo requerem um nível maior de energia e vontade pelas dificuldades na leitura de expressões e o regulamento de regras sociais não ditas. Desse modo, sendo mais exaustivo passar tempo com amigos neurotípicos e tendo um sentimento de fadiga após essas interações.

Normalmente, nessas relações o sujeito com TEA é quem precisa se “acomodar” ao modo social do neurotípico, se não irá sofrer consequências (Crompton et al., 2020). É notado que amizades autistas acabam sendo mais intensas e com uma rede de amizades reduzida, normalmente uma pessoa vira o centro dessas relações. Contudo, isso pode se desenvolver em um problema em que os pares não sentem toda essa necessidade de interação (Sedgewick et al., 2019).

Apesar dessas dificuldades nos relacionamentos, a maioria dos sujeitos autistas relata que suas amizades e afetos são muito importantes em suas vidas e que conseguiram enfrentar certas dificuldades e desenvolverem esses relacionamentos do modo desejado para elas (Sedgewick et al., 2019). É relatado na pesquisa de Crompton et al. (2020) que em um relacionamento entre pessoas com TEA há um entendimento mútuo muito maior, além de um senso de comunidade e pertencimento, com a possibilidade de ser você sem nenhum “masking” e comunicar de modo mais autêntico, sendo muito mais confortável e mais feliz estando assim.

Em relação a comunicação em si, nota-se que em uma conversa entre duas pessoas dentro do espectro se tem uma comunicação mais desenvolvida, pois se tem uma demanda menor por coerência, podendo ter falas um pouco desconexas sem que atrapalhe o conteúdo. Quando julgamentos sociais são menos duros nas conversas, o produto final é uma conversa mais relaxada ainda, com um

entendimento mútuo. É benéfico esse relacionamento de autista com autista, uma vez que ambos se sentem mais relaxados e conseguem fazer um rapport por meio de interesses em comum, de um modo que não seria possível com neurotípicos ou, no mínimo, mais dificultoso (Heasman; Gillespie, 2019).

Como falado anteriormente esse “déficit” na comunicação não é desenvolvido pela falta de empatia das pessoas com TEA, mas sim pelo fato de pessoas neurotípicas não serem ensinadas a compreender neuroatípicos, enquanto pessoas neuroatípicas são ensinadas a, além de compreender, se comportar como elas. Edey et al. (2016) relata em seu estudo sobre interações entre alísticos e autistas que, apesar de sempre ser levado a acreditar que o sujeito dentro do espectro autista é o responsável pela dificuldade de comunicação, pessoas autistas conseguem entender pessoas autistas e alísticas, enquanto pessoas alísticas apenas entendem com facilidade pessoas do mesmo grupo. Isso nos leva a compreensão de que o problema é a falta de aprendizado de pessoas alísticas em entender autistas, o que pode levar a diversas implicações sobre profissionais médicos ou escolares que acabam por “não entender” diversos comportamentos autistas.

Em relação a relacionamentos amorosos, pessoas autistas têm maiores chances, em comparação aos neurotípicos, de estarem em relacionamentos não monogâmicos, pois há uma ênfase grande na comunicação e honestidade em não se são tomados scripts sociais garantidos. Esse desenvolvimento de limites junto com parceiros é o que deixa a não mono mais apelativa, além de preferências com outras pessoas dentro do diagnóstico.

Não monogamia pode ser definida como um relacionamento em que todos os envolvidos consentem em ter

relações afetivas com outros parceiros. O termo acaba sendo um “guarda-chuva” para diversos tipos de relacionamentos, como o poliamor ou relacionamento aberto (Conley, 2017). Assim como na comunidade LGBTQIA+, a comunidade não monogâmica acaba sofrendo opressão da monogamia como forma dominante de compartilhar afetos, por meio de ser vista como “única” maneira de compartilhar afetos. Além disso, nossa sociedade acaba sendo construída para que essa seja a única maneira de praticar esses afetos, tanto em suas instituições vendo que o casamento entre duas pessoas acaba sendo a única possibilidade ou até criminalizando outras formas de se relacionar (Yakas; Lopez, 2023).

Para sujeitos autistas, o relacionamento também é visto como muito estressante. Pessoas neurotípicas não querem se relacionar com pessoas autistas por preconceito não tanto por ser neurodivergente, mas por como a sociedade trata neurodivergentes (Sala; Hooley; Stokes, 2020). Em um relacionamento neurotípico, é comum também esperarem comportamentos públicos de afeto aceitáveis para os parâmetros sociais. Os gestos de afeto e relacionamentos precisam ser performaticamente coerentes e bem vistos para terceiros, o que acaba isolando ainda mais autistas em busca de relacionamentos, sendo outro motivo pelo qual neuroatípicos acabam se relacionando com outros neuroatípicos (Trento, 2023).

Apesar de haver essa maior dificuldade em desenvolver relacionamentos amorosos, isso não impede de viver bons relacionamentos. Diversos neuroatípicos relatam ter relacionamentos bons e duradouros, contudo é comum ter uma carga emotiva maior do que acaba tendo para alíستicos. Na pesquisa de Sedgewick, uma entrevistada relata que o parceiro dela acabou virando o “interesse especial”

dela. Os parceiros de pessoas TEA também acabam por ser facilitadores em adquirir novos amigos e participar de outros grupos sociais.

Como visto, pessoas autistas já apresentam maior dificuldade em formar relacionamentos, mas quando o sujeito autista também faz parte da sigla LGBTQIA+, acaba dificultando ainda mais a situação, pois o sujeito faz parte de dois grupos minoritários, assim não se sente parte de nenhum dos grupos, pois há preconceito em ambos. São relatadas diversas ocasiões em que pessoas da comunidade LGBTQIA+ acabam tendo visões estereotipadas de autistas, em que se tem um estranhamento quando você não representa a visão deles esperada do autismo, gerando um sentimento de exclusão ou toleramento ao invés de aceitação. Devido a isso, o autista sente a necessidade de mascarar o autismo e não se sentir ele mesmo perto dessas pessoas, sempre sendo obrigado a educar e sendo visto como “pornô inspiracional” (Hillier et al., 2019).

Essa múltipla identidade acaba dificultando para criar laços em ambas comunidades, pois não aparenta que o sujeito se encaixa em nenhuma delas, sendo relatado muito isolamento e necessidade mascarar uma ou ambas as identidades dependendo de onde você estiver, assim dificultando criar novas amizades. Apresenta, ainda, um sentimento de vergonha de precisar se comportar diferente para não sofrer violência mas, ao mesmo tempo, ainda querendo muito ter amigos e fazer parte de uma comunidade (Hillier et al., 2019).

A falta de entendimento geral sobre identidades de gênero, sexualidade e autismo acaba resultando no isolamento, tendo diversas identidades minoritárias acaba aumentando os desafios sociais e ainda mais isolamentos. Foi reportado rejeição tanto da comunidade lgbt quanto da

comunidade autista por participar da outra (Hillier et al., 2019). Apesar de difícil, é relatado alguns pontos positivos em participar de duas comunidades é que se identifica com mais de um grupo e assim pode participar de mais de uma comunidade e assim levando a pessoas com as quais você se identifica melhor (Hillier et al., 2019).

Pesquisas com foco em relacionamentos autistas em adultos já são poucas, muito mais fora do padrão heteronormativo monogâmico, é um contexto novo no meio acadêmico que deve ser desenvolvido por pessoas de dentro do espectro!

REFERÊNCIAS

ALAGHBAND-RAD, J.; HAJIKARIM-HAMEDANI, A.; MOTAMED, M. Camouflage and masking behavior in adult autism. *Frontiers in psychiatry*, 14, 1108110, 2023.

CONLEY, Terri D. et al. Investigation of consensually nonmonogamous relationships: Theories, methods, and new directions. *Perspectives on Psychological Science*, v. 12, n. 2, p. 205-232, 2017.

CROMPTON, C. J. et al. 'I never realised everybody felt as happy as I do when I am around autistic people': A thematic analysis of autistic adults' relationships with autistic and neurotypical friends and family. *Autism*, v. 24, n. 6, 1438–1448, 2020. DOI: 10.1177/1362361320908976

EDEY, R. et al. Interaction takes two: Typical adults exhibit mind-blindness towards those with autism spectrum disorder. *Journal of abnormal psychology*, v. 125, n. 7, p. 879, 2016.

HEASMAN, B.; GILLESPIE, A. Neurodivergent intersubjectivity: Distinctive features of how autistic people create shared understanding. *Autism*, v. 23, n. 4, p. 910-921, 2019. DOI: 10.1177/1362361318785172

HILLIER, A. et al. LGBTQ+ and autism spectrum disorder:

Experiences and challenges. *International journal of transgender health*, v. 21, n. 1, p. 98–110, 2019.

MAZUREK, M. O. Loneliness, friendship, and well-being in adults with autism spectrum disorders. *Autism*, v. 18, n. 3, p. 223-232, 2014.

MILTON, D. EM. On the ontological status of autism: The 'double empathy problem'. *Disability & society*, v. 27, n. 6, p. 883-887, 2012.

SALA, G.; HOOLEY, M.; STOKES, M. A. Romantic Intimacy in Autism: A Qualitative Analysis. *Journal of autism and developmental disorders*, v. 50, n. 11, p. 4133–4147, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-020-04377-8>

SEDGEWICK, F. et al. Friends and lovers: The relationships of autistic and neurotypical women. *Autism in Adulthood*, v. 1, n. 2, p. 112-123, 2019.

TRENTO, F. Neuroqueer intimacies in online dating apps. *Journal of Arts and Humanities*, v. 12, n. 4, p. 20-32, 2023.

YAKAS, L.; LOPEZ, N. A. Compulsory Monogamy Is Disabling: Connecting Disability Justice and Critical Non-Monogamy. In: *Exploring Sexuality and Disability*. Routledge, 2023. p. 335-350.

DESEJO AUTISTA

FERNANDO

QUEM ESCREVEU

Meu nome é Fernando, também conhecido como Nande. Sou uma pessoa transmasculina não binária, gênero fluido e queer. Fui diagnosticado com autismo aos 21 anos, depois de muita pesquisa, reflexão e análise. A suspeita surgiu após o diagnóstico de TDAH e o uso de medicações, que permitiram a percepção de sintomas antes mascarados.

Sou ator, professor de inglês, escritor e dramaturgo. Atualmente, com 23 anos, curso Licenciatura em Teatro pela Faculdade de Artes do Paraná (UNESPAR). Comecei a ler fanfics desde novo, algo que despertou em mim a vontade de escrever. Apesar disso, nunca realmente escrevi uma fanfic. A partir delas que desenvolvi muito do meu conhecimento da língua inglesa, mas, para além disso, foram o território no qual pude explorar, construir e espelhar meus desejos. Desejos de ser e fazer aquilo que, no mundo real, me eram impossíveis.

Hoje, abertamente autista e trans, me permito desejar. Realizo ou rejeito quaisquer fantasias, narrativas ou imaginários que queira. Por isso, escolhi dissertar sobre o papel das fanfictions nessa construção, creditando o seu potencial criativo e disruptor na formação de pessoas autistas de gêneros e sexualidades marginalizadas.

INTRODUÇÃO

Esse capítulo tem como objetivo explorar o desejo sexual de autistas queer através de narrativas ficcionais. Qual o papel da ficção, da representatividade e da criatividade na construção do desejo neuroqueer? Quais são as imagens e narrativas populares sobre a sexualidade do sujeito autista?

Como podemos criar narrativas paralelas, que representam as experiências reais e subjetivas de autistas em relacionamentos românticos e sexuais?

Através de um estudo inicial, investigaremos o papel das *fanworks* e *fanfictions* na reapropriação de narrativas que tentam ditar a subjetividade autista. Assim, podemos nos tornar os contadores de nossas próprias histórias. Falaremos sobre liberdade, tesão e identidade para além das amarras narrativas prescritas.

DESEJO AUTISTA

O desejo e o tesão autista tendem a ser tão divergentes quanto o resto de nossas vidas. Divergimos das normas sociais na rua e também das normas impostas na cama. Pode parecer surpreendente, mas, de acordo com Pliskin (2022) o número de autistas praticantes de BDSM¹ é relativamente alto. Nesse universo, criam-se cenários onde podemos ditar nossas próprias regras, baseadas em nossas vontades. Já outros estudos mostram que pessoas queer, de sexualidade ou gênero, têm maior probabilidade de serem autistas, e vice-versa (Dattaro, 2020, Rudolph et al., 2017). Tudo isso vai diretamente contra as narrativas predominantes sobre pessoas autistas: que somos “anjos azuis”, “eternas crianças” e possuímos uma inocência nata.

A sexualidade autista entra em um embate contra as expectativas sociais por sua própria existência. Isso pode tornar o nosso desejo um tanto *neuroqueer* (Walker, 2021), ou seja, um desejo de “queerizar” (subverter, desafiar, se libertar da) neuronormatividade e da heteronormatividade simultaneamente. Buscamos reinventar e brincar com as

¹ Bondage, Disciplina, Sadismo, Masoquismo

formas estabelecidas de gênero, sexualidade e poder.

É interessante falarmos sobre a construção desse desejo. O que acontece quando se vive em um mundo que se recusa a te enxergar? Quando representam o teu desejo como inexistente? Quando as expectativas sociais limitam a possibilidade de realizá-lo? Ora, buscamos outros lugares, pessoas e até outros mundos. A ficção tem um papel muito importante em nosso imaginário coletivo. Enquanto as narrativas dominantes reforçam os estereótipos irreais, existem outras narrativas que vêm sendo construídas. Falaremos aqui da ficção criada por e para fãs. Uma ficção em busca da auto-representatividade.

FANWORKS² E FANFICTIONS

As *fanfictions*, ou *fanfics*, são histórias escritas por fãs baseadas em uma obra existente. Essas histórias podem se utilizar, transformar ou rejeitar partes da obra original, criando novas narrativas. Ao nos aventurarmos na criação, a partir de algo que amamos – normalmente um de nossos interesses especiais – podemos explorar coisas que seriam consideradas inimagináveis na vida real. Para grupos marginalizados, principalmente para mulheres, pessoas cuir e neurodivergentes, esses espaços de liberdade podem se mostrar importantes na construção do desejo.

Fanfictions podem agir como uma ruptura, gerando uma desestabilização nas normas de sexualidade e gênero. Um bom exemplo é o *fandom*³ de Star Trek, um dos pioneiros da história moderna das *fanfics* (COPPA, 2006). Durante as décadas de 1960 e 1970, mulheres norte-americanas

² Trabalhos artísticos produzidos por fãs sobre uma obra já existente.

³ Comunidades construídas por fãs de uma mídia, como livros, filmes, séries, artistas, etc.

juntavam-se para escrever histórias sobre as possibilidades horrorrômanticas e homoeróticas entre o Capitão James T. Kirk e Spock. Suas histórias, artes e teorias eram distribuídas através de *fanzines*⁴ através dos correios ou em encontros presenciais. Interessante notar que isso ocorria simultaneamente ao movimento LGBTQIAPN+, que ganhava força nos Estados Unidos, culminando na revolta de Stonewall em 1969.

Atualmente, existem diversos gêneros de fanfic que expandem a nossa concepção de gênero e sexualidade através da ficção. Desde o próprio *slash* (romance entre dois homens) que coloca personagens homens cis-heterossexuais em relacionamentos e experiências queer, MPREG (*male pregnancy*: gravidez em homens cis), até outros mais complexos como o *Omegaverse*, em que as noções de gênero e sexualidade são completamente desconstruídas e refeitas. Nesse universo, existem outras designações de gênero que se aplicam a homens, mulheres e pessoas não-binárias. *Alphas* seriam agressivos e dominadores, capazes de engravidar os *Omegas*, considerados submissos e vulneráveis (Preslar, 2021). Aqui, mulheres podem ser *Alphas* e deter o poder; enquanto homens, muitas vezes, são *Omegas*, enfrentando situações e opressões equivalentes às vividas por mulheres. Essas novas dinâmicas espelham, distorcem e recriam as relações vividas no mundo real.

De acordo com Scott Folsom (2014), as *fanfics* que trazem *headcanons*⁵ autistas de personagens amados também desestabilizam convenções capacitistas. Quando imaginamos personagens tão incríveis, complexos e profundos

4 Revistas produzidas independentemente por fãs.

5 Interpretações pessoais sobre um personagem, sem a confirmação explícita do texto original.

como autistas, contradizemos a ideia do autismo como algo negativo, que deve ser curado ou extinguido. Podemos criar narrativas que se baseiam nas nossas experiências, não no que a sociedade afirma sobre o autismo. Folsom afirma: “Escrever fanfiction a partir de uma perspectiva informada pelo autismo, em um nível pessoal, cria uma arma que combate não o autismo, mas as ideologias perigosas e frequentemente letais que nos dizem para combater o autismo”.

Folsom usa como exemplo *fanfics* que exploram questões sensoriais do autismo, como temperaturas e texturas. Outras que exploram *stimming* (estereotípias), inseguranças, patologização e aceitação do autismo. Detalhes, cuidado e delicadeza, raros em narrativas populares, estão presentes em representações de autismo escritas por fãs. Encontramos aqui narrativas complexas e múltiplas, nas quais o sujeito não é consumido ou definido pelo seu autismo, mesmo que ainda o experiencie em todas as facetas da vida. Logo, proporciona uma contra-narrativa à mídia que, em geral, oferece migalhas ou narrativas insatisfatórias para pessoas queer. Ao mesmo tempo, patologiza a experiência autista, reduzindo-a a algo negativo e penoso em que à personagem autista é negada a complexidade e, até, a humanidade.

Quando o sujeito autista apropria-se das personagens e da narrativa, torna-se capaz de produzir uma realidade em que o desejo lhe é permitido. O toque, a sensação, o corpo, o beijo, o tesão são explorados, sem a vergonha e estranhamento pela sociedade. E não só isso: é capaz de encontrar pessoas que dividem os mesmos desejos, platonicamente ou não. Assim, os *fandoms* passam a funcionar como um espaço de comunidade, criando a sensação de pertencimento e empoderamento, abraçando pessoas autistas – não apesar do seu autismo, mas por conta dele (Le Vinne Miller, 2024).

A personagem (e o sujeito) autista, tão frequentemente desprovida de sexualidade, é liberta das amarras da inocência e lhe é oferecida a possibilidade de exploração. A representatividade, produzida por e para aqueles que desejam ser representados, acorda o sujeito para o seu próprio livre-arbítrio e direito à identidade. Muitas pessoas, autistas ou não, relatam ter descoberto a si mesmas através das fanfics. Seja uma atração (ou falta dela), a identidade de gênero ou até um fetiche, a apropriação e “queerização” de narrativas dominantes torna-se crucial para uma construção autônoma de identidade para pessoas autistas queer.

REFERÊNCIAS

PLISKIN, A. E. Autism, Sexuality, and BDSM. Ought: The Journal of Autistic Culture, v. 4, n. 1, Article 9. DOI: 10.9707/2833-1508.1107

DATTARO, L. Largest study to date confirms overlap between autism and gender diversity. The Transmitter, 14 set. 2020. DOI: 10.53053/WNHC6713. Disponível em: <https://www.thetransmitter.org/spectrum/largest-study-to-date-confirms-overlap-between-autism-and-gender-diversity/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

WALKER, N. Neuroqueer Heresies: Notes on the Neurodiversity Paradigm, Autistic Empowerment, and Postnormal Possibilities. Fort Worth, Tx: Autonomous Press, 2021.

RUDOLPH, C. E. S. et al. Brief Report: Sexual Orientation in Individuals with Autistic Traits: Population Based Study of 47,000 Adults in Stockholm County. Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 48, n. 2, p. 619-624, 30 out. 2017.

COPPA, Francesca. A Brief History of Media Fandom. In: HELLEKSON, K.; BUSSE, K. (EDS.). Fan Fiction and Fan Communities in the Age of the Internet: New Essays. Jefferson: Mcfarland & Co., Cop, 2006. p. 41-60.

PRESLAR, S. Fanfiction: A Look into the Disruptions of Gender Identity through Tropes. Electronic Theses and Dissertations, Paper 3885. Disponível em: <https://dc.etsu.edu/cgi/viewcontent>.

cgi?article=5401&context=etd. Acesso em: 25 mar. 2026.

FOLSOM, S. Sherlock, Autism, and the Cultural Politics of Representation. *The Artifice*, 12 nov. 2014. Disponível em: <https://the-artifice.com/sherlock-holmes-autism-representation/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LE VINE-MILLER, L. Autism on the net: an autoethnographic appraisal of literature on Autism on the net: an autoethnographic appraisal of literature on online socialization, empowerment, and kinship of autistic people online socialization, empowerment, and kinship of autistic people in digital spaces in digital spaces. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://scholar.utc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1490&context=honors-theses>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ERÓTICO- SENSORIAL

sexualidade como
autorregulação

ÍCARO FERRAZ

QUEM ESCREVEU

Me chamo Ícaro Ferraz, tenho 27 anos no momento em que escrevo este texto, sou uma pessoa não-binária *genderqueer* e me identifico como pessoa pansexual. Desde a infância demonstro interesse em compreender os seres humanos, afinal de contas há muitas pessoas no mundo e uma infinidade de características que tornam cada pessoa única em *sui generis*, algo que me é fascinante até hoje. Acredito que esse fascínio contribuiu positivamente para que me tornasse quem sou. Hoje em dia sou psicólogo, gestalt-terapeuta, também tenho especialização em Sexualidade Humana e na clínica trabalho majoritariamente com pessoas neurodivergentes. Durante meu primeiro ano de atuação profissional descobri mais uma neurodivergência — tinha apenas AH/SD diagnosticado — tendo agora recebido o diagnóstico de autismo há quase quatro anos.

INTRODUÇÃO

O ano é 2026 e ainda enfrentamos pudor acerca de atitudes que são normais. Quando se fala de sexualidade, ainda existe um certo espanto social, mesmo que hoje em dia a possibilidade de tratar sobre o tema seja muito mais ampla do que há alguns anos. Hoje, optei por discorrer aqui um pouco a respeito da sexualidade em indivíduos autistas no quesito erótico-sensorial. Trarei no texto abaixo um pouco do que tenho observado nesse público, não só pelas observações clínicas, mas também de auto-observação e convivência com pessoas dos meus vínculos pessoais.

Primeiramente é importante enfatizar que, quando falamos de sexualidade, estamos abordando um amplo espectro de vivências. Existem tanto pessoas que possuem desinteresse ou aversão por coisas sexuais, quanto pessoas

que apresentam uma hipersexualidade. Além daqueles indivíduos que irão transitar dentro desse espectro, tendo momentos de maior e menor interesse por tal. Quando falamos de pessoas autistas, algo que se destaca são as necessidades sensoriais que possuímos — coloco na terceira pessoa do singular, pois estou incluso dentro disso. E, novamente, assim como a sexualidade, as questões sensoriais também fazem parte de um grande espectro, que pode ser mutável a depender do momento e da pessoa, variando, entre hipossensibilidade, hipersensibilidade e busca sensorial (MacLennan *et al.*, 2022).

A autorregulação orgânica é algo essencial para a existência. O tempo todo nosso corpo, como um todo, está em busca da homeostase, ou seja, de um equilíbrio entre os aspectos fisiológicos e psicológicos. E, para isso, nem sempre os processos que ocorrem são conscientes, há muitas coisas que acontecem sem nos darmos conta. Pode-se comparar alguns processos que possuímos com o de um computador. Por exemplo, se o computador está executando muitas tarefas por muito tempo, isso irá aumentar o calor do *hardware* e tudo ficará mais lento. Quando fazemos muitas tarefas por muito tempo, ficamos sobrecarregados e tudo parece mais pesado. Essa questão de fazer as coisas de forma mais lenta por sobrecarga é uma forma de o organismo tentar dar conta de tudo. Aí, no meio disso, podem vir desejos de distração, que cairão muito bem para que se possa ter um certo “respiro”.

Na Gestalt-terapia, atos diversos - como de comprar um saco de pipoca no caminho para casa quando se sente que a fome é tanta que não seria razoável esperar chegar lá para fazer uma refeição adequada, um telefonema dado a um amigo no meio da tarde só para dizer que sente saudades ou quando a pessoa se sente sozinha e

busca modos de reaproximar dos outros - são igualmente pensados como atos autorregulativos que visam resgatar um estado harmônico do organismo (Lima, 2014. p. 96).

Tendo em vista os aspectos supracitados, vamos falar um pouco a respeito da sexualidade como forma de autorregulação. Desde a infância exploramos nossos corpos e o mundo que nos cerca. A busca por aquilo que dá prazer é algo que todos fazem e, aqui, não falo somente de prazer considerado erótico-sexual-genital, mas de outras formas também, como sentir um perfume que gostamos, mexer nos cabelos porque a textura é agradável, comer um docinho após o almoço, e por aí vai. Dentro de uma sexualidade cisheteronormativa e moralmente bem vista, práticas sexuais genitais são geralmente as consideradas como válidas. No entanto, não é por isso que práticas outras deixam de existir e têm sua relevância.

Lembro-me de ouvir de alguém, há uns anos, que a sexualidade é a brincadeira do adulto, mas adiciono aqui que é apenas uma das várias brincadeiras dos adultos, até porque há muita gente que pratica esportes e joga videogame, por exemplo. Dentro do BDSM (Bondage, Dominação, Sadismo, Masoquismo), que engloba uma série de práticas e não somente aquilo que é estereotipado, como chicotadas e apenas práticas de dor, existem diversas outras que podem ser exploradas, como a brincadeira sensorial, desde que obedeçam a consensualidade e que os riscos envolvidos sejam entendidos e aceitos. Fala-se de riscos não só físicos, mas também de possíveis crises que podem ocorrer caso a mente acabe indo para “lugares ruins” com a prática que está acontecendo. Lembrando que, dentro de qualquer interação com uma outra pessoa, em especial as interações de ordem sexual, o consentimento pode ser dado ou retirado

a qualquer momento. Ainda, dentro do BDSM, tem-se regras bem delimitadas do que pode ou não acontecer, tudo é combinado antes, algo que pode ser bastante organizador para pessoas autistas, além de ser uma grande forma de exploração sensorial. Para uma pessoa que só considera o sexual enquanto práticas envolvendo genitalidade, uma sessão de cócegas pode ser vista como uma brincadeira boba e sem sentido, enquanto para alguém que tem grande prazer nisso, possa ser uma ótima forma de vivenciar prazer sensorial e sexual (Pearson; Hodgetts, 2024).

Além disso, dentro de práticas como essas, desmascarar o autismo pode ser uma possibilidade, tendo em vista que, com a previsibilidade e os combinados realizados antes da prática, a pessoa pode se soltar mais e ficar despreocupada a respeito de como ela age e existe no mundo. Mascarar sintomas autistas é algo que é praticamente automático para muitas pessoas, mas nem por isso deixa de ser algo que exige muita energia e que pode corroborar com *shutdowns* e *meltdowns*, as famosas crises autistas. Vale lembrar que nós aprendemos muito através de experiências de prazer. Claro que experiências de desprazer também nos ensinam coisas, no entanto viram memórias que não são agradáveis de relembrar, sendo assim, é muito mais aprazível buscar na memória aquilo que nos fora significado de forma positiva.

Assim como a exploração da sexualidade pode ser parte do processo de autorregulação, ela também pode gerar um efeito contrário em dados momentos, seja por questão de uma auto-exigência, pela reação emocional ser diferente do esperado ou até pelos estímulos gerarem uma sobrecarga sensorial. Pensando nisso e em como muitas pessoas dentro do espectro autista tem dificuldade com interocepção, ou seja, a dificuldade de perceber sinais internos do corpo e mente, práticas sexuais que exploram o sensorial e que

possuem tanto combinados prévios quanto uma conversa posterior sobre como foi a experiência dos indivíduos envolvidos, pode ser muito valiosa nesse sentido, pois, aos poucos, vai sendo melhor compreendido onde deu errado e como isso pode ser evitado nas próximas vezes.

Pessoas autistas crescem, viram adultas e desenvolvem sua sexualidade, ao contrário do que muitas pessoas possam pensar, os sintomas autistas não vão embora. É comum que sejamos infantilizados e que nossa sexualidade seja negada, sendo essa uma das formas em que o capacitismo se apresenta. O ser humano é tão vasto em sua existência para que lhe seja reduzido a uma pequena parcela, o sexual faz parte de nós e todos temos direito ao prazer. E por que não utilizar do prazer de uma forma mais ampla também?

REFERÊNCIAS

LIMA, P. V. A. Autorregulação orgânica e homeostase. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K.O. (orgs.). Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 88-103.

MACLENNAN, K., et al. In Our Own Words: The Complex Sensory Experiences of Autistic Adults. *J Autism Dev Disord*, v. 52, p. 3061-3075, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-021-05186-3>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PEARSON, A.; HODGETTS, S. "Comforting, Reassuring, and...Hot": A Qualitative Exploration of Engaging in Bondage, Discipline, Domination, Submission, Sadism and (Sado)masochism and Kink from the Perspective of Autistic Adults. *Autism Adulthood*, v. 6, n. 1, p. 25-35, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38435321/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IDENTIDADES DE GÊNERO NÃO-BINÁRIAS E A LIBERDADE EXISTENCIAL SOB UMA PERSPECTIVA DO ESPECTRO AUTISTA

IGOR FERNANDES EMILIANO DE SOUZA

Me chamo Igor, tenho 19 anos no momento presente. Sou uma pessoa não-binária queer, apesar de preferir pela ausência de rótulos para designar sexualidade e gênero. Natural de Ponta Grossa (PR), tive a mudança como sinônimo de estabilidade, tendo vivido em 7 cidades diferentes, e creio que essa pluralidade de vivências contribuiu para a formação de meus ideais de busca por liberdade de existência, o ato de ser como sou independente das circunstâncias externas. Minha perspectiva de vida foi atravessada pelo diagnóstico de autismo apenas recentemente, no ano de 2024, mas isso me possibilitou um entendimento mais amplo de uma gama de questões que ora pareciam indecifráveis.

O recorte temático é oriundo de uma necessidade pessoal por reconhecer os benefícios de se permitir ser. Retomando o exemplo supracitado, mudar de cidade me fez querer mudar minha forma de ser, sendo por uma troca de sotaque, uma troca na maneira como me relacionava com os outros ou até mesmo como me entendia. Todavia, atualmente compreendo que a atitude mais bonita a se ter é acolher sua identidade, entender-se como pessoa e parar de se “recortar” para caber em papéis socialmente delimitados.

Apesar de bonita, a posição de acolhimento do eu é difícil, obstaculizada por uma responsabilidade por sua existência que vem a um preço caro. Há momentos em que eu me defronto com um medo de ser quem sou, e busco escrever um pouco sobre esse receio: os momentos quando eu o enfrento e quando deixo de o enfrentar. Em minha história, me percebi como um “camaleão social”, fui um bebê paranaense, uma criança paulista, um pré-adolescente

paraibano, um adolescente sul-mato-grossense e agora, jovem adulto, retorno à posição de paranense. É como se eu estivesse num constante “entre” culturas e identidades.

Por muito tempo me senti inadequado por não encaixar num padrão sólido, o camaleão muda de cores defronte de seu ambiente. Nos tempos contemporâneos, ainda sinto incômodo em estar “fora do lugar”, mas desbravar as possibilidades de como posso existir para mim e para o outro é gratificante. Concomitantemente, saber onde e com quem posso viver essa trajetória é de suma importância. Infelizmente, não é em todo lugar e com todos que se é possível.

Sou eternamente grato às amizades que cultivei ao longo da vida e mantenho até hoje, cada um desses amigos que habitou meus arredores me mostrou um pouco de si; e com isso descobri muito de mim. Conhecer alguém que é habitado de segurança possibilita um caminhar juntos diante da insegurança de onde pisar com os próprios pés. Aos encontros transformadores que tive com essas pessoas, agradeço por me permitirem ser um camaleão colorido no meio de uma paisagem cinza.

INTRODUÇÃO

O fito desse capítulo é, a partir da teoria fenomenológica, explorar as identidades de gênero para além da binariedade cis-normativa, tida por Butler (2004) como regulatória da atividade social. Dessa maneira, pode-se identificar, *a priori*, como as identidades de gênero e suas relações com a sexualidade são experienciadas e, *a posteriori*, compreender essa experiência de ser-no-mundo a partir da neurodiversidade fundamentada por Singer (2017) — com enfoque especial à subjetividade autista. A

construção textual a ser apresentada parte de um pressuposto crítico, com revisita e indagação referente a termos cristalizados pela prática psicológica e psiquiátrica massificante do contexto hodierno.

Além de questionar os porquês de termos engessados, ressalto que um dos motivos para esse texto é justamente a proposição de uma nova perspectiva existencial para indivíduos no espectro, com enfoque para o nível de suporte 1. Minha proposição não é alterar a forma de diagnóstico ou propor alternativas metodológicas à construção teórica do que é autismo, mas busco, a partir da reflexão, propor uma nova ótica sobre o contato das pessoas no espectro para consigo mesmas. A sensação de desajuste social e as tentativas de adequação ao comportamento normatizado são imbuídas de um gasto enérgico e podem promover sensações negativas de insuficiência (Singer 2017). Em contrapartida, conforme Sartre (1970, p. 14):

Quando declaro que a liberdade, através de cada circunstância concreta, não pode ter outro objetivo senão o de querer-se a si própria, quero dizer que, se alguma vez o homem reconhecer que está estabelecendo valores, em seu desamparo, ele não poderá mais desejar outra coisa a não ser a liberdade como fundamento de todos os valores.

Ou seja, há um paradigma, ora se busca a própria liberdade, ora se cede parte desta em prol da harmonia social. Mas, e quando é esperada a cessão de uma liberdade que não compromete a do outro? Quantas vezes algo sobre nosso próprio comportamento é menosprezado pelo outro a ponto de nos incomodarmos apenas por sermos diferentes? O preconceito com sotaque é figura dessa exemplificação, uma forma de falar não viola a segurança do outro, mas

pode ser motivo o suficiente para o outro violar a segurança do eu.

Logo, proponho que revisitar a liberdade existencial possibilita uma mudança nessa relação de perdas individuais motivadas pela regulação social. Existem alguns sacrifícios a serem feitos para a convivência plena em sociedade, mas outras formas de ser deveriam ser vistas com parcimônia. O estranhamento ao incomum é uma característica naturalmente humana, mas acolhê-lo ao invés de rechaçá-lo é uma escolha que amplia os horizontes existenciais. Doravante, as referências familiares, em uma primeira instância, poderiam deixar de engendrar normas e papéis sociais redutivos que, consequentemente, também deixariam de ser internalizados pela pessoa posteriormente, instrumentalizando-a ao desconhecido.

PENSAR O GÊNERO É PENSAR O EU

Ao apresentar as identidades de gênero não conformistas ao conceito típico binário, destaco a ótica de reconhecimento das particularidades individuais do ser e a possibilidade de que, ao renunciar a uma categoria qualitativa externa a si, seja livre para viver seu corpo e sua sexualidade. Conforme apresentado por Adichie (2013) “O problema com a questão de gênero é que ela dita como nós devíamos ser, ao invés de reconhecer como nós somos”. Assim sendo, fica evidente como, ao fazer o movimento contrário à ação regulatória aos padrões de gênero, o indivíduo autista pode, concomitantemente, se distanciar de comportamentos para “mascarar seu autismo” e entender sua individualidade de forma mais vasta.

Meu objetivo não é afirmar que o autismo é antônimo à cisgeneridade, pois essa é uma atitude errônea que invisibiliza as vivências de muitos no espectro. No entanto,

salientar as vivências trans-binárias é algo essencial a se fazer no combate político ao cissexismo institucionalizado, o qual deslegitima identidades de gênero trans, com um falho entendimento de que elas são um subproduto indesejado e dependente da norma cishétero (Kelly, 2024). Esse recorte temático é, por conseguinte, um pontapé para a garantia do direito à integridade de pessoas autistas, opondo-se a modelos que reforçam o enquadramento e o “adestramento”.

Diante da concepção de gênero não binário, é importante primeiro compreender a lógica binária institucionalizada no ocidente. Trzan-Ávila (2024) aponta que a compreensão de gênero e sexo, apesar de muitas vezes sustentada por uma lógica biologizante, é atravessada por relações de poder que privilegiam o masculino em detrimento do feminino, tido como “o outro”. A binariedade é, por conseguinte, também responsável por sustentar a primazia da heteronormatividade, pois a supremacia do homem é codependente da submissão da mulher. Assim sendo, a sexualidade queer é desmoralizada, pois possibilita a existência de uma relação de igualdade entre pares, de expansão para além da dicotomia masculino-feminino e de liberdade em relação à agência opressora da masculinidade (Trzan-Ávila, 2024).

Para mais, torna-se evidente que corpos divergentes à regência cissexista são intrinsecamente políticos. Dessa forma, ressalto como a conquista por direitos de identidade de gênero e sexualidade LGBT são modos de se reescrever a história, rompendo com modelos sociais anteriores. Foucault (1988) apresenta como a sexualidade é também uma relação de domínio. A obra foucaultiana salienta a maneira como a heterossexualidade fora utilizada não apenas como garantia da reprodução biológica da espécie humana, mas também como reprodução de hierarquias econômicas,

como modo de subjugar a mulher e manter a desigualdade de saber e poder. A política eurocêntrica colonialista depende — e sempre dependeu — da subjugação de um outro para salientar sua supremacia; seja com o darwinismo social (teoria que elencava a superioridade de raças); seja com a misoginia; seja com as guerras santas e a catequização de povos de outras religiões. A história do ocidente é, então, escrita entre linhas hétero e cisnormativas, e o imagético cultural popular é consequentemente imbuído de homofobia e transfobia.

A desorientação surge, então, como um sintoma da reação ao rompimento com essas normas binárias que ditaram o fazer da humanidade. Ahmed (2006, p. 160) apresenta o modo como:

Disorientation can be a bodily feeling of losing one's place, and an effect of the loss of a place: it can be a violent feeling, and a feeling that is affected by violence, or shaped by violence directed toward the body. Disorientation involves failed orientations: bodies inhabit spaces that do not extend their shape, or use objects that do not extend their reach.¹

Consequentemente, enfatizo que os corpos não-binários, ao divergir com o domínio instituído pela heteronormatividade, permeiam um ambiente de violências, sejam elas simbólicas, psicológicas ou físicas. Em busca de um bem-estar,

1 Em tradução direta fica 'A desorientação pode ser uma sensação corporal de perda de lugar e um efeito da perda de um lugar: pode ser uma sensação violenta e uma sensação afetada pela violência ou moldada pela violência, direcionada ao corpo. A desorientação envolve orientações falhadas: corpos habitam espaços que não estendem sua forma ou usam objetos que não estendem seu alcance'.

peessoas trans se sentem compelidas a frequentar um número reduzido de lugares e, ademais, utilizam-se de artifícios como a passabilidade para encobrir sua identidade de gênero diante da hostilidade de um ambiente (Kelly 2024).

Portanto, me debruço sobre a proposição inicial dessa seção de que “pensar o gênero é pensar o eu”. Trzan-Ávila (2024), ao discorrer sobre a existência do ser como histórico-cultural-temporal-existencial, reafirma a concepção de movimento da realidade e dos fenômenos, pensando o momento presente como um gerúndio, algo em constante acontecimento. Nesse sentido, o autor destaca uma concepção de performance de gênero atrelada ao fazer existencial momentâneo, ressaltando que a própria performance de sexo heteronormativa possui sua materialização em uma configuração de modo instável, destarte:

Pensar o homem para além das identidades é sustentar um olhar sobre o fenômeno humano que não o aprisione em definições e conceptualizações, pois só dessa forma poderemos ver o fenômeno como este se apresenta, e então seremos capazes de compreendê-lo em sua performance existencial (Trzan-Ávila, 2024, p. 199).

Isso posto, as práticas performáticas de gênero são reconhecidas na forma como o ser experiencia o mundo, e não em um determinismo, seja ele biológico ou social. Butler (2004) irá apresentar indagações críticas essenciais para o ato de se repensar as conceituações cristalizadas que deturpam a liberdade existencial de performance de gênero:

When one performance of gender is considered real and another false, or when one presentation of gender is considered authentic, and another fake, then we can conclude that a certain ontology of gender is conditioning these judgments, an ontology (an account of what gender

is) that is also put into crisis by the performance of gender in such a way that these judgments are undermined or become impossible to make (p. 214).²

Logo, o aparato societário, ao deslegitimar identidades de gênero deslegitima também vivências em sua integridade. Por conseguinte, ao olhar para o gênero em um ângulo diferente daquele determinismo político analisado por Foucault (1988) questiona-se toda uma lógica cristalizada socialmente. A partir disso, então, há a proposição para o leitor de repensar se aquilo que assume a posição de figura na sua identidade de gênero não seria um pequeno fragmento de sua existência. O método de pensamento dialético nos orienta a entender que a soma das partes sozinhas não compõe o todo, então, o fenômeno gênero está para o sujeito como algo muito maior que sua idealização engessada aprendida socialmente. Cabe ao sujeito questionar de onde vêm em si a validação e a censura para as múltiplas identidades de gênero e sexualidade.

O CORPO AUTISTA E SEU LUGAR NO PARADIGMA SOCIAL

Ao dialogar sobre os mecanismos sociais de regulação da conduta e da performance existencial, retomo os corpos autistas não-binários como atravessados por esse processo de violência que desorienta e invalida. Nesse quesito,

2 Em tradução direta: Quando uma performance de gênero é considerada real e outra falsa, ou quando uma apresentação de gênero é considerada autêntica e outra falsa, então podemos concluir que uma certa ontologia de gênero está condicionando esses julgamentos, uma ontologia (uma explicação do que é gênero) que também é posta em crise pela performance de gênero de tal forma que esses julgamentos são prejudicados ou se tornam impossíveis de serem feitos.

é indubitável realizar uma análise crítica da epistemologia dos critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Singer (2017) nota em suas pesquisas uma diferença significativa entre os critérios diagnósticos presentes no DSM-IV e a realidade vivida por pessoas no espectro. A autora menciona “these definitions puts the cart before the horse. They look superficially at autistic deficits, while ignoring their underlying causes”³ (Singer, 2017, p. 34). Por conseguinte, há de se considerar que, nesse tato com objetos concretos do mundo, há diferentes perspectivas, sejam elas neurodivergentes ou neurotípicas.

Somos frutos da nossa historicidade, isso é uma via de mão dupla no que tange o tema desta seção textual. Ao passo que aquilo que fundamenta um psicodiagnóstico é uma construção de conhecimentos sócio-históricos, a própria proposição de que aquele fenômeno há de ser diagnosticado é igualmente sócio-histórica. A existência de uma dicotomia é fruto da historicidade. Isso, pois diferentemente de uma virose ou bacteriose, a psicopatologia tem característica intersubjetiva, é a definição de um observador sobre aquilo que observa ou lhe é relatado (Foucault, 1975). Assim sendo, para compreender a corporeidade autista sem violências identitárias, é necessário partir-se de um pressuposto não neurotípico, como afirma Temple Grandin: “nada sobre nós sem nós”.

Paralelamente, como é destacado por Ortega (2008), o pressuposto que coloca a neurodivergência em posição de inferioridade é o mesmo que privilegia a neurotipicidade. Ao

3 Em tradução direta: Essas definições colocam a carroça na frente dos bois. Elas olham superficialmente para os déficits autistas, ignorando suas causas subjacentes.

analisar as relações de poder que regem a realidade social, posso então hipotetizar que, caso o poder estivesse nas mãos da população tida atualmente como neurodivergente, a patologização seria relativa ao neurotípico: suas características comportamentais e a sua personalidade seriam critérios diagnósticos.

A reprodução sexual a partir de relações heteronormativas, o matrimônio e a família nuclear, como tidas por Foucault (1988), visam também a manutenção de uma forma neurológica. A neurodiversidade, tal como a performance de gênero, é desencorajada pois ameaça essa superestrutura socioeconômica. Essa eugenia é exposta como algo além da simples “sobrevivência do mais forte”.

Ao se discutir o que é o autismo tematizado, Lombardo e Mandelli (2022) postulam eficientemente que a concepção sobre o TEA é alterada conforme a progressão histórica, o entendimento dessa condição é atualizado conforme uma série de estudos e, em síntese, não é possível declarar com exatidão o que é o autismo. Os estudos psicométricos realizados objetivam algo, mas esse algo que objetivam é atravessado por uma subjetividade de quem faz a ciência. É válido, então, retomar o questionamento sobre quem é que produz essa psicomетria (Rogers, 1994). Dessa forma, o pensamento crítico sobre o autismo e sua etapa diagnóstica é de suma importância por possibilitar um entendimento mais amplo da esfera existencial da pessoa, movimento contrário ao ato de se reduzir o ser em um critério diagnóstico único e limitado (Lombardo; Mandelli, 2022). Thomas e Boellstorff (2017) acrescentam que:

Psychiatric models are shaped by cultural logics regarding what kinds of lives qualify as “functional.” Mainstream conceptualizations of value, difference, and power

can become framed in terms of perceived oppositional positions, between psychiatrist and patient, expert and non-expert, neurotypical and neurodivergent, “high functioning” and “low functioning.” In turn, the highly medicalized language of the linear spectrum — with its implied hierarchy of social value based on normative assumptions of function — can be reproduced in everyday social exchanges beyond medical texts and clinical encounters. (Conclusions, parágrafo 5)⁴

Diante dessa multiplicidade categorial, ressalto que tanto a busca pelo diagnóstico quanto o diagnóstico em si devem ser realizados em uma ação centrada em entender a pessoa. Diagnosticar com a patologia e medicalização em frente a uma condição existencial é uma atitude redutiva e errônea. À vista disso, friso que a vivência de ser-no-mundo autista é atravessada pela violência da “hegemonia da normalidade” (Singer, 2017). Os ideais politicamente dominantes podem direcionar o indivíduo autista a uma performance social distanciada de si, e isso traz prejuízos latentes na esfera psicológica individual. É válido ressaltar que:

Se considerarmos que o ser-aí já sempre existe conforme a diversidade das estruturas existenciais sempre em jogo em maior ou menor grau; que as estruturas fundamentais do ser-aí se mantêm enquanto houver ser-aí, a decadência

4 Os modelos psiquiátricos são moldados por lógicas culturais sobre quais tipos de vida se qualificam como “funcionais”. As conceituações tradicionais de valor, diferença e poder podem ser estruturadas em termos de posições oposicionais percebidas, entre psiquiatra e paciente, especialista e não especialista, neurotípico e neurodivergente, “alto funcionamento” e “baixo funcionamento”. Por sua vez, a linguagem altamente medicalizada do espectro linear — com sua hierarquia implícita de valor social baseada em pressupostos normativos de função — pode ser reproduzida em trocas sociais cotidianas para além de textos médicos e encontros clínicos.

é fuga de si-mesmo (absorção no “mundo”), podemos dizer que o problema de tal fuga é que, sempre ao fugir de algo, permanecemos presos a esse algo, ou seja, aquilo do que fugimos nos persegue. (Trzan-Ávila, 2024, p. 200)

Em suma, o enfrentamento biomédico do autismo, com um enfoque de remodelação do neurodivergente tendo o neurotípico como referencial, acaba por reforçar pejorativamente as propriedades únicas que tornam a existência de um indivíduo sua. Assim, ao tentar “repintar as cores do camaleão”, a reprodução da coerção social torna caro o custo pela liberdade existencial e, dessa maneira, o desconforto causado pela inadequação persegue o indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, a partir do exposto, como a binariedade cis-normativa regula não apenas a conduta sexual, mas também promove uma cisão entre o neurotípico e o neurodivergente (Butler, 2004; Thomas; Boellstorff, 2017). Em vista disso, saliento a violência como resposta de um sistema hierárquico e econômico que é ameaçado pela diversidade neurológica e de gênero. Ao passo que alguém autista e não-binário se direciona para a busca por sua liberdade existencial, permitindo-se romper com a tradição que dita como os corpos devem se portar, existem aqueles que menosprezam a diversidade e preconizam por valores fundamentalistas, aos quais Sartre (1970) irá dizer que: “Aqueles que dissimulem perante si mesmos a sua total liberdade, com exigências da seriedade ou com desculpas deterministas, eu os chamarei de covardes”. Então, conforme a tese sartreana, covardes são aqueles que defendem a ideologia dominante e, nessa defesa, se reclusam à realidade estática, inerte, cristalizada, e impedem os outros de desfrutar da vida em movimento.

Além do mais, repensar o gênero e a neurodiversidade — e suas relações concomitantes — é um primeiro passo em direção a um horizonte no qual os sujeitos não precisam se “alinhar” ao normativo, sem precisar fazer não só a escolha por uma realidade material, mas como também a recusa por outra (Ahmed, 2006). A luta pelos direitos queer e autistas parte de uma necessidade por reconhecimento de integralidade nessa forma disruptiva de ser, mas, para além, busca conquistar igualdade na promoção de saúde, busca poder permear ambientes de maneira segura, sem a presença de um segregacionismo (Kelly, 2024). Citando Adichie (2013):

A maneira como os gêneros funcionam hoje é uma grande injustiça. Todos nós deveríamos estar furiosos. A raiva tem uma longa história de trazer mudanças positivas, mas, além de estar furiosa, eu também me sinto esperançosa. Pois acredito profundamente na capacidade dos seres humanos de fazer e refazer a si mesmos para melhor. (Minuto 10)

Enfim, a luta e a esperança por mudança são ambas necessárias, pois é a partir delas que se conquista um mundo mais libertador e menos reprodutor de invisibilidades e reducionismos.

EPÍLOGO

Dedico essa porção do capítulo para retornar da discussão teórica à realidade prática. Com isso, escrevo com o fito de relatar minha experiência de vida na possibilidade de que ela reflita algo sobre quem esse texto lê.

Eu soube de minha divergência de gênero muito antes de saber de minha neurodivergência, no entanto, prefiro deixar ambas como pano de fundo no meu dia a dia. Há uma

justificativa para isso: o medo do preconceito. Com muitas pessoas e em muitos ambientes sinto que apresentar-me simplesmente como homem e não dizer abertamente sobre ser autista são variáveis que tornam a convivência mais fluida. Assumir a responsabilidade sobre essas importantes partes de quem sou é, em alguns contextos, o suficiente para que eu esteja diante de hostilidades e ameaças. Sair de casa usando maquiagem, ou alguma roupa que se diferencia do padrão masculino pode significar ter que aguentar olhares que queimam a pele e ouvir comentários preconceituosos.

Sendo sincero, parte de mim é favorável a se distanciar do desagradável. Ainda me sinto sem um arsenal de alternativas para me defender diretamente diante do outro que viola minha identidade. Nesse sentido, priorizo o uso do pronome masculino se comparado com o uso do neutro — o que se reflete na escolha pronominal que protagoniza esse capítulo — além de ter relatado sobre meu diagnóstico de TEA para uma porção muito pequena de meus conhecidos. Como havia mencionado anteriormente, diante da necessidade pelo socialmente aceitável deixo de assumir responsabilidade por minha existência em muitos contextos. É uma escolha feita, mas não é autêntica a quem sou. Em outras palavras, estou constantemente pesando minhas decisões, “o que farei irá pesar mais para mim ou para o outro?”. Viver assim não é fácil.

Escrevo esse texto na expectativa de que minhas palavras possam ser de alguma utilidade, mas sinto que concomitantemente escrever me possibilita entrar em contato com a responsabilização por minha própria liberdade. Não ocupo alguns espaços que deveria ocupar pois não sou bem resolvido com meu diagnóstico, eu ora sou grato a ele e ora o questiono; muitas vezes penso que viver como

um homem cis seria viver no “modo fácil”, e me percebo optando por essa via em momentos nos quais o que eu preciso é da facilidade. Infelizmente ser uma pessoa *queer* e neurodivergente exige que eu lute algumas batalhas a mais, mas nem sempre tenho energia para isso, é como se minha configuração existencial fosse constantemente “na contramão”.

Essas reflexões abrem a proposição de muito mais pesquisa acerca do tema, afinal, reconheço minhas limitações teóricas e metodológicas como um, até então, estudante de psicologia. Acreditar na potência das comunidades das quais faço parte torna o existir em completude algo menos cansativo, principalmente em meio à ascensão do conservadorismo no panorama político global. Ao dissertar que assumir a liberdade sobre sua condição existencial é um árduo trabalho que exige escolhas autênticas, busco levantar pautas que permitam a exploração de outros pesquisadores acerca dos porquês que mantêm as escolhas não autênticas e os corpos adestrados. Como será o perfil dos trabalhadores bem remunerados? Como será o perfil das pessoas que circulam as ruas sem medo da violência? Quem não tem medo de ser si mesmo? Eu tenho minhas hipóteses, mas a(s) resposta(s) exigem pesquisas que não cabem nesse pequeno recorte temático textual, como mencionei no começo do capítulo, meu intuito é trazer mais perguntas, não apresentar respostas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. We should all be feminists | Chimamanda Ngozi Adichie | TEDxEuston [Vídeo]. YouTube. 12 abr. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc. Acesso em: 9 abr. 2026

AHMED, S. Queer phenomenology: Orientations, objects, others.

- Durham: Duke University Press, 2006.
- BUTLER, J. Undoing gender. Boston: Routledge, 2004.
- FOUCAULT, M. Doença Mental e Psicologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- FOUCAULT, M. A história da sexualidade: A vontade de saber. Edições Graal, 1988.
- KELLY, B. R. Concealing Gender Non-Conformity: A Trans Phenomenology of Disability. *The Journal of Philosophy of Disability*, 2024.
- LOMBARDO, M. V.; MANDELLI, V. Rethinking our concepts and assumptions about autism. *Frontiers in Psychiatry*, 13, 903489, 2022.
- ORTEGA, F. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, 14, 477-509, 2008.
- ROGERS, C.R. Pessoa ou Ciência? Uma questão filosófica. In: John K. Wood (Org.), *Abordagem Centrada na Pessoa* (pp.123-154)1994.
- SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. (Guedes, R. C., Trad.), 1970. Acessado em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/existencialismo.pdf.
- SINGER, J. *NeuroDiversity: The birth of an idea*. Judy Singer, 2017.
- THOMAS, H.; BOELLSTORFF, T. Beyond the spectrum: Rethinking autism. *Disability Studies Quarterly*, v. 37, n. 1., 2017. DOI: <https://doi.org/10.18061/dsq.v37i1.5375>
- TRAZAN-ÁVILA, A. *Identidade de gênero*. 2. ed. Edições IFEN, 2024.

A IMPORTÂNCIA DE COMUNIDADES E ESPAÇOS SEGUROS PARA PESSOAS AUTISTAS E LGBTQIAPN+

PYARA CALISTO

Meu nome é Pyara Calisto. Minha atenção com o tema não é apenas acadêmica, mas também existencial e política. Enquanto Travesti (pronomes ela/dela), demissexual, branca e pessoa autista (diagnosticada tardiamente aos 30 anos, após suspeitas desde os 26), eu integro as duas categorias centrais desta investigação: a população LGBTQIAPN+ e a comunidade autista. Sou filha de uma mãe gaúcha com ensino fundamental incompleto, que trabalhou na roça durante a adolescência e como diarista a maior parte da vida, hoje aposentada. Nasci em Curitiba (1994), fui criada em Colombo (região metropolitana) e estou na primeira geração da minha família a acessar o ensino superior.

Minha formação acadêmica reflete uma busca interdisciplinar para compreender as estruturas sociais e subjetivas. Transitei pelos cursos de Direito (OPET, 2013), Filosofia e Psicologia (UFPR, 2014 a 2019), até me graduar em Tecnologia em Processos Gerenciais (UnibF, 2022 a 2024) e depois na pós-graduação em Liderazgo en Inclusión Social y Acceso a Derechos pela Escola do Governo da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2025) , o que me permite articular a realidade local a políticas públicas e perspectivas latino-americanas.

O interesse científico por esta temática emergiu da prática concreta: atuei diretamente no gerenciamento e na moderação de uma comunidade com mais de 5 mil pessoas autistas, onde pude observar, na prática, a alta prevalência de identidades dissidentes (LGBTQIAPN+) dentro do espectro e as vulnerabilidades específicas dessas comunidades.

Minhas experiências de trabalho e vida, que me levaram do sul ao norte do Brasil e a países como o Quênia, atuando com direitos humanos, educação e agricultura familiar,

ampliaram minha compreensão sobre como marcadores sociais (raça, gênero, território, deficiência) operam de forma interseccional.

Atualmente, meu foco é utilizar as ferramentas de análise em ESG e DEI para investigar e propor caminhos que gerem impacto positivo na qualidade de vida e nas possibilidades de crescimento econômico de pessoas autistas e LGBTQIANP+, especialmente aquelas em interseções com outros grupos sub-representados.

Esta pesquisa se alinha, portanto, à noção de ‘conhecimentos situados’ (Haraway, 1988), onde a minha localização social e identitária não é um viés a ser eliminado, mas sim uma lente que possibilita enxergar nuances que uma perspectiva supostamente neutra poderia invisibilizar.

INTRODUÇÃO

O conceito de comunidade possui diversas definições em diferentes áreas do conhecimento e foi amplamente discutido nos últimos séculos, assim como o autismo possui diferentes definições nas últimas décadas e, ainda hoje, há divergências sobre sua definição. Quando comparamos ao desenvolvimento das siglas das comunidades LGBT, também podemos perceber essas mudanças na definição de cada letra nas últimas décadas, assim como a incorporação de novas.

Para evitar confusões, o seguinte trabalho vai utilizar a definição de comunidade e espaços seguros descritos pela socióloga Patricia Hill Collins em uma entrevista para pesquisadoras da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, pois apesar de ela fazer referência a esses conceitos no contexto de mulheres negras, ela reconhece como esses espaços podem potencializar também

grupos de outros recortes sociais.

Para abordar a definição de autismo, será utilizado o DSM-5 e o CID-11, com objetivo de problematizar essas definições e também apresentar reflexões sobre a percepção geral da sociedade sobre o autismo e as pessoas autistas. O trabalho também vai descrever as siglas das comunidades LGBTQIAPN+ e apontar problemas comuns entre pessoas autistas e pessoas pertencentes a uma ou mais das comunidades LGBTQIAPN+, assim como aprofundar em problemas vividos por pessoas com ambos recortes.

Para finalizar, o artigo vai apresentar as experiências e percepções da autora sobre diferentes comunidades e espaços seguros: um grupo no whatsapp, encontros virtuais de uma comunidade e um grupo de estudos.

CONCEITO DE COMUNIDADE E ESPAÇOS SEGUROS

Em uma entrevista publicada em 2024 pela Revista Brasileira de Educação e realizada por e-mail entre pesquisadoras da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e a Patricia Hill Collins, a socióloga apresenta o conceito de comunidade e espaços seguros como um importante aspecto de empoderamento para grupos minorizados, especialmente mulheres negras.

Ela afirma que posições formais de autoridade enquanto criadoras de conhecimento têm sido negadas a mulheres negras e, apesar disso, essas mulheres têm encontrado maneiras de agir em prol de seus objetivos. Alguns exemplos são mulheres que usaram da poesia, música, dança, contação de histórias e outras formas de expressão para serem percebidas como referências, seja academicamente ou na cultura popular. Nesse sentido, a autora aponta:

A expressão “abrir caminho a partir do nada” pode significar “se virar com menos - contentar-se e simplesmente sobreviver”. Ou pode significar imaginar possibilidades de seguir adiante, apesar da clara orientação sobre o futuro. Nós fazemos nosso futuro pelo que pensamos e fazemos agora. Isso é empoderador (Collins, 2024, p. 6).

Para produzir esse futuro, a socióloga defende a importância da criação de comunidades e espaços seguros para permitir o surgimento de ideias, assim como seu desenvolvimento. Para ela, a criação e manutenção de comunidades está no cerne do pensamento feminista negro. Em seu livro *Black Feminist Thought*, ela examina como mulheres negras desenvolveram diversos espaços seguros que possibilitaram o florescimento do pensamento feminista negro. Afinal, de acordo com a autora:

As ideias não são totalmente independentes - elas são reproduzidas por pessoas em ambientes sociais específicos em resposta a desafios e necessidades específicos. O tipo de conhecimento oposicional que é essencial para a resistência das mulheres negras é alimentado em espaços políticos específicos (Collins, 2024, p. 7).

Apesar de apresentar sua experiência em contexto estadunidense, país de origem da Patricia Hill Collins, ela também comenta sobre suas experiências conhecendo comunidades e espaços seguros no Brasil. Ela aponta confluências entre a noção brasileira de quilombo e o conceito que ela tinha em mente ao descrever comunidades afro-americanas.

Ao compartilhar sua experiência vivida em São Paulo no ano de 2019, ela apresenta como sentiu estar em um espaço livre, onde mulheres negras eram centrais, como não se sentia vigiada e onde o trabalho materno da mulher

negra era valorizado. A experiência, de acordo com ela, lhe fez lembrar de diversos espaços nos EUA, assim como os esforços de criação de espaços seguros lá. Ao aprofundar sobre, ela comenta:

Há uma distinção entre ver o espaço do quilombo como uma “coisa” e entender o quilombo como uma metáfora para uma variação da comunidade de mulheres negras que, por ser um espaço político livre, proporciona segurança para que as mulheres negras sejam plenamente humanas. A educação crítica e emancipatória requer tais espaços para criar e alimentar essa forma de conhecimento. Encontrar espaços para criar e sustentar o pensamento feminista negro como um empreendimento coletivo significa atender às comunidades de mulheres negras e aos espaços que podem nutrir esse conhecimento. Tais espaços são centrais para as mulheres negras, mas prometem enriquecer a todos nós (Collins, 2024, p. 7-8).

Apesar de abordar a experiência e vivência de mulheres negras, a autora defende que comunidades e espaços seguros são importantes para grupos de recortes minorizados como um todo e não somente para mulheres negras. Ela afirma que:

Vejo este momento como um importante ponto de inflexão para recalibrarmos a forma como entendemos a resistência política. Por “nós” quero dizer pessoas pobres, negros, mulheres, povos indígenas, jovens, LGBTQ+, muçulmanos, palestinos e grupos igualmente colonizados, vítimas do antissemitismo, pessoas com deficiência e todos os outros que são membros de grupos visados por grupos ultraconservadores e/ou que são solidários com indivíduos desses grupos-alvo. Meus comentários anteriores sobre educação crítica e emancipatória se referem diretamente a este desafio de construir solidariedade entre grupos que os líderes ultraconservadores e seus seguidores

demonizam rotineiramente para ganho político (Collins, 2024, p. 10).

Com os conceitos de comunidade e espaços seguros definidos enquanto esses espaços de desenvolvimento, empoderamento e resistência política, extremamente importantes para grupos minorizados, vamos aprofundar em dois recortes específicos e a interseccionalidade entre eles: pessoas autistas e pessoas das comunidades LGBTQIAPN+.

INTERSECCIONALIDADE ENTRE PESSOAS AUTISTAS E AS COMUNIDADES LGBTQIAPN+

DEFINIÇÃO DE AUTISMO E PROBLEMATIZAÇÕES

Para aprofundar na definição de autismo, podemos analisar os critérios de diagnósticos na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e na 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11). De acordo com Giovanna C. O. Nicolau e Pablo De Assis, é possível perceber uma diferença significativa entre eles. No artigo *A decolonização do autismo a partir do protagonismo autista*, Nicolau e Assis (2023, p. 70) apresentam: “Ambos manuais são as atuais referências médicas para diagnóstico de transtornos mentais e suas visões nos levam a compreensões diferentes da condição”.

O DSM-5 classifica o Transtorno do Espectro Autista (TEA) conforme a necessidade de suporte, com base nos critérios de quem avalia a pessoa autista. Esse processo leva em conta a quantidade e a qualidade de suporte que a pessoa avaliadora julga ser necessário à pessoa autista. Separando do “mais leve” ao “mais severo”, do nível 1 ao nível 3. Dessa forma, a compreensão do “espectro” diz respeito à diferença na avaliação de necessidade de suporte.

O CID-11 descreve o TEA como variações de dificuldades em diferentes áreas, especialmente linguagem e socialização, além da presença ou não de deficiência intelectual. A classificação do CID-11 é mais descritiva de características e dificuldades da pessoa e não só da avaliação de suas necessidades de suporte. Com base nessas definições, podemos perceber algumas abordagens problemáticas, sendo uma delas a busca por “melhoria” ou “eliminação” das características autistas. Isso pode ser feito através de medicalização ou de abordagens que buscam “corrigir” comportamentos autistas.

Na percepção de Nicolau e Assis (2023), essas abordagens são comparáveis às práticas de conversão de sexualidade e gênero, que visam “mudar” a orientação sexual ou identidade de gênero de pessoas das comunidades LGBTQIAPN+. Em relação a essas abordagens de conformação e adaptação, os autores afirmam que:

Tendo em vista que fora usada antes para moldar pessoas fora dos padrões de gênero, atualmente é usada para modelar padrões de comportamento de pessoas autistas. E, conseqüentemente, quer extinguir o autismo de autistas. É usado poder ao colocar essas pessoas em posições de não encaixe social, por existirem sistemas de poder-conhecimento que naturalizam tipos específicos de humanos, ou seja, não-autistas/neurotípicos e em conformidade com o gênero heterocisnormativo são vistos como normais e outros, que necessitam de melhorias e/ou contenção, como autistas e pessoas LGBTQIAPN+ (Nicolau; Assis, 2023, p. 72)

Outro fator importante é a autoidentificação enquanto pessoa autista e não como pessoa com autismo, ou portadora de autismo. Pois como defendem no artigo:

Uma das formas que os autistas geralmente se identificam é “Autistas”, em vez de “pessoas com autismo”. Tal ponto promove a identidade da comunidade autista, respeitando que o autismo não pode ser separado da pessoa (PARKER, 2015). Todavia, a forma de identificação “pessoa com autismo”, segundo Gernsbacher (2017, p.1), é uma escrita de “disability first language”, ou seja, coloca a ênfase no substantivo “com” e em sua deficiência, e não na pessoa. E, para poder enfatizar a pessoa, poderia ser “person first language”, no caso, pessoa autista, dando enfoque à pessoa. A diferença entre a primeira para a segunda escrita é que, na primeira, é colocada para o autista e não pelo autista, promulgado por parentes, organizações, mídia e excluindo o próprio protagonismo autista. Já a segunda reforça o protagonismo e autonomia (Nicolau; Assis, 2023, p. 75).

Com isso, é importante deixar de usar a linguagem como uma forma de violentar as pessoas autistas, com expressões como “pessoa com autismo” e “portadora de transtorno”, entre outras. Também é necessário parar de tratar as formas de ser autista, como os stims, movimento das mãos ou de todo corpo e hiperfocos, como ameaças. Além disso, não pode se afirmar conhecedor do autismo quem considera seus estudos como única fonte de referência, enquanto ignora a vivência das pessoas e da comunidade autista.

Para finalizar, o artigo de Nicolau e Assis (2023) evidencia a importância de reconhecer o autismo como uma deficiência — amparada pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — e que faz parte de uma identidade social.

DEFINIÇÃO DAS COMUNIDADES LGBTQIAPN+

Em relação às comunidades LGBTQIAPN+, é importante primeiro entendermos o que significa cada uma de suas

siglas e as identidades e comunidades representadas por elas:

L - LÉSBICA, são mulheres ou outras identidades de gênero totalmente ou parcialmente femininas, que se relacionam com outras mulheres e/ou outras identidades de gênero totalmente ou parcialmente femininas;

G - GAY, são homens ou outras identidades de gênero totalmente ou parcialmente masculinas, que se relacionam com outros homens e/ou outras identidades de gênero totalmente ou parcialmente masculinas;

B - BISSEXUAL, são pessoas que indiferente de gênero se relacionam tanto com identidades totalmente ou parcialmente masculinas quanto femininas;

T - TRANSGÊNERO, são pessoas que não se identificam de forma total ou parcial com o gênero atribuído a elas ao nascimento;

Q - QUEER, são pessoas que não se encaixam de forma total ou parcial com definições de orientação sexual ou identidade de gênero. O termo é um conceito aberto com o objetivo de abarcar diferentes orientações sexuais e identidades de gênero sem necessariamente rotular essas experiências com outros conceitos;

I - INTERSEXO, são pessoas que possuem uma variedade de condições que englobam os órgãos reprodutivos, cromossomos e anatomias sexuais;

A - ASSEXUAL, são pessoas que sentem pouca ou nenhuma atração sexual por outras pessoas, independente do gênero;

P - PANSEXUAL, são pessoas que desenvolvem atração física, desejo sexual e/ou amor por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero;

N - NÃO-BINÁRIO, são pessoas que não se identificam de forma total ou parcial com identidades de gênero femininas ou masculinas;

e o “+” na sigla refere-se às demais orientações sexuais e identidades de gênero, assim como abarca a possibilidade do surgimento de novas.

Apesar de um aumento e popularização das causas LGBTQIAPN+ nas últimas décadas, ainda há diversas barreiras enfrentadas por essas comunidades, especialmente no meio profissional. No artigo *LGBTQIAPN+: Conceito e importância do reconhecimento social* (2022), as autoras apresentam que:

Muitas vezes empresas fazem uma análise da postura ou comportamento do candidato, para avaliar se é considerada como “inadequada”, “destoante” ou “inapropriada” para o ambiente, baseando-se em um modelo heterossexual de ser e se comportar. (...) Dessa forma, as pessoas LGBTQIAPN+ acabam frequentemente optando por ficar no anonimato e esconder sua orientação sexual, com o objetivo de evitar a discriminação e de tentar manter sua permanência dentro do ambiente laboral (Bertolini; Oliveira; Amaral, 2022, p. 3-4).

Assim como as pessoas autistas têm dificuldade de aceitação e pertencimento aos espaços, a ponto de praticarem o masking – mascarar características autistas em busca de aceitação social – percebemos que pessoas das comunidades LGBTQIAPN+ também precisam esconder suas características para facilitar sua aceitação a espaços.

SOBRE SER AUTISTA E LGBTQIAPN+

Em um artigo de 2020 da revista *Nature Communications*, é apresentado um estudo em contexto estadunidense intitulado *Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals* (“Taxas elevadas de autismo, outros diagnósticos neurodesenvolvimentais e psiquiátricos e traços autistas em indivíduos transgêneros e de gênero diverso” em tradução livre). No estudo, foram levantados quatro pontos relevantes:

1. Em todos os cinco conjuntos de dados, pessoas trans e de gênero diverso apresentavam aproximadamente de 3 a 6 vezes mais probabilidade de serem autistas do que indivíduos cisgêneros;
2. Pessoas trans e de gênero diverso pontuaram significativamente mais alto em autorrelato de traços autistas, como sistematização e sensibilidade sensorial, e pontuaram significativamente mais baixo em traços de empatia em comparação a pessoas cis;
3. Em dois conjuntos de dados disponíveis, pessoas trans e de gênero diverso apresentaram taxas elevadas de diversas outras condições neurodesenvolvimentais e psiquiátricas;
4. Por fim, a análise identificou que pessoas trans e de gênero diverso relataram com mais frequência suspeitar ter autismo não diagnosticado.

Além desses dados e resultados, há também experiências e desafios compartilhados e únicos a pessoas autistas e pertencentes a comunidades LGBTQIANP+. Através da pesquisa LGBTQ+ and autism spectrum disorder: Experiences and challenges (“LGBTQ+ e transtorno do espectro autista: experiências e desafios”, em tradução livre), publicada em 2020 pelo Jornal Internacional de Saúde Transgênero (International Journal of Transgender Health), podemos perceber problemas comuns entre pessoas com ambos recortes. De acordo com o estudo, é possível definir alguns dos problemas em quatro tópicos principais:

Efeito de duas identidades

- As pessoas participantes notaram que foi um desafio significativo não ter vocabulário para apresentar como se identificavam, principalmente por ter maior dificuldade de acesso a esses debates e espaços para reflexões;
- As pessoas participantes descreveram outras pessoas, incluindo colegas nas comunidades LGBTQIANP+, tendo visões estereotipadas do autismo nas quais não necessariamente se encaixavam e não estavam cientes da diversidade dentro do espectro autista.

Múltiplos estresses minoritários

- As pessoas participantes também discutiram como ser autista e se identificar com alguma das comunidades LGBTQIANP+ evocava reações negativas de outras pessoas, e como outras pessoas tinham dificuldade em aceitar suas identidades;
- Profissionais e familiares frequentemente acreditavam que a pessoa estava confusa sobre sua

identidade de gênero e orientação sexual por serem autistas, desacreditando assim a pessoa e invalidando o que ela dizia.

Isolamento

- As pessoas participantes relataram sentir-se isoladas, rejeitadas por outras pessoas, com dificuldade para formar amizades e/ou estabelecer conexões;
- As pessoas participantes discutiram sobre se sentirem envergonhadas e sentirem que tinham que agir de uma certa maneira para que as pessoas não as machucassem ou as tratassem de forma diferente;
- Elas também discutiram estratégias para gerenciar situações sociais, como não mencionar seu diagnóstico de TEA, sua identidade de gênero e/ou sua orientação sexual;
- Algumas das pessoas participantes desejavam mais interação social, mas, apesar disso, tinham poucas ou nenhuma amizade.

Falta de prestação de serviços

- As pessoas participantes relataram que muitos profissionais estavam perdidos sobre como apoiá-las, ou simplesmente não tinham conhecimento, particularmente em relação à identidade de gênero;
- Outras experiências negativas incluíram perguntas pessoais e invasivas desnecessárias, ser identificada com o gênero errado, profissionais falarem com os pais sem a presença da pessoa e usarem terminologia ultrapassada.

Outras reflexões também foram apresentadas:

- Sobre como as visões religiosas rígidas em suas famílias tornavam mais difícil discutir suas identidades duais com seus pais;
- As pessoas participantes falaram sobre como seu próprio reconhecimento e aceitação de suas identidades duais foi um processo que se desenrolou ao longo de vários anos e foi vivenciado como desarticulado e assíncrono, em parte por causa da pressão que sentiam para se encaixar em uma categoria;
- As pessoas participantes descreveram como a sociedade estava se tornando mais receptiva às comunidades LGBT, mas ainda não havia se atualizado com questões em torno da identidade de gênero ou deficiência;
- As pessoas participantes mencionaram aspectos positivos de identidades duais, ou seja, ter grupos adicionais para se identificar. Como exemplo, citaram a conexão com várias comunidades e a existência de um grupo maior de pessoas com quem compartilham identidades. Isso levou as pessoas participantes a conexões adicionais e ao encontro de outras pessoas que entendiam suas questões, às vezes formando relacionamentos muito próximos e de apoio.

A pesquisa conclui apontando três formas práticas de melhorar o contexto e a aceitação de pessoas autistas e LGBTQIAPN+:

1. A importância de pais, familiares, professores e outros profissionais validarem as diversas identidades que alguém no espectro autista pode ter, sem confundir-las com sua condição;

2. Exposição a informações sobre diversidade de gênero e orientações LGBTQIAPN+, preferencialmente por meio do sistema escolar para pessoas autistas, para garantir maior acessibilidade, e por meio de provedores de serviços sobre TEA para os pais;
3. Oportunidades comunitárias para conhecer outras pessoas que se identificam de forma semelhante e podem fornecer uma rede de apoio.

Focando especialmente no terceiro ponto, compartilharei minhas experiências em comunidades e espaços seguros no próximo tópico.

MINHA EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADES PARA PESSOAS AUTISTAS E LGBTQIAPN+

COLETIVO LGBTEA

O Coletivo LGBTea é um grupo no WhatsApp em que pessoas autistas e LGBTQIAPN+ podem conversar e trocar relatos e informações entre si. Quando entrei no grupo, havia centenas de pessoas e a troca de mensagens era bastante frequente. Para entrar foi necessário indicação de uma pessoa do grupo e preencher um formulário de apresentação/inscrição.

Minha experiência no grupo foi bastante positiva, apesar de eu ter permanecido por aproximadamente um mês. Tive a oportunidade de acompanhar e colaborar com debates muito ricos sobre diferentes temas, especialmente temas ligados ao autismo e as comunidades LGBTQIAPN+, mas também sobre outras questões na perspectiva de pessoas pertencentes a essas identidades. Assim como acompanhei

o surgimento de diferentes projetos e propostas, tanto com foco em atender as pessoas da comunidade, como de fora dela também.

Minha curta permanência no grupo foi causada pela alta frequência das mensagens e pelo modelo de funcionamento do Whatsapp, que tendem a me estressar. Apesar de ter apreciado e gostado do espaço e trocas, por dificuldades pessoais de acessibilidade da plataforma usada, preferi me afastar.

ATÍPICOS CHAT (ENCONTROS DA COMUNIDADE ATÍPICOS)

Os aTípicos Chats foram encontros virtuais promovidos pela aTip de dezembro de 2022 a junho de 2025. Inicialmente pelo Google Meets e depois pelo Microsoft Teams. Os encontros tinham o objetivo de ser uma roda de conversa para troca de conhecimentos, vivências e experiências entre pessoas da comunidade aTípicos, exclusiva para pessoas autistas.

Era um espaço para as pessoas se conhecerem, conversarem sobre a vida, estudos, trabalho e o que mais surgir. Alguns encontros foram livres, sem tema específico, e outros tiveram temas específicos como “Diagnóstico tardio e autoaceitação”, “Burnout e Autismo”, “Protagonismo autista”, “Artes e expressões autistas”, por exemplo. Para participar, precisava fazer parte da comunidade aTípicos e preencher um formulário de presença para cada encontro.

Minha experiência com os encontros iniciou com o primeiro em dezembro de 2022, que participei como ouvinte, e depois, em 2023, participei como mediadora e facilitadora dos encontros. Em 2024, criei um programa de pessoas mediadoras dos encontros e envolvi as pessoas da comunidade na mediação e facilitação. Desde então gerenciei esse

programa, realizando mentorias e auxiliando as pessoas da comunidade nesse processo de mediação e facilitação. Os encontros tiveram frequência mensal durante 2022 e 2023. Em 2024 e 2025, aumentamos para dois encontros por mês. Durante minha experiência como mediadora e facilitadora, assim como de mentora e organizadora, presenciei trocas muito ricas entre as pessoas sobre diferentes temas, mas em especial sobre aqueles que atravessam a comunidade autista.

Diversas vezes, ouvi relatos sobre como escutar outras pessoas autistas falando sobre suas questões e reflexões fazia as demais perceberem que não estavam sozinhas e que não eram somente elas que passavam por determinadas situações. Também ouvi diversas vezes que, apesar de ser um espaço de interação social, essa interação não era cansativa como em espaços com pessoas neurotípicas. As pessoas percebiam e acreditavam ser muito mais fácil interagir com outras pessoas autistas, principalmente por existir um reconhecimento e identificação, o que facilita o diálogo e a exposição pessoal.

Mesmo a comunidade atípicos e os encontros não sendo exclusivos para pessoas das comunidades LGBTQIANP+, foi comum o compartilhamento de questões e reflexões sobre temas relacionados por pessoas participantes. Para mim, isso demonstra a importância de espaços seguros para as pessoas autistas poderem explorar e refletir sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, sem a pressão e os julgamentos de pessoas neurotípicas.

Os encontros me fizeram perceber, também, a importância de espaços seguros para pessoas autistas desenvolverem suas habilidades da sua forma e do seu jeito. Apesar de eu apresentar sugestões e aprendizados gerais que tive durante meu desenvolvimento profissional, eu também

ênfatizava que cada pessoa tem sua forma de realizar diferentes funções e incentivava as pessoas mentoradas a encontrarem as suas. Com isso, ficou evidente que as pessoas têm diferentes formas de mediar e facilitar, mesmo que elas estejam seguindo os mesmos conselhos e princípios.

Outro ponto interessante foi as recorrentes solicitações para aumentar a duração e a frequência dos encontros. Inicialmente os encontros tinham 30 minutos, após diversas solicitações aumentei o tempo para 45 minutos, depois 1 hora e por fim 1 hora e 30 minutos de encontro. Com isso, os pedidos mudaram para aumentar a frequência, e com o início do programa de pessoas mediadoras foi possível alterar de mensais para quinzenais. Essa trajetória evidencia, para mim, a demanda por espaços seguros de interação e socialização para pessoas autistas.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE LGBTQIA+ COM FOCO EM PESSOAS AUTISTAS

O Grupo de estudos e pesquisa LGBTQIA+ partiu do cenário de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, organizado de pessoas autistas para pessoas autistas, da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da UFPR, em conjunto com o Coletivo Stim-o Movimento Autista da UFPR, com apoio do Grupo Dignidade. Para participar, foi necessário preencher um formulário e passar por uma seleção entre as pessoas inscritas.

O grupo de estudos foi ofertado no período de 06 de agosto a 03 de setembro de 2024, com encontros semanais na modalidade on-line e o último encontro na modalidade presencial. Foram feitas discussões acerca da temática da diversidade de gênero e sexualidade LGBTQIA+,

respeitando a subjetividade humana e as particularidades da vivência autista, suas interpretações sociais, as performances de gêneros culturais, diferentes orientações, percepções pessoais, entendimentos e construções.

Minha experiência com o grupo foi muito rica e proveitosa, tive a oportunidade de acompanhar e contribuir com diversas discussões sobre orientações sexuais e identidades de gênero de uma forma muito acolhedora e, ao mesmo tempo, provocando reflexões e questionamentos. Apesar de, por questões de exaustão, eu não ter conseguido realizar uma apresentação sobre minhas conclusões para todo o grupo, este trabalho é resultado desses encontros e das reflexões provocadas por eles.

Participar deste grupo evidenciou, para mim, a potencialidade de pessoas autistas e LGBTQIAPN+ compartilharem conhecimentos e reflexões em espaços seguros, onde podemos nos expor e produzir conhecimento sem o julgamento e as barreiras impostas por pessoas neurotípicas aos nossos comportamentos e formas de perceber o mundo.

CONCLUSÃO

Com base nas definições, estudos e conceitos apresentados, assim como nas experiências pessoais da autora em diferentes grupos, foi apresentada a reflexão da importância de comunidades e espaços seguros para pessoas autistas e LGBTQIAPN+, seja de comunidades específicas para cada um desses grupos e outros grupos minorizados, assim como de comunidades interseccionais que abarquem diferentes recortes sociais minorizados.

Através destas comunidades e espaços seguros, é possível que pessoas com esses recortes sociais se encontrem com pessoas semelhantes e tenham a oportunidade de elaborar questões e reflexões sobre suas vidas e convivências

em sociedade, em um espaço entre pessoas com vivências e experiências parecidas de vida.

Isso é importante pois esse movimento precisa ser feito sem a influência de pessoas neurotípicas e/ou heterocis-normativas nesse processo. Afinal, essa interferência gera diversos problemas em relação a autonomia, desenvolvimento e atuação social plena de grupos minorizados. A imposição da heteronormatividade e de um comportamento neurotípico impossibilita um desenvolvimento pessoal, social, de gênero e orientação sexual de forma saudável de pessoas no espectro autista.

Enquanto tivermos profissionais de saúde, acadêmicos, familiares ou pessoas em geral que não são autistas, falando sobre nossas demandas por nós e ditando nosso desenvolvimento e acessos, jamais seremos de fato livres e nossos futuros estarão presos aos desejos deles e não nossos.

Sendo assim, comunidades e espaços seguros costumam ser de extrema importância para o desenvolvimento de autonomia e empoderamento de pessoas autistas e LGBTQIAPN+, assim como de outros grupos minorizados, possibilitando o aumento da mobilização social, cultural e política como um todo de pessoas e perspectivas historicamente negadas a esses espaços.

REFERÊNCIAS

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <https://phil-papers.org/archive/HARSKT.p>. Acesso em: 30 set. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. [Entrevista concedida a] CORROCHANO, Maria Carla; GOMES, Nilma Lino; VIANNA, Cláudia; VALENTIM,

Silvani dos Santos; MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Revista Brasileira de Educação, v. 29, e290038, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290039>. Acesso em: 30 set. 2024.

NICOLAU, Giovanna; ASSIS, Pablo de. A descolonização do Autismo a partir do protagonismo Autista. Revista Mundaú, n. 13, p. 63–86, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/14020/11087>. Acesso em: 30 set. 2024.

BERTOLINI, Laura Petry; OLIVEIRA, Kamilla Ricardi; AMARAL, Edina Aparecida. LGBTQIAPN+: CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 20., Cascavel-PR. Anais [...] Cascavel: FAG Centro Universitário, 2022. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2022/Anais-2022-111.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

WARRIER, V. et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. Nature Communications, v. 11, n. 1, 3959, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-020-17794-1>. Acesso em: 30 set. 2024.

HILLIER, A. et al. LGBTQ + and autism spectrum disorder: Experiences and challenges. Int J Transgend Health. v. 22/21, n. 1, p. 98-110, 2019. DOI: 10.1080/15532739.2019.1594484.

AUTISMO, RÓTULOS E TERMOS JUVÉLICOS

uma terminologia por
autistas queer, para autistas
queer

SOFIA DIONÍSIO

QUEM ESCREVE

Sofia Dionísio Terres Guiraud: graduando de Letras Português pela UFPR desde 2020. Sou bigênero: homem e mulher, ao mesmo tempo. Compreendo minha transgeneridade como algo que me tornei, e não que simplesmente descobri. Creio que até meus 20 anos, fui uma menina cis que tinha uma relação complexa com sua própria mulheridade (que menina cis não tem?), mas ainda cis. Tive uma crise de gênero e, após muita reflexão e autodescoberta, compreendi que, a partir daquele momento, me entendia também como homem, sem deixar de me identificar como mulher. Recebi um laudo de superdotação na infância, e crescer com esse rótulo trouxe benefícios e malefícios. É uma neurodivergência com estigmas específicos, tratada como um certificado de mérito e competência, quando, na verdade, se trata de um neurotipo diferente, tão incompatível com a sociedade neurotípica quanto qualquer outra neurodivergência, e que sofre muita pressão para atingir seu “potencial”. Ao mesmo tempo, eu definitivamente sempre fui “diferente”, e ter um nome para essa diferença me ajudou a não internalizar muito do que sofri desde o começo da infância, que hoje entendo como capacitismo. Não era uma explicação completa, e mesmo com ela eu não me sentia “normal”, não me sentia “explicada”. Só fui receber meu laudo de autismo aos 21, e só aí tudo fez sentido de fato.

UMA TERMINOLOGIA POR AUTISTAS QUEER, PARA AUTISTAS QUEER

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento particularmente complexo. Os traços que definem um indivíduo como autista estão distribuídos por múltiplos eixos (sensorial, intrapessoal,

interpessoal, comunicativo, executivo, dentre outros). Por se tratar de um espectro, é recorrente que dois indivíduos autistas tenham, graças a seus traços autistas, características polarmente opostas dentro do mesmo eixo. Por exemplo, um sendo hipossensível ao tato, tendo uma resistência atípica (e possivelmente perigosa) à dor, e o outro sendo hipersensível ao tato, tendo restrições para tipos de tecido que suporta estarem em contato com sua pele. No fim, ambos os extremos exigem adaptações para acomodar as necessidades específicas que surgem como consequência.

Considerando um modelo biopsicossocial da deficiência, também vale lembrar que, por fugir da normatividade, ambos os extremos sofrem ostracismo social e tentativas de “correção” por meio de coerção social. Além das dificuldades impostas pela convivência com suas particularidades, pessoas autistas ainda têm de lidar com uma sociedade estruturalmente capacitista, que patologiza e ostraciza essas características, independentemente se de fato são nocivas para aqueles com quem o autista convive.

Também ocorrem situações em que o mesmo traço autista, no mesmo extremo do mesmo eixo, manifesta-se em comportamentos opostos. Um exemplo comum é dois autistas que possuem o mesmo nível de dificuldade para ler códigos sociais não verbais, mas um deles lida com essa dificuldade através de uma comunicação forçadamente explícita, enchendo seus enunciados de ressalvas e esclarecimentos não solicitados e exigindo de seu interlocutor o mesmo nível de não ambiguidade, enquanto o outro autista prefere, conscientemente ou não, simular um entendimento típico, mesmo que internamente esteja confuso, e seguir os protocolos da comunicação neurotípica em detrimento de sua real compreensão da troca de informações pretendida em cada diálogo que participa. Ambos os comportamentos

são resultados de estratégias diferentes de lidar com o mesmo problema imposto pela interação entre os traços autistas e a sociedade capacitista que não os acomoda.

Dessa maneira, o autismo muitas vezes se define mais através de sua distância do padrão neurotípico do que por uma padronização de um único neurotipo autista. Ainda assim, mesmo dentro dessa neurodiversidade, autistas tendem a se sentir mais seguros e bem-vindos entre si, provando, talvez, que não é a diferença de funcionamento que os afasta de alícticos, e sim os sistemas de opressão que regem suas interações sociais. Um traço autista que pode potencializar polarizações dentro da comunidade é o chamado pensamento dicotômico ou rigidez cognitiva. Trata-se da tendência de pessoas autistas terem dificuldade de entender as nuances de questões complexas, reduzindo-as a “tudo ou nada”, “ou 8 ou 80” e também apresentarem dificuldade em mudar de ideia, em parte como uma manifestação de outro traço autista: o de ter dificuldade para lidar com mudanças. Nesse contexto, pessoas autistas tendem a apresentar códigos morais bem definidos e conscientes, muitas vezes inflexíveis e extremistas. Isso não significa que autistas são incapazes de mudar de ideia mediante debates ou apresentação de novos dados relevantes, nem que há um conservadorismo generalizado dentro da comunidade, mas normalmente até questões consideradas “banais” por pessoas alícticas podem ter um engajamento emocional forte para pessoas autistas, que se apegam às suas convicções.

Somado aos interesses especiais do autismo — fenômeno no qual a pessoa autista tende a ter um número restrito de interesses, pelos quais nutre uma dedicação, apego e paixão intensas — é comum que a pessoa autista não só tenha uma forte convicção por suas opiniões e posições, mas também tenha um repertório vasto de informações e

dados sobre esses assuntos, destacando-se em situações formais de debates, pesquisas, militância, dentre outros.

Neste texto, considerando os traços autistas supracitados e as formas como eles tendem a se manifestar em diferentes indivíduos, proponho uma reflexão sobre o papel dos rótulos dentro da comunidade autista, explorando, em especial, àqueles relacionados a gênero e sexualidade. Esse recorte justifica-se, em parte, pela coocorrência estatisticamente relevante e cada vez mais evidenciada entre autismo e diversidade de gênero e sexualidade (George; Stokes, 2018). Nesse sentido, observa-se como ponto de convergência entre as comunidades de diversidade de gênero e sexualidade, abrigadas sob o guarda-chuva da comunidade LGBTQIAP+ ou queer, e as comunidades de pessoas autistas e demais neurodivergências, abrigadas sob o guarda-chuva da neurodiversidade, as discussões e disputas a respeito da linguagem. A articulação dessas pautas com os diferentes neurotipos autistas é, assim, um campo particularmente fértil para análise.

É comum, dentro dessas comunidades, ver duas posições extremas a respeito de rótulos: há aqueles que rejeitam todo e qualquer uso de rótulos, enquanto há aqueles que apenas encontram conforto através deles. É natural da linguagem humana que nomear algo seja considerado critério de sua existência e, portanto, uma forma de validação. Ao mesmo tempo, também é comum rótulos serem usados como caixinhas taxativas e limitantes, externamente impostos e usados como ferramentas de opressão. Nesse contexto, uma posição recorrente é a convicção de que rejeitar rótulos é uma forma de se libertar de sistemas de opressão.

Por exemplo, dentro das discussões de gênero, podemos ver pessoas trans e não binárias que reivindicam uma

abolição de gênero, buscando chegar a uma sociedade que transcenda o conceito de gênero, acabando assim com suas amarras e sistemas normativos de opressão. Por outro lado, há aqueles que buscam cada vez mais um enriquecimento do vocabulário para descrever gênero e suas ramificações na sociedade humana, buscando uma sociedade que expanda suas concepções de gênero de maneira a abarcar (e descrever) toda a diversidade humana. Como esperado, essas duas visões muitas vezes geram conflito interno na comunidade. No entanto, também é possível observar diversas formas nas quais esses dois grupos concordam, como, por exemplo, no fato de que o sistema heterocis-normativo de gênero vigente é ultrapassado e nunca, de fato, descreveu corretamente a totalidade da experiência humana de gênero.

Dentro das discussões a respeito de sexualidade, encontramos situações similares. Um debate recorrente dentro da comunidade é a distinção (e o propósito de uma distinção) entre os termos pansexual e bissexual, por exemplo. Conforme os debates sobre gênero evoluem, muitos rótulos de sexualidade precisam ser revisados, já que definimos a sexualidade de uma pessoa com base no gênero dela e das pessoas pelas quais ela se atrai. Há aqueles que argumentam que pansexualidade seria um termo mais inclusivo do que bissexualidade, pois reconheceria que há mais de dois gêneros, enquanto alguns argumentam que o “bi-” em “bissexualidade” não se propõe a dizer por quantos gêneros a pessoa é atraída, mas sim que ela é atraída tanto por pessoas do mesmo gênero que ela quanto pessoas de gêneros diferentes do dela, independentemente de quantos são, entrando no esquema terminológico em que “homo-” em “homossexualidade” se refere ao “atração por pessoas do mesmo gênero” e “hetero-” em “heterossexualidade” se

refere a “atração por pessoas de outro gênero”.

Houve, ainda, uma tentativa de ressignificar ambos os termos dentro de um novo esquema, no qual um critério de distinção seria se o gênero das pessoas pelo qual você se atrai é ou não um fator dentro da sua atração. Caso sim, a pessoa seria bissexual ou omnissexual, a depender se ela se atrai por dois ou mais gêneros, mas não necessariamente todos, ou se atrai por necessariamente todos os gêneros, respectivamente. Caso não, a pessoa seria polisssexual ou pansexual, distinguidos da mesma maneira que os dois termos anteriores.

Essa perspectiva terminológica que busca sistematizar rótulos, entendendo-os como ferramentas que necessitam de funções distintas e criteriosas, foi uma adotada pelo que hoje é conhecido como movimento MOGAI (“marginalized orientations or gender alignments and intersex”, “orientações, alinhamentos de gênero e intersexos marginalizados”, em tradução livre), uma comunidade de debate e estudos de gênero e sexualidade que surgiu na angloesfera do Tumblr durante os meados da década de 2010. Essa perspectiva se mostra particularmente reconfortante para pessoas autistas em que a ambiguidade gera ansiedade e a pragmaticidade é um mecanismo de defesa comum.

Mesmo que a maioria das discussões dessa comunidade tenha se dado através da língua inglesa enquanto língua universal de contato, vale destacar que se tratou de uma comunidade internacional, e alguns dos termos mais longevos cunhados nesse contexto vieram de usuários brasileiros. Para dar exemplos, primeiro é necessário introduzir um termo guarda-chuva relevante. Há um sistema terminológico de sexualidade chamado de “termos juvêlicos”. O nome “juvêlico” foi cunhado pelo usuário twilightvelvet no WordPress (“Do you have any idea if there’s a term for the

iridian/opalian/pearlian/version/etc. series of orientations? Like a catch-all title similar to how solarian/lunarian/stellar/etc. are called the galactic/cosmic system?”, 2018). Esse termo pretendia classificar um grupo de rótulos que com frequência derivam de nomes para gemas e cristais. A identidade de twilightvelvet não é clara, mas um usuário do Tumblr (@anthropomimus) posteriormente afirmou se tratar da mesma pessoa, e esta pessoa se diz estadunidense, se considera aromântica, assexual e aplatônica, o que a coloca dentro da comunidade queer por critério de sexualidade, além de aceitar qualquer pronome (“Swan Lake”, 2026), o que indica que provavelmente também seja uma pessoa não binária.

Ainda que tenha cunhado a nomenclatura para esse conjunto de termos, o usuário twilightvelvet não cunhou a maioria dos termos dentro desse conjunto. Aster, usuário @nbandproud no Tumblr, uma pessoa não binária autista brasileira (“here & queer & tired”, 2019) cunhou o termo “duárico” (“Duaric”, 2019): a atração de um homem por uma mulher e vice-versa, independente da orientação sexual dos envolvidos (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]) (MOGAI Wiki, 2022). Aster é apenas um exemplo pontual, representante da diversidade (nos mais expansivos sentidos da palavra) de uma comunidade, que cunhou todo um paradigma de rótulos e bandeiras. Ao cunhar um termo como duárico, Aster deixou uma marca permanente na história dos estudos de gênero e sexualidade humana.

É difícil argumentar que algum sistema terminológico seja objetivamente melhor que outros para pessoas autistas, justamente pela complexidade de todos esses tópicos somada à diversidade potencialmente polarizante entre autistas. Entretanto, os termos juvêlicos têm o potencial de serem ferramentas discursivas úteis para essa população.

Esses termos se propõem a descrever tipos de atração sem a necessidade de determinar a orientação sexual dos envolvidos nessas atrações. Originalmente, eles surgiram para substituir termos mais longos, normalmente abreviados, como “men loving men”/”homem ama homem” (mlm/hah), sendo chamado apenas de “aquileano” (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]), e também para serem menos atrelados aos gêneros binários para descrever tipos de atração, como o uso de “opaliano” (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]) (TO, 2024), que descreve o tipo de atração entre dois ou mais homens não binários ou pessoas não binárias alinhadas ao masculino.

Da mesma maneira, enquanto muitas pessoas não binárias alinhadas ao feminino reivindicam o termo “lésbica” para definirem sua sexualidade, ainda há aquelas que sentem que sua atração por mulheres não é corretamente contida no termo, e portanto querem um termo que descreva sua atração por mulheres independente da sexualidade com a qual se identifiquem. Para isso, surge o termo sáfica (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]) ou, ainda, iridiana (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]) (TO, 2024), caso deseje-se especificar a não binariedade das pessoas envolvidas. Sáfica e seus termos derivados (“saficidade”, por exemplo) são, inclusive, o termo juvêlico mais difundido e reconhecido fora da comunidade MOGAI.

Há outra função para esses termos: descrever relacionamentos sem assumir a sexualidade de seus envolvidos, nem invisibilizar pessoas não monossexuais. Um homem bissexual, quando namora uma mulher, sente que sua sexualidade é invisibilizada quando descrevem sua relação como “heterossexual” e, para essas situações, o termo “duárico” (“» Lista de termos juvêlicos”, [s.d.]) (MOGAI Wiki, 2022) deve ser usado. Assim, rótulos de orientação sexual

ficam reservados para descrever pessoas, mas não relacionamentos ou tipos de atrações, a não ser que todos os envolvidos naquele relacionamento se identifiquem com o mesmo rótulo de orientação sexual e estejam confortáveis que sua relação seja descrita dessa forma. Ao adicionar a essas questões, surgem cada vez mais termos referentes às possíveis combinações entre não apenas pessoas não binárias, mas também pessoas agênero e xenogênero e subcategorias destes três grupos. Sendo termos puramente descritivos, eles desempenham funções que os termos “gay”, “lésbica”, “bi” não conseguem desempenhar com a mesma eficiência e clareza. Isso não significa que o sistema terminológico “anterior” é inerentemente falho ou deve ser abolido, apenas foram identificados contextos nos quais esses termos são limitados e limitantes.

Para além de ser um sistema terminológico que preenche lacunas deixadas por outros sistemas, satisfazendo as exigências pragmáticas que muitas pessoas autistas têm, outro motivo para que termos juvênicos sirvam bem a essa comunidade é justamente a co-ocorrência entre autismo e não cisgeneridade e não heterossexualidade. Mais do que isso, é comum que gênero e sexualidade sejam fluídos e instáveis para pessoas autistas, seja por se sentirem limitadas por rótulos rígidos, seja por terem dificuldade em fazer a auto análise e introspecções necessárias para esse tipo de autodescoberta (Strang et al., 2018). Vale lembrar que a alexitimia, a dificuldade de identificar e comunicar as próprias emoções, é também um traço autista comum. Dessa maneira, autistas são uma população com maior incidência de indivíduos não monossexuais e não binários, tanto permanentemente como ao longo do tempo, sendo justamente os dois grupos mais beneficiados por uma linguagem pautada no tipo de atração e não em rotular a

sexualidade per se.

Outro possível benefício dos termos juvênicos reside na sua capacidade de manter a ambiguidade e a fluidez. Em uma população na qual gênero e sexualidade tendem a fluir e se alterar mais ao longo da vida, ou mesmo ser apenas de difícil determinação. Para algumas pessoas, rótulos de sexualidade considerados “tradicionais” podem soar restritivos ou até sufocantes, na medida em que pretendem determinar a identidade das pessoas.

Nesse contexto, os termos juvênicos podem apresentar uma alternativa mais confortável, pois carregam uma conotação mais descritiva e menos identitária, e deixam aberto espaço para dúvida, mudança, ambiguidade e flexibilidade. Obviamente, um termo como “lésbica” não precisa ser um fardo rígido, e principalmente nos últimos anos houve um aumento na tolerância para a flexibilidade do termo, com muitas pessoas hoje aceitando que nem toda lésbica precisa se identificar estritamente como “mulher”, nem usar exclusivamente pronomes femininos. Ainda assim, a carga de um “pacote fechado”, inegociável, ainda existe para algumas pessoas. Nesses casos, expressões como “atração sáfica” podem ser alternativas mais confortáveis e seguras.

Seria, no entanto, negligência não mencionar que esses termos não são amplamente aceitos pela comunidade queer ou pela população em geral. Há sempre uma resistência ao que é novo, ao que não é familiar, principalmente se essas novidades parecem criar “novas regras” para instituições sociais vistas como atemporais e imutáveis. Mesmo entre pessoas de esquerda, queer e/ou aliadas, há uma rejeição dessas terminologias mais recentes. Ocorrem acusações de apagamento ou simplesmente invalidações sobre as experiências sendo descritas com esses vocabulários. Não é necessário ver os piores exemplos desse preconceito para

reconhecer a inquietante semelhança tanto às formas mais convencionais de queerfobia (acusações de não ser “normal” ou “natural”, de ser “uma fase”, etc.), quanto à linguagem de ataques capacitistas (infantilização e invalidação da alteridade dos indivíduos usando desses termos, ataques à sanidade e à capacidade de discernimento desses indivíduos, e um tom geral de desdém dolorosamente familiar para qualquer um que já se viu vítima de capacitismo). Ainda que possamos criticar os raros casos de imposição desses termos, ou simples usos equivocados de seus significados e propósitos, a agressividade e rejeição que termos juvêlicos e outros neologismos de gênero e sexualidade mais recentes recebem é definitivamente desproporcional.

Pessoalmente, termos juvêlicos me trazem um conforto de não apagarem minha bissexualidade, e também poder expressar meu gênero e como ele interage com minha sexualidade. Sendo bigênero, uma das coisas que mais reforça minha certeza de que eu de fato me identifico como homem, não apenas como mulher, é o fato de que eu enxergo minha atração por homens tanto como aquileana quanto como du-árica, e essa sensação de simultaneidade me reconforta na simultaneidade dos meus dois gêneros. Até mesmo antes de me identificar como trans, não ter um relacionamento meu com um homem (em geral, bissexual também) sendo chamado de “casal hétero” era um conforto a mais, pois não há nada de hétero em uma relação minha com alguém, e ter um rótulo tão carregado como esse imposto a mim e aos meus relacionamentos sempre me perturbou.

Em conclusão, termos juvêlicos se demonstram especialmente amigáveis para pessoas autistas navegarem suas jornadas de autodescoberta e autodescrição, atendendo às necessidades daqueles que encontram conforto na estabilidade e transparência de rótulos, mas também daqueles que

preferem não se limitar através de rótulos fixos e restritivos. São rótulos cunhados por pessoas queer autistas, não surpreende que sejam particularmente úteis para pessoas queer autistas.

REFERÊNCIAS

Do you have any idea if there's a term for the iridian/opalian/pearlian/versionian/etc. series of orientations? Like a catch-all title similar to how solarian/lunarian/stellarian/etc. are called the galactic/cosmic system? Disponível em: <https://twilightvelvet.wordpress.com/2018/06/04/do-you-have-any-idea-if-theres-a-term-for-the/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

GEORGE, R.; STOKES, M. A. A Quantitative Analysis of Mental Health Among Sexual and Gender Minority Groups in ASD. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 48, n. 6, p. 2052–2063, 23 jan. 2018.

here & queer & tired. Disponível em: <https://nbandproud.tumblr.com>. Acesso em: 26 ago. 2024.

here & queer & tired. Disponível em: <https://nbandproud.tumblr.com/post/164974538246/just-ran-across-your-year-old-post-about-mockery>. Acesso em: 26 ago. 2024.

here & queer & tired. Disponível em: <https://nbandproud.tumblr.com/post/156653889066/hi-where-are-you-from>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Lista de termos juvêlicos. Disponível em: <https://orientando.org/listas/lista-de-termos-juvelicos/>.

Duaric. Disponível em: <https://nbandproud.tumblr.com/post/172173416861/duaric>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MOGAI WIKI. Category: Juvelic - MOGAI Wiki. Disponível em: <https://mogaiwiki.miraheze.org/wiki/Category:Juvelic>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MOGAI WIKI. Duaric-MOGAI Wiki. Disponível em: <https://mogaiwiki.miraheze.org/wiki/Duaric>. Acesso em: 26 ago. 2024.

STRANG, J. F. et al. “They Thought It Was an Obsession”: Trajectories and Perspectives of Autistic Transgender and Gender-Diverse Adolescents. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 48, n. 12, p. 4039–4055, 23 ago. 2018.

Swan Lake. Disponível em: <https://opus-20.carrd.co/#about>. Acesso em: 15 fev. 2026.

TO, C. Opalian. Disponível em: <https://queerdom.fandom.com/wiki/Opalian>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TO, C. Iridian. Disponível em: <https://queerdom.fandom.com/wiki/Iridian>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ANJO AZUL CAÍDO

BDSM, autismo e a
tecnologia do consentimento

GHAELE HENRIQUE MOURA LEITE

Sou Ghael Henrique Moura Leite, doutorando em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR, onde também concluí meu mestrado sobre a construção da identidade de pessoas autistas na vida adulta. Venho das Ciências Sociais, pela UFPR, e minha trajetória como pesquisador é atravessada também pela minha experiência como pessoa não-binária, panssexual e autista.

Recebi meu diagnóstico de autismo há quatro anos, antes de começar a pesquisar o tema academicamente. Esse diagnóstico não foi apenas uma informação sobre mim, mas uma força motriz para tentar compreender melhor minha própria experiência e, a partir dela, investigar como pessoas autistas constroem identidade, pertencimento e reconhecimento na vida adulta.

Pratico BDSM há mais de oito anos e vivencio essa comunidade como um espaço de negociação, consentimento e dinâmicas de poder que revelam muito sobre as relações humanas. Escrever sobre autismo e BDSM é, para mim, uma forma de trazer para o debate as complexidades do afeto, do corpo, dos limites, do consentimento e do pertencimento. É também uma forma de construir conhecimento em diálogo com experiências que, muitas vezes, permanecem silenciadas pelo tabu, pelo estigma e pelas normas que determinam quais corpos, desejos e formas de vínculo podem ser reconhecidos.

INTRODUÇÃO

A figura do “anjo azul” ocupa lugar recorrente no imaginário social sobre o autismo. Associada à inocência, à pureza, à fragilidade e à proteção, essa imagem produz uma representação aparentemente cuidadosa, mas profundamente ambígua. Ao mesmo tempo em que pretende sensibilizar a sociedade, também pode operar como dispositivo simbólico de infantilização, fixando pessoas autistas em uma posição de dependência, ingenuidade e afastamento da vida adulta. Nesse enquadramento, o corpo autista é frequentemente reconhecido menos como corpo autônomo, capaz de decidir sobre suas formas de vínculo, intimidade e prazer, e mais como corpo tutelado, pedagogizado e protegido contra a própria experiência (Brilhante et al., 2021).

O problema não está na ausência de desejo, na recusa de práticas sexuais ou na pluralidade de modos de relação com o corpo. O ponto crítico está na dessexualização compulsória da pessoa autista, isto é, na presunção de que, por ser autista, esse sujeito estaria naturalmente fora do campo da intimidade adulta, da negociação erótica, da autonomia corporal e da possibilidade de consentir, recusar ou pactuar suas próprias experiências. Essa operação não apenas silencia o desejo quando ele existe, mas retira da pessoa autista o direito de definir, em seus próprios termos, sua relação com o toque, o prazer, o vínculo, o erotismo ou mesmo com a recusa dessas dimensões.

Essa representação participa de uma economia social de controle dos corpos neurodivergentes. A intimidade autista, quando aparece, costuma ser interpretada por chaves redutoras: como ausência presumida, inadequação comportamental, risco a ser administrado ou sintoma a ser corrigido. O controle da sexualidade não se realiza

apenas pela repressão direta, mas pela produção de normas que definem quais corpos podem desejar, quais devem ser protegidos de sua própria autonomia e quais formas de prazer serão reconhecidas como legítimas (Foucault, 2007; 2008). As fronteiras entre o normal e o patológico, nesse contexto, classificam modos de existência que escapam ao padrão dominante. Diferentes formas de comunicar desejo, estabelecer limites, recusar contato, buscar previsibilidade ou organizar a experiência sensorial podem ser lidas como incapacidade, quando talvez revelem apenas outra gramática relacional (Canguilhem, 2009).

Este ensaio parte da recusa dessa imagem tutelar. A expressão “anjo azul caído” é mobilizada como metáfora crítica para nomear o deslocamento da pessoa autista do plano da pureza idealizada para o campo material da experiência humana. A queda não designa perda moral, degradação ou desvio. Indica a passagem da heterodefinição à autodeterminação. Cair, nesse contexto, significa abandonar a posição impossível de sujeito puro, neutro ou permanentemente protegido, para reivindicar a condição de corpo situado, vulnerável, sensorial, relacional e capaz de pactuar seus próprios limites.

A ideia central deste capítulo é que determinadas práticas BDSM podem ser compreendidas como uma das possibilidades de reorganização ética e comunicacional da intimidade. O BDSM não é tratado aqui como solução universal, nem como caminho necessário para pessoas autistas. Interessa, antes, como campo de práticas que torna visíveis elementos frequentemente ausentes ou mal resolvidos na sexualidade normativa: negociação explícita, definição prévia de limites, consentimento verbalizado, previsibilidade, palavra de segurança e possibilidade de interrupção pactuada. Esses elementos permitem pensar

o BDSM como uma tecnologia do consentimento.

Essa discussão se aproxima da contrassexualidade na medida em que recusa a naturalização dos corpos, dos órgãos, das práticas e dos roteiros sexuais. A sexualidade não precisa ser compreendida como expressão espontânea de uma natureza corporal previamente dada, mas como produção política, técnica e relacional. Nesse horizonte, o corpo autista não precisa ser apenas incluído na sexualidade normativa existente. Ele pode participar da invenção de outras formas de intimidade, nas quais contrato, negociação, sensorialidade, limite, cuidado e experimentação deixam de ser vistos como empobrecimento do encontro e passam a constituir modos legítimos de relação (Preciado, 2014).

A SEXUALIDADE NORMATIVA COMO TEATRO DA AMBIGUIDADE

A sexualidade normativa costuma organizar a aproximação afetiva e íntima por meio de sinais indiretos, gestos ambíguos, insinuações, silêncios e jogos de interpretação. O flerte, nesse sentido, não é apenas uma troca espontânea entre sujeitos interessados, mas uma cena social regulada por expectativas tácitas. Participar dessa cena exige dominar códigos que nem sempre são verbalizados, mas que definem quem será lido como adequado, sedutor, maduro ou socialmente competente.

A vida social envolve administração de impressões. Os sujeitos modulam gestos, produzem imagens de si e controlam aquilo que mostram aos outros. No encontro íntimo normativo, essa lógica se intensifica: deseja-se, mas não se deve parecer desejar demais; aproxima-se, mas sem explicitar integralmente a intenção; recusa-se, muitas vezes, por sinais indiretos. A intimidade passa a depender de um trabalho permanente de interpretação, no qual a

vulnerabilidade é administrada por máscaras sociais e estratégias de autopreservação (Goffman, 1959; Goffman, 1967).

O problema não está na existência de ambiguidades em si, pois toda interação humana envolve zonas de indeterminação. O ponto crítico está na transformação da ambiguidade em critério de competência relacional. Quando a capacidade de ler sinais indiretos passa a funcionar como requisito para participar da vida afetiva e íntima, sujeitos que se orientam por formas mais literais, diretas ou explícitas de comunicação podem ser colocados em desvantagem.

Essa barreira aparece em situações aparentemente simples. Perguntar diretamente se há interesse, se determinado toque é bem-vindo ou se a interação deve continuar pode ser interpretado, em muitos contextos, como excesso de formalidade ou quebra da espontaneidade. No entanto, para quem depende de sinais mais explícitos para se orientar com segurança, essas perguntas não empobrecem a intimidade. Elas deslocam a relação da suposição para o acordo.

Para muitas pessoas autistas, esse modelo pode produzir sobrecarga, insegurança e exclusão. A preferência por formas mais diretas de comunicação, a necessidade de previsibilidade e a dificuldade diante de sinais sociais ambíguos não significam ausência de capacidade relacional, mas indicam outro modo de organizar a interação. Quando o flerte normativo exige a decodificação contínua de olhares, entonações, aproximações, silêncios e contradições performatas, a experiência íntima pode se converter em ambiente de vigilância cognitiva (American Psychiatric Association, 2013; Pellicano et al., 2014).

Essa exigência também se articula à camuflagem social. Em vez de poder construir relações a partir de sua própria gramática comunicacional, a pessoa autista é

frequentemente pressionada a performar códigos neurotípicos de aproximação, sedução e resposta afetiva. O custo subjetivo dessa adaptação pode envolver ansiedade antecipatória, medo de erro interpretativo, receio de inadequação e exaustão decorrente do mascaramento (Pearson; Hodgetts, 2024).

A ambiguidade normativa produz uma forma de hospitalidade condicional. O sujeito é admitido no jogo íntimo desde que aceite suas regras não explicitadas. Aquele que pergunta demais, explicita demais ou busca nomear os termos da relação pode ser percebido como alguém que rompe o encanto da cena. A pessoa autista, quando solicita clareza, não está necessariamente empobrecendo a experiência, mas recusando uma forma de relação baseada na instabilidade obrigatória dos significados (Derrida, 1997; Derrida, 2000).

Nesse sentido, a sexualidade normativa pode funcionar como barreira comunicacional. Assim como certas arquiteturas físicas excluem corpos que não correspondem ao usuário presumido, certas arquiteturas relacionais excluem sujeitos que não operam com fluidez na ambiguidade. A exclusão torna-se menos visível porque aparece como inadequação individual: o problema parece estar na pessoa que “não entende o clima” ou “fala de modo direto demais”, e não na estrutura relacional que exige a adivinhação como forma de acesso.

BDSM COMO TECNOLOGIA DO CONSENTIMENTO

Se a sexualidade normativa frequentemente opera como teatro da ambiguidade, o BDSM permite pensar outro regime de organização da intimidade. O BDSM não deve ser apresentado como espaço automaticamente seguro, inclusivo ou eticamente superior, mas como campo de práticas

em que desejo, limite, risco e vulnerabilidade tendem a ser deslocados para a esfera da negociação explícita.

O acrônimo BDSM reúne práticas de bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo. Mais do que um conjunto fixo de práticas, pode ser compreendido como tecnologia do consentimento. O termo tecnologia é usado aqui em sentido ampliado: não como aparato técnico digital, mas como arranjo de procedimentos, códigos e dispositivos comunicacionais que organizam uma prática. Nesse caso, a tecnologia do consentimento estrutura a troca de poder, a exploração sensorial e a administração de limites. A aparente assimetria entre dominante e submisso não se confunde com violência arbitrária, pois depende da pactuação prévia entre os envolvidos e da possibilidade permanente de interrupção da cena (Moser; Kleinplatz, 2005; Langdridge; Barker, 2013). Nesse caso, a tecnologia do consentimento organiza a troca de poder, a exploração sensorial e a administração de limites.

No BDSM, a troca de poder não se legitima pela força, mas pela autorização. A posição dominante não existe como posse absoluta do outro, mas como papel temporário, negociado e revogável. Do mesmo modo, a posição submissa não corresponde à ausência de agência, mas a uma forma específica de participação na cena, na qual a entrega de controle é delimitada por regras previamente estabelecidas. O limite não desaparece: torna-se condição de possibilidade da própria prática.

Por isso, o consentimento não pode ser reduzido a um “sim” inicial. Ele envolve conversas prévias, definição de desejos, explicitação de limites, identificação de práticas recusadas, pactuação de sinais de interrupção e cuidado posterior. A cena não começa apenas quando os corpos entram em contato, mas quando os sujeitos negociam as

condições desse contato. Ao contrário de modelos baseados na suposição ou na expectativa de que o outro “entenda o clima”, o BDSM tende a exigir que o clima seja produzido por meio de linguagem compartilhada.

A noção de Seguro, São e Consensual, frequentemente referida pela sigla SSC, expressa uma das formulações éticas mais conhecidas desse campo. Ainda que não esgote os debates internos ao BDSM, esse princípio indica que as práticas devem considerar a preservação física e psíquica dos envolvidos, a lucidez dos participantes e a existência de acordo prévio entre eles (Weiss, 2011). A intimidade, nesse modelo, não depende apenas do impulso ou da interpretação tácita, mas de uma ética procedimental capaz de tornar visíveis os termos da interação.

A palavra de segurança é um dos dispositivos mais expressivos dessa tecnologia. Sua função é retirar o limite do campo da adivinhação e inseri-lo em um código previamente reconhecido por todos os envolvidos. Ao ser pronunciada, ela suspende a cena, independentemente da performance em curso, da intensidade do momento ou dos papéis assumidos. Com isso, o consentimento deixa de ser presumido pela continuidade aparente da interação e passa a depender da manutenção ativa das condições acordadas (Moser; Kleinplatz, 2005).

Essa organização permite aproximar o BDSM de um jogo de coordenação. A cena depende de regras compartilhadas, papéis reconhecidos, limites definidos e expectativas minimamente estabilizadas. Mesmo quando há encenação de resistência, dominação, punição ou entrega, essa encenação só se sustenta porque existe um acordo anterior que diferencia o jogo da violação. A quebra unilateral das regras destrói a própria possibilidade da prática, pois compromete a confiança que a sustenta (Nash, 1950; Pang et al., 2020).

Para algumas pessoas autistas, a previsibilidade, a literalidade e a explicitação de regras podem reduzir a sobrecarga comunicacional associada às interações íntimas normativas. Isso não significa que toda pessoa autista precise ou deseje práticas BDSM, nem que o BDSM seja inerentemente acessível. Significa apenas que certas formas de negociação presentes nesse campo podem dialogar com necessidades comunicacionais frequentemente deslegitimadas em outros contextos (Pliskin, 2022; Pearson; Hodgetts, 2024).

A contribuição do BDSM ultrapassa o campo estritamente sexual. Muitas práticas podem envolver prazer erótico, mas também sensorialidade, ritual, confiança, cuidado, performance, vínculo, contenção, entrega, disciplina ou exploração corporal sem se organizarem necessariamente em torno de uma sexualidade genitalizada. O que está em questão não é afirmar que o BDSM “devolve” sexualidade a pessoas autistas, mas mostrar como ele evidencia outras formas possíveis de pactuar o corpo, o limite, a intimidade e a autonomia.

Justamente por ser pensado aqui como tecnologia do consentimento, o BDSM não deve ser idealizado. A existência de códigos, acordos e palavras de segurança não impede, por si só, abusos, má-fé ou assimetrias reais entre os participantes. Como qualquer prática relacional, o BDSM também pode reproduzir violências presentes no mundo social mais amplo. A diferença é que, em suas formulações éticas, ele oferece uma linguagem explícita para discutir riscos, limites e responsabilidades que, em outros contextos, frequentemente permanecem silenciosos.

LITERALIDADE, ÉTICA E RECONHECIMENTO

A discussão sobre BDSM, consentimento e autismo conduz a uma questão ética mais ampla: o que significa reconhecer o outro em uma relação íntima? Se a sexualidade normativa frequentemente exige a interpretação de sinais indiretos, a literalidade desloca o encontro para outro regime de responsabilidade. Dizer o que se deseja, perguntar o que o outro deseja, nomear limites e aceitar recusas não são apenas procedimentos comunicacionais. São formas de reconhecer que a outra pessoa não deve ser reduzida à projeção das próprias expectativas, fantasias ou interpretações.

O encontro íntimo envolve sempre vulnerabilidade. Aproximar-se de alguém, tocar, desejar, recusar, negociar ou interromper uma interação implica expor algo de si e, ao mesmo tempo, lidar com a exposição do outro. Nesse campo, a ambiguidade pode ter função estética, lúdica ou afetiva, mas também pode produzir zonas de risco quando substitui a comunicação necessária. O problema não está em toda indeterminação, mas na expectativa de que o outro deva adivinhar aquilo que não foi dito.

A relação com o outro exige que sua diferença não seja convertida em obstáculo, erro ou inadequação. O outro não é apenas aquele que confirma o próprio desejo, nem aquele que deve responder segundo os códigos esperados da interação normativa. Ele aparece como alguém cuja alteridade impõe limite à ação, à interpretação e à posse. Na intimidade, isso significa admitir que desejo, limite e recusa precisam ser escutados em sua própria forma de expressão, e não apenas quando aparecem dentro de códigos previamente legitimados (Levinas, 1980; Levinas, 1988).

Nesse ponto, a literalidade autista deixa de ser apenas uma característica comunicacional. Ela passa a operar

como exigência de responsabilidade relacional. Em vez de operar pela sedução do implícito, ela solicita que os termos da interação sejam explicitados. Essa solicitação costuma ser lida como quebra do encanto, excesso de racionalização ou incapacidade de participar da espontaneidade afetiva. No entanto, essa leitura revela mais sobre os valores da sexualidade normativa do que sobre uma deficiência da comunicação autista. A pergunta direta, a nomeação de limites e a busca por previsibilidade podem constituir formas de cuidado, justamente porque reduzem a possibilidade de que o outro seja capturado por expectativas não declaradas.

O reconhecimento do outro, porém, não ocorre em campo neutro. A sociedade define quais formas de desejo, comunicação e intimidade são inteligíveis. Para ser lido como sujeito íntimo ou desejante, não basta sentir, querer, recusar ou negociar. É necessário expressar-se dentro de uma gramática que o outro reconheça como válida. A pessoa autista, quando não repete os gestos esperados da sedução normativa, pode ser lançada para fora desse campo de inteligibilidade. Sua transparência é confundida com inadequação; sua busca por acordo, com artificialidade; sua necessidade de previsibilidade, com incapacidade de viver o afeto (Butler, 2003; Butler, 2015).

Nesse sentido, a dessexualização compulsória da pessoa autista é também um problema de reconhecimento. O corpo autista não é apenas impedido de desejar ou de recusar em seus próprios termos. Ele é frequentemente impedido de aparecer como corpo capaz de participar da vida íntima adulta sem tutela permanente. Quando suas formas de comunicação não correspondem ao roteiro dominante, a sociedade tende a deslocá-lo para a infância simbólica, para a inadequação comportamental ou para o campo da

intervenção.

O BDSM tensiona essa lógica porque desloca a legitimidade do encontro para a explicitação. Em suas formas negociadas, a pergunta direta não é desvio, mas condição. A palavra não quebra a cena, ela a funda. O limite não interrompe a intimidade, ele a organiza. Essa inversão permite compreender por que determinadas práticas podem funcionar como espaços de reconhecimento para pessoas frequentemente punidas por comunicar de maneira direta.

CONTRASSEXUALIDADE E QUEDA DO ANJO AZUL

A discussão sobre literalidade, consentimento e reconhecimento permite deslocar o problema da intimidade autista para um campo mais amplo. Não se trata apenas de reivindicar inclusão em uma sexualidade normativa já estabelecida, mas de tensionar os próprios critérios que definem quais corpos, práticas e formas de prazer são reconhecidos como legítimos. A pergunta não é somente como pessoas autistas podem participar dos roteiros dominantes da intimidade, mas quais outros modos de relação se tornam possíveis quando esses roteiros deixam de ser tomados como naturais, universais ou obrigatórios.

A contrassexualidade oferece uma chave importante para esse deslocamento. A sexualidade não precisa ser compreendida como expressão espontânea de uma natureza corporal anterior à cultura, mas como produção política, técnica e relacional. Corpos, órgãos, gestos, prazeres e identidades são organizados por regimes de saber e poder que definem usos legítimos, posições aceitáveis e formas reconhecíveis de relação. Nesse sentido, a contrassexualidade critica os dispositivos normativos que fabricam a própria ideia de normalidade sexual (Preciado, 2014).

Essa perspectiva permite compreender o corpo autista

para além da lógica da adaptação. A questão não é ajustar a pessoa autista à sexualidade normativa, como se a finalidade política fosse torná-la capaz de reproduzir os mesmos códigos de sedução, desejo, performance e intimidade já validados pela cultura dominante. Trata-se de reconhecer que os próprios roteiros dominantes podem ser insuficientes diante da pluralidade dos modos de existência. O corpo autista não precisa ser incluído apenas como exceção tolerada em um modelo já pronto. Ele pode expor os limites desse modelo e participar da invenção de outras gramáticas relacionais.

É nesse ponto que a queda do anjo azul ganha densidade política. Cair não significa abandonar uma suposta inocência para aderir obrigatoriamente ao erotismo, à sexualidade ou ao BDSM. A queda significa recusar a posição simbólica de corpo tutelado, neutralizado e previamente definido por outros. O anjo azul caído é a figura daquele que desce do plano idealizado da pureza compulsória para reivindicar o direito de decidir sobre si. Essa decisão pode envolver desejo, prazer, toque, vínculo, experimentação, recusa, silêncio, distância ou qualquer outra forma de relação com o próprio corpo. O centro da questão não é a obrigação de desejar, mas a possibilidade de autodeterminação.

Nesse sentido, a contrassexualidade ajuda a evitar que o argumento substitua uma norma por outra. Não se trata de afirmar que o BDSM seria o destino mais livre, verdadeiro ou adequado para pessoas autistas, o BDSM nos interessa aqui como uma possibilidade entre outras, porque torna visível que o encontro íntimo pode ser organizado por contrato, negociação, palavra, limite, cuidado e experimentação. Sua importância está menos em oferecer uma resposta final e mais em abrir uma brecha crítica: se o prazer pode ser pactuado de outros modos, então a sexualidade normativa

não é o único horizonte possível.

Para pessoas autistas, essa crítica é especialmente relevante porque a exigência de naturalidade costuma funcionar como mecanismo de exclusão. Espera-se que o sujeito “saiba” como agir, “perceba” o clima, “entenda” o gesto e responda de acordo com códigos não explicitados. Quando isso não ocorre, a diferença comunicacional é transformada em inadequação. A contrassexualidade permite inverter essa leitura: talvez o problema não esteja na necessidade de explicitar, mas na crença de que as relações íntimas deveriam depender da invisibilidade das regras que as sustentam. A literalidade autista, nesse sentido, não empobrece a relação. Ela denuncia a artificialidade de uma norma que se apresenta como natural.

O corpo autista não é matéria passiva a ser interpretada, corrigida ou protegida por instituições externas. Ele é corpo que sente, recusa, regula, negocia, busca previsibilidade, estabelece rituais, cria formas próprias de contato e pode construir modos singulares de relação com o prazer e com a intimidade. A sensorialidade, frequentemente tratada apenas como problema clínico ou barreira funcional, pode também ser pensada como dimensão constitutiva da experiência corporal. Texturas, pressões, ritmos, contenções, intensidades e limites não pertencem apenas ao campo da intervenção terapêutica. Podem integrar, quando consentidos e desejados, uma política do corpo e da relação.

Essa formulação não elimina os riscos envolvidos nas práticas íntimas. Toda relação atravessada por poder, desejo, vulnerabilidade ou dependência pode reproduzir violências, inclusive em espaços que se apresentam como alternativos. Por isso, a crítica à norma não autoriza a suspensão da responsabilidade. O critério decisivo continua sendo a possibilidade de consentimento, revogação,

cuidado, escuta e reconhecimento da autonomia do outro.

A articulação entre autismo, BDSM e contrassexualidade não pretende fundar um novo modelo universal de intimidade. Sua força está justamente em abrir espaço para a multiplicidade. O BDSM aparece, aqui, como uma prática possível entre outras, não como destino. O que está em jogo é mais amplo: o direito de cada pessoa autista definir sua própria relação com o corpo, com o desejo, com o prazer, com o limite, com o toque e com a recusa. A queda do anjo azul, nesse sentido, não conduz a uma nova obrigação. Ela nomeia a possibilidade política de decidir sobre si.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BRILHANTE, Aline Veras Morais et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 417-423, 2021.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DERRIDA, Jacques. Da hospitalidade. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 1997.

DERRIDA, Jacques. Hostipitality. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, London, v. 5, n. 3, p. 3-18, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1959.

GOFFMAN, Erving. Interaction ritual: essays on face-to-face behavior. New York: Anchor Books, 1967.

LANGDRIDGE, Darren; BARKER, Meg. Safe, sane and consensual: contemporary perspectives on sadomasochism. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.

LEVINAS, Emmanuel. Ética e infinito. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

MOSER, Charles; KLEINPLATZ, Peggy J. DSM-IV-TR and the paraphilias: an argument for removal. Journal of Psychology & Human Sexuality, v. 17, n. 3-4, p. 91-109, 2005.

NASH, John. Equilibrium points in n-person games. Proceedings of the National Academy of Sciences, Washington, v. 36, n. 1, p. 48-49, 1950.

PANG, Jia S. et al. Social decision-making in autism spectrum disorder: a game theory perspective. Frontiers in Psychology, Lausanne, v. 11, artigo 1021, 2020.

PEARSON, Amy; HODGETTS, Sophie. "Comforting, reassuring, and... hot": a qualitative exploration of engaging in bondage, discipline, domination, submission, sadism and (sado)masochism and kink from the perspective of autistic adults. Autism in Adulthood, v. 6, n. 1, p. 25-35, 2024. DOI: 10.1089/aut.2022.0103.

PELLICANO, Elizabeth; DINSMORE, Adam; CHARMAN, Tony. What should autism research focus upon? Community views and

priorities from the United Kingdom. *Autism*, v. 18, n. 7, p. 756-770, 2014. DOI: 10.1177/1362361314529627.

PLISKIN, Ariel E. Autism, sexuality, and BDSM. *Ought: The Journal of Autistic Culture*, v. 4, n. 1, art. 9, 2022. DOI: 10.9707/2833-1508.1107.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

WEISS, Margot. *Techniques of pleasure: BDSM and the circuits of sexuality*. Durham: Duke University Press, 2011.

Nenhum caminho se traça sozinho, especialmente quando decidimos caminhar por territórios que foram historicamente invisibilizados. Por isso, deixo aqui nossas mais profunda e afetuosa gratidão a Norma da Luz Ferrarini. Ela foi o tear que ajudou a sustentar essa estrutura, confiando neste processo desde os primeiros traçados. Em um ambiente acadêmico que muitas vezes exige a normatividade, Norma deu espaço e ofereceu uma escuta genuína e sensível à multiplicidade das nossas vozes. Ela enxergou a diversidade dos nossos corpos e vivências, valorizou nossas subjetividades e garantiu a firmeza e a segurança do terreno para que toda essa tecitura pudesse acontecer.

É de uma importância vital que nós, pessoas trans, queer e autistas, estejamos na linha de frente, puxando o fio condutor dessas narrativas e reivindicando nossa justiça epistêmica. Em nossas trocas, já ouvi de muitos de nós o desejo latente de fazer ativamente mais pela comunidade, frequentemente acompanhado da culpa e da frustração por não terem mais energia, coragem ou tempo. Nós entendemos. Nos sentimos assim também, e olha que nos colocamos em muitos espaços. Se este é o seu caso, eu preciso lhe dizer: está tudo bem! Existir sendo trans e existir sendo autista em um mundo estruturalmente cisheteronormativo e neurotípico, individualista e produtivista já exige um esforço monumental; cobra um preço alto em nossa saúde mental, muitas vezes nos levando ao limite do burnout autista e do estresse de minoria. **Existir, para nós, já é resistir.** Parabéns por tudo o que você já faz. Nós apostamos tranquilamente que nem metade de todo seu esforço diário está sendo valorizado da forma que merece. Ao simplesmente ser você, ao sobreviver, não da forma perfeita, mas da forma com que você consegue fazer agora, você já está lutando. Você

já encarna diariamente as realidades que tecemos nestas páginas, e isso, por si só, é de uma potência revolucionária.

Historicamente, sistemas como o capacitismo e a transfobia tentam nos convencer de que valemos menos e fazemos menos. Por isso, reproduzir essa lógica nos colocando para baixo e internalizando que sempre estamos errados ou fazendo algo errado só serve aos interesses de quem nos quer silenciados e nos sentindo mal por quem somos, por coisas que não temos outra escolha. A maior resistência que podemos oferecer é a construção de uma rede que encoraje o amor, o orgulho de quem somos e a celebração da nossa existência. Então, novamente, parabéns. E vamos juntas.

No entanto, o cordão que nos une não pode e não deve se emaranhar apenas dentro de nós mesmas, formando um nó fechado. Precisamos, cada vez mais e com extrema urgência, ver pessoas que não pertencem a essas comunidades fazendo um trabalho ativo para romper as próprias bolhas e multiplicar esses saberes. O que para nós, que caminhamos por essas vias diariamente e sentimos essas intersecções na pele, soa como o óbvio e o cotidiano, para as pessoas de fora dessas vivências ainda pode ser um território inteiramente novo, muitas vezes repleto de preconceitos e tabus. Por isso precisamos tanto forjar novas conexões; precisamos que profissionais da saúde, educadores, familiares, pessoas que não são autistas, pessoas que não são trans, pessoas de todos os espaços assumam sua responsabilidade e atuem como pontes sólidas na construção de um mundo mais seguro, onde a nossa existência deixe de ser um ato de coragem e passe a ser apenas um fato da vida.

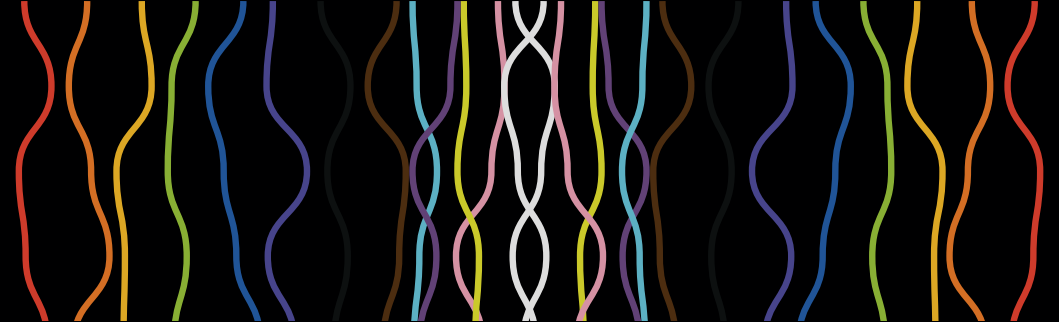
Nossos mais sinceros agradecimentos se estendem a todas as pessoas que participaram da formação do nosso grupo de estudos e da escrita desta obra. Vocês corajosamente amarraram suas histórias, suas dores, suas

pesquisas e seus afetos aos nossos, formando uma rede de apoio e validação inquebrável. Agradeço também a cada pessoa que nos apoiou nos bastidores, sustentando as pontas dessa rede para que pudéssemos criar, debater e escrever, construir.

Por fim, o nosso agradecimento se volta a você, leitor, que agora tem este livro em mãos ou o arquivo digital baixado e se dispõe a escutar e a trilhar essa jornada conosco. Que ao percorrer os capítulos, você possa não apenas ter seguido as nossas linhas, mas também permitir que elas afetem e se entrelacem às suas próprias vivências e práticas. Que você leve esses aprendizados adiante, multiplicando as conexões de respeito, desconstruindo estigmas e promovendo a dignidade que a nossa sociedade tanto necessita. A trama está aberta.

Bons caminhos!

Serafim Lissa Koga
Ghael Henrique Moura Leite



AUTORIES

**SERAFIM LISSA KOGA – HONÁCIO BRAGA DE ARAÚJO –
SOL CAMPOS – ÍNDIGO CAMARÃO GROTT –
DERIAN DE ANGELIS DA SILVA – JAQUELINE PEREIRA –
LUÍS/LU – FERNANDO – ÍCARO FERRAZ –
IGOR FERNANDES EMILIANO DE SOUZA – PYARA CALISTO
– SOFIA DIONÍSIO – GHAEL HENRIQUE MOURA LEITE**

CRIAUTISTA

ISBN: 978-65-976597-0-8

